



DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

SESSÃO SUPLEMENTAR

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE SETEMBRO DE 1978

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vasco da Gama FernandesSecretários: Ex.^{mos} Srs. Alfredo Pinto da Silva

Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMARIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 35 minutos.

Proseguiu o debate do Programa do III Governo Constitucional, com intervenções, além das dos Srs. Ministros da Agricultura e Pescas (Vaz Portugal) e da Educação e Investigação Científica (Lloyd Braga), das Srs. Deputados Rúben Raposo (PSD), António Arnaut (PS), Monteiro de Andrade (PSD), Vitor Louro (PCP), Carvalho Cardoso (CDS), João Lima (PS), Lopes Cardoso (Indep.), Manuel Alegre (PS), Rui de Oliveira (CDS), Magalhães Mota (PSD), Carlos Carvalhas (PCP), Acácio Barreiros (UDP), Gomes Fernandes (PS) e Carmelinda Pereira (Indep.).

Usaram também da palavra, a diverso título, além dos Srs. Secretários de Estado da Estruturação Agrária (Ferreira do Amaral), do Ensino Superior e Investigação Científica (Arantes e Oliveira) e do Ensino Básico e Ensino Secundário (Almeida Costa), os Srs. Deputados Vital Moreira (PCP), Carlos Robalo (CDS), Pedro Roseta (PSD), Carlos Brito (PCP), Brás Pinto (Indep.), Manuel da Costa (PS), Vieira de Oliveira (PCP), Pedro Coelho (PS), Sottomayor Cardia (PS), Zita Seabra (PCP), Oliveira Dias (CDS), Matos Gago (PCP) e Adriano Rodrigues (CDS), aos quais os oradores responderam nas partes correspondentes.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.

Agostinho Martins do Vale.

Albano Pereira da Cunha Pina.

Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alberto Augusto M. da Silva Andrade.

Alfredo Pinto da Silva.

Álvaro Monteiro.

António Alberto Monteiro de Aguiar.

António Barros dos Santos.

António Cândido Macedo.

António Duarte Arnaut.

António José Pinheiro Silva.

António Magalhães da Silva.

Aquilino Ribeiro Machado.

Beatriz Almeida Cal Brandão.

Bento Elísio de Azevedo.

Carlos Cardoso Lage.

Delmiro Manuel de Sousa Carreira.

Eduardo Ribeiro Pereira.

Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.

Fernando Reis Luís.

Florival da Silva Nobre.

Francisco António Marques Barracosa.

Francisco Manuel Marcelo Curto.

Herculano Rodrigues Pires.

João Alfredo Félix Vieira Lima.

João Francisco Ludovico da Costa.

João Joaquim Gomes.

João da Silva.

José dos Santos Francisco Vidal.

José Ferreira Dionísio.

José Gomes Fernandes.

José Luís do Amaral Nunes.

José Maria Parente Mendes Godinho.

José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.

Júlio Francisco Miranda Calha.

Ludovina das Dores Rosado.
 Luís José Godinho Cid.
 Manuel Francisco Costa.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
 Mário Augusto Sotomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.
 Rodolfo Alexandre Suzano Crespo.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD)

Amândio Anes de Azevedo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Américo de Sequeira.
 António Augusto Gonçalves.
 António Egídio Fernandes Loja.
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Cirilo Oliveira Marinho.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Henrique Manuel de Pontes Leça.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João José dos Santos Rocha.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olívio da Silva França.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Carlos Martins Robalo.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.
 Maria José Paulo Sampaio.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Zuzarte.
 António Marques Pedrosa.
 António Pedro Valverde Martins.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Diamantino José Dias.
 Eduardo Sá Matos.

Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Matques.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Joaquim Rocha Felgueiras.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel do Rosário Moita.
 Manuela Fernanda M. dos Santos Nunes.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.

Independentes

Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 117 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Estão abertas as inscrições para a continuação do debate.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rúben Raposo.

O Sr. Rúben Raposo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Um dos objectivos que o III Governo Constitucional explicita no seu Programa, em debate nesta Câmara, é a «vontade política de continuar e completar a concretização da autonomia dos arquipélagos dos Açores e da Madeira».

Para isso apresenta um conjunto de medidas a empreender, que, no essencial, são reproduzidas do Programa do II Governo. Mas é preciso que esta afirmação de vontade seja concretizada, tenha conteúdo, represente um desenvolvimento de uma linha política e não seja mero postulado a referir de vez em quando.

Para isso, importa definir e fazer cumprir um calendário realista, que permita, desde logo, acreditar que o Programa é exequível, coerente e que há vontade política de o cumprir. Contudo, e esta é a nossa primeira crítica, não vemos isso no documento em análise. Não há formulação de prazos previstos. Não há propostas de calendarização. Há tão-somente um traduzir de intenções.

Mais do que um catálogo de receitas, de medidas, importa inscrever aqui, nesta Câmara, por parte do Governo a garantia de um estado de espírito.

E esse espírito é o do diálogo permanente do Governo da República com os Governos Regionais, visando a concretização da Constituição, a implementação da autonomia.

Sintomático daquilo que vimos afirmado foi a declaração recente de constitucionalidade de vários diplomas legislativos, por não terem respeitado a Constituição, por não terem ouvido os órgãos de Governo Regional. São eles a Lei do *Contrôle da Legalidade dos Diplomas Regionais* e as disposições referentes aos Açores na Empresa Pública Transportes Aéreos de Navegação Aérea e Conselho Nacional de Estatística.

É preciso que o III Governo se dispõe de preconceitos centralistas, tão caros à nossa tradição política lisboeta, estabelecendo um diálogo aberto, c'aro, fecundo com os órgãos do Governo Regional, de modo a complementar-se a obra já iniciada, quando do II Governo, visando o ultrapassar de dificuldades várias, no que concerne à real concretização da autonomia, cujo primeiro passo é o ultimatar da transferência dos serviços periféricos do Estado e o segundo, a abertura e consolidação de formas descentralizadas que apontem para uma autonomia financeira real, que concretize a abertura de novas possibilidades de desenvolvimento regional, cujos progressos beneficiarão todo o País.

E esta é uma segunda crítica que fazemos ao texto, pois a directiva da promoção da descentralização económica com reconhecimento efectivo dos direitos constitucionais das regiões em matéria de legislação económica e participação activa na definição e execução das políticas fiscal, monetária, financeira e cambial, que figurava no II Governo, não consta do actual Programa. Terá sido lapso ocasional ou concepção restritiva da autonomia?

Outra pergunta que desejamos desde já pôr ao Governo é esta: aceita ou não ter conversações com o Governo Regional com base no texto já elaborado por este e distribuído, ou seja, o «Plano para a concretização da autonomia». Se sim, porque não o afirma claramente no Programa? Se não, porquê?

É preciso que estas respostas sejam dadas durante o debate, pois são elementos importantes para a ponderação da nossa posição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Constituição da República erigiu os Açores em Região Autónoma, garantindo-lhe ampla capacidade de decisão sobre os seus interesses próprios a exercer por órgãos de governo regional democraticamente legitimados. Foi um novo ciclo que se abriu no processo autonomista, iniciado nos finais do século XIX. Nesta nova fase, passa-se da mera descentralização administrativa tradicional para uma descentralização de natureza política. A Região, pois, passa a ser dotada de um sistema de autogoverno no quadro do Estado unitário.

Contudo, não basta a atribuição de poder aos órgãos de cúpula. A realização de uma dada política exige serviços que preparem e executem as decisões. Não basta, pois, a existência de um Governo Regional, é preciso uma administração regional.

A lógica da autonomia político-administrativa que a Constituição consagra postula que o poder regional disponha de facultades legais e meios para realizar uma política de desenvolvimento económico-social.

Nesta fase em que as regiões se encontram, importa que haja forte apoio financeiro por parte do Estado, devido ao desnível económico das regiões em relação ao Continente, consequência de anos e anos de ostracismo e esquecimentos, até ser conseguido um nível suficiente de autofinanciamento.

Podemos mesmo falar de um «verdadeiro contrato de progresso» entre o Estado e as Regiões, entendido sem quebras de dignidade, cabendo ao primeiro fornecer às segundas os meios necessários para se executar uma política regional, determinada pela Constituição.

A autonomia é um esforço colectivo, um esforço de todo o País visando diminuir a distância que separa, em nível de vida, as regiões do Continente, através do combate às assimetrias e desigualdades derivadas da insularidade.

Tarefa colectiva, na maior parte animada e desenvolvida pelos sociais-democratas, através da construção de sociedades menos injustas, postas ao serviço dos trabalhadores e das classes mais desfavorecidas.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É este esforço colectivo que não parece claramente delineado no Programa. Já há pouco referimos a ausência da descentralização económica. Juntamo-nos agora três outras perguntas. Em primeiro lugar, no plano orçamental, a par da reprodução da directiva já conhecida, explicita-se na p. 68, o desejo de «elaborar uma proposta de lei das finanças das regiões autónomas, por forma a definir a articulação entre finanças centrais e regionais, nomeadamente no que respeita ao deficit, ao seu financiamento e à possibilidade de recurso ao crédito por parte das regiões autónomas? Em que condições? Com que critérios?

A segunda questão que gostaríamos de pôr é esta: na p. 321, explicita-se «a transferência para a Direção Regional da Segurança Social, a gestão financeira dos recursos inerentes àquela Região». Qual o alcance desta medida? Mera transferência de serviços ou mais do que isso? Predominantemente agrícolas, os Açores são deficitários no orçamento de segurança social. O princípio da solidariedade nacional exige a perequação a partir do Continente.

E, em terceiro lugar, gostaríamos de pôr outra questão: o texto do Programa também refere «a concretização dos programas relativos a infra-estruturas no âmbito dos transportes marítimos/aéreos dos e para as regiões, melhorando as comunicações entre ilhas».

Com que prazos? Qual a prioridade dos programas a serem executados? É que, sem prazos, esta directiva não é mais do que um voto piedoso.

Importa que estas questões sejam respondidas durante o presente debate.

É preciso, pois, analisar alguns dos assuntos já mencionados com mais detalhe.

Comecemos pela área dos transportes. Os Açores chegam ao fim do século XX carecidos das mais elementares estruturas portuárias, sendo tal que o famoso Plano Portuário dos Açores, que se arrasta desde 1943, só em 1977 foi possível dar início às primeiras realizações: os portos do Pico.

Há, pois, que fazer um esforço tremendo na procura do tempo perdido, investindo somas vultosas em infra-estruturas, assumindo na plenitude o compromisso da solidariedade nacional, minimizando os efeitos económicos e sociais da insularidade.

É preciso que os projectos portuários sejam adjudicados, que se concluam rapidamente os que estão em curso e se execute os que estão em falta. É preciso, pois, definir um calendário para a construção de por-

tos e adequado equipamento, em particular do porto da Praia da Vitória.

Importa dotar os aeroportos existentes de instalações e equipamentos adequados, definindo também datas precisas para construção das pistas das ilhas do Pico, Corvo, Graciosa e S. Jorge.

O apoio à cobertura integral da região pela RDP/RTP tem naturalmente o nosso aplauso. Contudo, pensamos que o esforço não deve parar aí. As delegações devem ser regionalizadas. Não se trata de meras desconcentrações, mas sim de descentralizações, de gestões autónomas.

No domínio da participação da região nas negociações de tratados internacionais e seus benefícios, a Constituição é repetida. Não se definem os termos em que essa participação será feita. Neste capítulo, é preciso dar rápida conclusão ao tratado da base das Lajes em termos que permitam clarificar a situação financeira da região. Importa que seja publicada a regulamentação da zona económica das 200 milhas. A nossa integração na CEE deve merecer grandes cuidados, de forma a acautelar nas negociações os interesses açorianos em matéria de política agrícola e de pesca.

No plano económico-financeiro, as sugestões apresentadas no Programa são curtas. As regiões terão de ter presença activa através de delegações bancárias regionalmente coordenadas, representação nas administrações, além do Banco de Portugal, na Caixa Geral de Depósitos e Banco de Fomento Nacional, bem como a instituição de fundos cambiais localmente geridos.

No plano orçamental, é preciso encontrar regras que assegurem a consistência dos princípios da equidade e da solidariedade nacional. Desde já salientamos que a capacidade financeira da região tem de ser clarificada através dos benefícios incluídos em tratados internacionais que lhes digam respeito, nomeadamente à base das Lajes, das Flores e utilização económica das 200 milhas. Por outro lado, a presente situação regional exige altas despesas de capital que terão de ser mesmo superiores à média nacional, se quisermos vencer rapidamente o desnível existente entre os Açores e o continente e a Europa para onde o País se dirige.

É, pois, urgente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que este Governo retome o diálogo com os Governos Regionais de modo a concretizar-se a autonomia.

Tenho dito.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Deputado Rúben Raposo: Quem o tenha seguido desde o início dos trabalhos da Assembleia da República recordar-se-á que o Sr. Deputado é particularmente reincidente numa concepção muito particular da autonomia regional. Para que não continuem a subsistir dúvidas, importa que o Sr. Deputado Rúben Raposo responda, se quiser, a duas simples perguntas.

Na concepção do Sr. Deputado Rúben Raposo a autonomia regional pressupõe que a República e o Governo da República deixem ou devem deixar de ter quaisquer atribuições em relação ao território das

Regiões Autónomas, isto é, que a República e o Governo da República se devem limitar a ser o Continente e o Governo do Continente? Esta a primeira pergunta.

A segunda pergunta é se, no entender do Sr. Deputado Rúben Raposo, que referiu várias vezes a solidariedade nacional, essa solidariedade é de via única, isto é, do Continente para os Açores, os portugueses do Continente devem, sem mais, sem quaisquer considerações de equilíbrio das próprias necessidades da República no total, satisfazer todas as necessidades que os Governos Regionais julguem deverem ser satisfeitas pela solidariedade nacional.

E já agora uma última questão: julga o Sr. Deputado — e se julga em que é que na Constituição da República fundamenta o seu juízo — que a concretização da autonomia, para utilizar a expressão que o Sr. Deputado utilizou, isto é, a transferência de serviços, de atribuições dos órgãos da República para os órgãos regionais, é um assunto do Governo da República ou um assunto da Assembleia da República, por via dos competentes estatutos regionais?

É ou não verdade que devem ser os estatutos regionais a condição prévia de definição de concretização da autonomia regional? E é ou não verdade que, até ao momento, o Governo e a Assembleia Regional dos Açores não tiveram sequer a iniciativa de apresentar à Assembleia da República uma proposta de estatuto regional? Ou será que para o PSD, primeiro, força-se o entendimento da autonomia do Governo Regional dos Açores e depois é que se faz o estatuto para cobrir os factos inconstitucionalmente consumados?

O Sr. Presidente: — Há mais algum pedido de esclarecimento? Tem a palavra para responder, Sr. Deputado Rúben Raposo.

O Sr. Rúben Raposo (PSD): — O Sr. Deputado Vital Moreira pôs três questões a que eu terei muito gosto em responder.

Acerca da primeira questão devo dizer que, de facto, há serviços periféricos do Estado que naturalmente passarão para a Região Autónoma e há outros que continuarão na dependência do Estado e que, portanto, não passarão para ela.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Dá-me licença, Sr. Deputado?

O Orador: — Um momento, Sr. Deputado.

Quanto à segunda questão, ela respeita ao problema da solidariedade. Ora eu penso que, muito naturalmente, tem de haver solidariedade entre todos os portugueses, quer vivam nas Regiões Autónomas dos Açores ou da Madeira, quer vivam no Continente.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas o que fundamentalmente penso e disse é que neste momento o leque, em termos de desnível de vida entre a Região Autónoma dos Açores e o Continente, é bastante grande e é importante — como diz a Constituição — resolver estas assimetrias quanto ao desenvolvimento económico e

tentar que haja uma aproximação do nível de vida entre duas partes deste mesmo País, de forma que possamos caminhar para a integração na CEE, em termos realistas e concretos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à terceira questão que o Sr. Deputado pôs acerca da necessidade ou não da apresentação do estatuto regional, a nossa concepção, como Partido Social-Democrata, maioritário na Região, é esta: pensamos que para que se possa elaborar decidida e definitivamente um estatuto regional correcto e verdadeiro é preciso que se saiba quais são os serviços periféricos que são transferidos, quais são as capacidades que pertencem à região e quais as que pertencem ao Estado.

Portanto, esta foi a modalidade que o Partido Social-Democrata seguiu, quer no Governo, quer na Assembleia Regional dos Açores, e quando essas transferências forem efectivadas o Partido Social-Democrata apresentará na Assembleia Regional o seu projecto de estatuto definitivo, que depois fará subir aqui à Assembleia da República para que esta lhe dê a sua aprovação.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Vital Moreira parece que não está satisfeito com a resposta... Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — De facto não estou, Sr. Presidente.

Os Srs. Deputados atentos terão reconhecido facilmente que o Sr. Deputado Rúben Raposo primou pela não resposta às perguntas. De resto, o Sr. Deputado Rúben Raposo deu, como que para utilizar uma imagem, respostas de tal modo que se poderá dizer que são iguais à «pescadinha com o rabo na boca», isto é, em círculo. Ou seja: o Partido Social-Democrata entende que a autonomia regional deve ser concretizada e a melhor maneira de a concretizar é começar por, sem definição de autonomia, iniciar a sua prática.

Ora bem, importa esclarecer dois equívocos que o Sr. Deputado Rúben Raposo costuma cultivar: em primeiro lugar, a questão da transferência de serviços para os Governos Regionais pressupõe a resposta a esta questão muito simples: que serviços é que devem ser transferidos? E esta definição só pode, constitucional e politicamente, ser feita no estatuto regional.

Poianto, a questão é completamente inversa. O Governo da República não tem poderes constitucionais para, por si, transferir serviços do Estado para as regiões autónomas sem que o estatuto regional diga quais os serviços que devem ser transferidos, que serviços é que devem permanecer na área de competência do Governo da República e quais os que devem ser transferidos para as regiões. O Governo da República não tem o direito de fazer qualquer transferência. As transferências que têm sido feitas são inconstitucionais e se o Governo da República se propõe fazer mais, propõe-se apenas continuar uma prática inconstitucional.

Não há autonomia sem prévia definição do estatuto regional. Para isso é que serve o estatuto regio-

nal e o Partido Social-Democrata, que aqui se reivindica o direito de escolher o momento de apresentar o estatuto regional, cobra para si a responsabilidade de não concretização da autonomia regional. Porque se o Governo da República fizer a única coisa que pode fazer que é dizer: «Definam no estatuto regional os serviços que devem ser transferidos, e nós transferi-los-emos», então, o Governo Regional dos Açores será forçado, como deve ser forçado, a apresentar o projecto do estatuto regional a esta Assembleia.

O que não pode é, através de chantagem política, através de uma política de factos consumados, levar a uma definição de autonomia regional que não cabe na Constituição e que, acima de tudo, não cumpre o processo constitucionalmente definido.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem ainda a palavra o Sr. Deputado Rúben Raposo.

O Sr. Rúben Raposo (PSD): — Eu permitia-me responder ao Sr. Deputado dizendo-lhe o seguinte: em primeiro lugar, há neste momento um estatuto que é provisório e que, naturalmente, regula as relações da Região Autónoma com o poder do Estado.

Em segundo lugar, para elaboração do estatuto definitivo, do ponto de vista do PSD, é preciso colher determinados elementos. Esses elementos, para nós — repito novamente —, são fundamentais para se saber, futuramente, como é que vai ser elaborado e definido esse mesmo estatuto. E esses elementos, como tive ocasião de salientar, correspondem, no fim de contas, à transferência dos serviços periféricos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Quais? Quais?

O Orador: — Sem realmente se ter conhecimento desses serviços periféricos é impossível poder-se elaborar o estatuto.

Finalmente, gostaria de lembrar o artigo 230.º da Constituição, que é muito claro e que define os limites e a autonomia. Ele diz o seguinte:

«É vedado às regiões autónomas:

- a) Restringir os direitos legalmente reconhecidos aos trabalhadores;
- b) Estabelecer restrições ao trânsito de pessoas e bens entre elas e o restante território nacional;
- c) Reservar o exercício de qualquer profissão ou acesso a qualquer cargo público aos naturais ou residentes na região.»

O Partido Social-Democrata é um partido que respeita a Constituição e, por isso, respeita todo este articulado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Eu creio que há certas circunstâncias em que importa pôr a nu a indigência da argumentação de certos Srs. Deputados...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Não seja malcriado!

O Orador: — Indigência significa pobreza, Sr. Deputado Bento Gonçalves.

Vozes do PSD: — E você é rico de mais.

O Orador: — Pobreza de argumentação, a meu ver, não é insultoso para ninguém.

Apenas diz que o seu colega de bancada é pobre da argumentação — o que é verdade.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Está armado em professor? Não precisamos das suas lições.

O Orador: — Eu fiz uma pergunta ao Sr. Deputado Rúben Raposo que consistia no seguinte: ele falou em transferência de serviços para a Região Autónoma dos Açores e eu perguntei-lhe: «que serviços? Quem define esses serviços?» O Sr. Deputado diz que deve ser o Governo Regional e o Governo da República.

Eu digo que deve ser a Assembleia da República num estatuto regional.

Mas o Sr. Deputado Rúben Raposo, numa acrobacia ligeira e fácil, veio dizer que a Constituição determina os limites das regiões autónomas. E o que é que veio dizer? Nem mais nem menos do que citar limites que a Região Autónoma dos Açores, particularmente, tem, sistemática, frequente e quase quotidianamente, violado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Pois não é verdade que em trânsito de pessoas e bens o Governo Regional dos Açores se tem permitido estabelecer contingências, proibições de importação e de exportação e agora, até, contrôle da entrada de nacionais na Região Autónoma dos Açores?

É este o cumprimento que o PSD açoriano faz da Constituição?

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — A defesa da vida das pessoas está acima desses conceitos!

O Orador: — Está acima da Constituição! Já sabemos que o PSD é assim!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É a democracia do Gulag!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado António Arnaut para uma intervenção.

O Sr. António Arnaut (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: — A parte do Programa do Governo que mais despertou o meu interesse foi naturalmente a que respeita à segurança social e à saúde, que é, sem menosprezo para os outros sectores, um daqueles

que mais influência exerce na qualidade de vida do povo português.

Deixo o capítulo da segurança social a cargo dos meus camaradas da respectiva Comissão Parlamentar e vou ater-me, ainda que com a brevidade decorrente do limite de tempo, à questão da saúde. Farei, pois, a este propósito, algumas reflexões e também algumas perguntas aos Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, que lamento não estar presente na tribuna do Governo.

O Programa deste Governo é, como já foi reconhecido e logo se evidencia de uma primeira leitura, um decalque ou um plágio do anterior, chegando, em certos casos, ao despedir da transcrição integral.

Porém, se a imitação é patente, de uma maneira geral, no que respeita à saúde e não obstante todas as roupagens dissimuladoras, o Programa é inteiramente oposto, quer na sua filosofia intrínseca quer nos seus grandes objectivos.

O II Governo Constitucional partia do reconhecimento do direito de todos à saúde — direito fundamental do homem — para a inerente responsabilidade do Estado em garantir o exercício efectivo desse direito. E porque o direito à protecção da saúde é realizado, nos termos do artigo 64.º da Constituição, pela criação de um serviço nacional de saúde, universal, geral e gratuito, o anterior Executivo comprometeu-se, naturalmente, ao fiel cumprimento daquele imperativo constitucional.

Por isso há sete meses e neste mesmo lugar, embora em qualidade diferente da de hoje, afirmei que a criação do Serviço Nacional de Saúde e o início do seu funcionamento ainda no corrente ano, era um «ponto de honra» do Ministério dos Assuntos Sociais e que, em cinco meses, seriam elaboradas as suas bases jurídicas, técnicas, administrativas e financeiras.

O compromisso então solenemente assumido foi escrupulosamente respeitado. O País compreendeu que, finalmente, se delineava uma séria e profunda política de saúde, orientada para a protecção das classes desfavorecidas, dos trabalhadores e reformados pobres, de todos aqueles para quem, essencialmente, se fez a Revolução. O 25 de Abril estava prestes a chegar à saúde. O decreto que criava o Serviço Nacional de Saúde fora agendado para o Conselho de Ministro de 12 de Julho, após um grande debate nacional que proporcionou a participação e o apoio da esmagadora maioria do povo português, manifestado através dos sindicatos, autarquias e profissionais do sector. Todos os diplomas complementares, bem como os estudos técnicos e financeiros dos quatro distritos-piloto (Beja, Bragança, Guarda e Vila Real) que haviam sido escolhidos para a implantação acelerada do serviço nacional de saúde estavam concluídos.

Era, pois, natural que o III Governo prosseguisse a política do anterior e, à semelhança, por exemplo, do que acontece no âmbito do Ministério da Justiça — onde expressamente se declara que o Governo vai concretizar os projectos legislativos concluídos pelo seu antecessor —, ou com a proposta de Lei da Radiodifusão, elaborada pelo Governo de Mário Soares, que o actual Executivo vai submeter à Assembleia da República, anunciasse também o propósito de apresentar ao Parlamento a Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde. Em vez disso, o Governo

refugia-se na subtil e capciosa intenção de «proseguir os estudos», «retomar o processo», sem prazos nem objectivos definidos, o que significa, manifestamente, que o Governo vai congelar o artigo 64.º da Constituição e não está interessado, ou considera-se incapaz de modificar a calamitosa e angustiante situação actual.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Isto apesar dos piedosos propósitos de medidas pontuais — copiadas, aliás, do Programa do Governo anterior — de algumas promessas falazes e do anúncio de uma boa gestão...

O Governo prefere gerir o caos e a degradação onde o doente é, muitas vezes, tratado como objecto de um negócio — objecto e não sujeito de direitos —, em vez de realizar as reformas estruturais que se impõem, que extirpem o mal pela raiz e produzam uma alteração qualitativa da situação, assegurando uma resposta rápida e eficaz dos serviços, humanizando o acto médico e dignificando os doentes e os trabalhadores da saúde.

O Sr. Vital Moriera (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo pensa que uma política de saúde é uma tecnocracia, quando, nas actuais circunstâncias, é um humanismo e mesmo uma rebeldia. O Governo optou pelos interesses dos barões da medicina contra os interesses do povo e dos profissionais honestos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Um governo assim, que não sabe que a saúde é a maior riqueza do indivíduo e da colectividade, que não considera a saúde tarefa prioritária do Estado, um governo destes que trata tão desplacadamente um dos mais graves problemas que afligem o povo português, que considera a saúde como um privilégio de alguns e não como um direito de todos, é um governo condenado à partida, que não pode ter a confiança do povo. É um governo sem saúde, um governo doente, é um nado-morto!

Aplausos do PS.

Em boa verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este Governo, nascido do conúbio incestuoso entre os sem partido e os antipartido, nunca poderia, como ele próprio confessa, realizar as grandes reformas de que o nosso país tão urgentemente precisa. Porque é um governo ilegítimo, que não foi nem poderá vir a ser sufragado pelo povo. Porque lhe falta a centelha da imaginação, o ideal político e o espírito criador e solidário. Porque lhe faltam as pernas, as asas e o coração para sofrer as angústias do povo. Porque lhe falta, em suma, um projecto de sociedade e a alma calejada das lutas do passado, para poder vislumbrar o futuro: um futuro mais livre, mais justo e mais fraterno!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro: Quero afirmar-lhe a alta consideração pessoal que V. Ex.^a merece, como homem, como técnico e como mem-

bro que foi do I Governo Constitucional. Mas permita que lhe diga, com toda a franqueza, que as afirmações produzidas por V. Ex.^a a respeito do serviço nacional de saúde mostram uma total e indesculpável ignorância desta problemática.

V. Ex.^a parece considerar a Saúde como coisa de somenos e, à boa maneira de Bismarck — que teve, aliás, uma visão arrojada para o tempo —, reduzi-la à medicina curativa ou, o que é pior, e para utilizar as suas próprias palavras, à «assistência social», expressão cara ao regime anterior que justificava uma intervenção caritativa do Estado.

V. Ex.^a fala como se não subsistissem, no nosso país, largas faixas geográficas e populacionais sem a mínima cobertura sanitária, como se não se nascesse e morresse ainda hoje em Portugal sem assistência médica!

Sabe, por acaso, V. Ex.^a que cerca de 75 % dos médicos portugueses vivem em Lisboa, Porto e Coimbra e que 90 % residem na zona litoral do País?!

Sabe por acaso V. Ex.^a que no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, há cerca de mil médicos a mais, sem terem praticamente nada que fazer e que no Hospital de S. João, do Porto há um serviço que tem mais médicos do que camas?... E enquanto isto, Srs. Deputados, no interior do País, há grandes áreas sem um posto clínico e faltam a maior parte das especialidades médicas e cirúrgicas. No distrito de Bragança, por exemplo, não há um ginecologista, nem um pediatra, nem um urologista... e há apenas um oftalmologista para 220 000 habitantes! A população é obrigada a procurar assistência médica em Espanha!

Sabe V. Ex.^a que em muitos hospitais há pessoas internadas a que se não dá alta, porque, infelizmente, não têm para onde ir?! E que outros doentes esperam largos meses por uma cama, quando, paradoxalmente, há, por todo o País, a começar por Lisboa, instalações devolutas ou subaproveitadas e em alguns hospitalares de província médicos «ocuparam» partes consideráveis, se não um andar inteiro, como acontece no Hospital de Mirandela, para ali atenderem ou internarem os seus doentes particulares?!

Sabe V. Ex.^a que o Estado despende em média e mensalmente, por médico, 35 000\$? Que alguns auferem vencimentos modestos, mas outros, aproveitando os vícios do sistema — e não contando com a sua clínica livre — recebem mais de meia centena de contos por mês? Que isto se passa por virtude de várias irregularidades e acumulações, tendo sido detectado o caso do médico do distrito da Guarda que tem doze cargos oficiais?

Sabe V. Ex.^a que o serviço nacional de saúde permitiria, para além do seu objectivo essencial, que é garantir a saúde de todos os portugueses, moralizar e disciplinar o sector e levar os médicos, enfermeiros e demais técnicos, pela via do estabelecimento de uma carreira nacional — como acontece com todos os funcionários públicos — para o interior do País, onde também é Portugal?

Sabe V. Ex.^a que, caso o serviço nacional de saúde não seja brevemente criado, teremos no fim do ano cerca de mil médicos no desemprego e em dois anos mais de três mil?

V. Ex.^a fala nas limitações orçamentais e nas dificuldades financeiras e esse é o espantalho que tem

sido agitado pelos velhos do Restelo e pelos adversários do serviço nacional de saúde que, apesar de tudo, não têm a coragem de se opor frontalmente.

Aplausos do PS.

Para que V. Ex.^a, e o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, não possam de futuro invocar legitimamente este argumento, informo a Assembleia e o País que foram elaborados rigorosos e minuciosos estudos financeiros que revelam que a instalação do serviço nacional de saúde nos quatro distritos-piloto importava apenas um acréscimo de despesas de mais 30 000 contos por ano e por distrito. Trinta mil contos para garantir a saúde aos nossos compatriotas que vivem no interior do País, por cada distrito.

Se V. Ex.^a sabe tudo isto — e o mais que não refiro para não chocar a sensibilidade do País (mas aconselho o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais — que vejo, com agrado, que chegou agora a esta Assembleia — a visitarem os postos dos Serviços Médico-Sociais, vulgarmente conhecidos pelos postos das Caixas, os hospitais, a verem as longas bichas, enfim a conhecerem esse mundo negro de sofrimento e angústia, para o qual alguns políticos, este governo, olha tão displicentemente...). Mas pergunto-lhe, Sr. Engenheiro Nobre da Costa, porque disse à RTP, na entrevista que lhe concedeu em 22 de Agosto, que a saúde não era um problema prioritário porque «no artigo 81.^º da Constituição, em que se referem as acções prioritárias para o Estado, o serviço nacional de saúde não vem explicitamente referido».

Por que afirmou que «o Serviço Nacional de Saúde talvez fosse o elemento perturbador no arranque de uma certa eficiência da Previdência» (*sic!*)?

Por que é que V. Ex.^a na já célebre entrevista ao *Le Monde*, que a imprensa portuguesa largamente relatou no dia 29 de Agosto, teve o arrojo de dizer simplesmente isto: «Essa história do serviço nacional de saúde não sei bem o que seja.» V. Ex.^a, por acaso, não ouviu falar num grande debate nacional...

Risos do PSD.

... que ocorreu em Portugal durante cerca de dois meses? V. Ex.^a, por acaso, não leu o anteprojecto e o projecto? V. Ex.^a, por acaso, não leu os jornais dessa altura?

Aplausos do PS, de alguns Deputados do PCP e dos Deputados independentes Aires Rodrigues e Lopes Cardoso.

«Contudo — continuo a citá-lo, Sr. Primeiro-Ministro —, penso que seria preferível, antes de lançar tal projecto, racionalizar o que já existe.»

Mantém V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, as afirmações produzidas àqueles órgãos de comunicação social?

Considera ou não V. Ex.^a que a saúde é um direito fundamental, inerente à condição humana e que, como tal, incumbe ao Estado assegurar o seu efectivo exercício?

No caso afirmativo, pensa V. Ex.^a que esse direito pode ser garantido com as estruturas existentes, isto é, permitirão tais estruturas garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição

económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação?

Permitirão essas estruturas realizar uma racional e eficiente cobertura médica e hospitalar de todo o País? (Creio que V. Ex.^a já se apercebeu de que estou a citar o artigo 64.^º da Constituição.)

Outra pergunta.

V. Ex.^a já verificou que na entrevista à RTP invocou erradamente o artigo 81.^º da Constituição, respeitante à «organização económica», para concluir também erradamente, que o Serviço Nacional de Saúde não é tarefa prioritária do Estado?

Sabe agora V. Ex.^a que, afinal, o normativo da nossa lei mestra que se refere à saúde é o artigo 64.^º da parte I — Direitos e deveres fundamentais, e que ali se impõe a criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito, dizendo-se expressamente que, para assegurar o direito à protecção da saúde incumbe prioritariamente ao Estado tomar certas medidas, entre elas as que se contêm em duas das perguntas anteriores e, além disso, «orientar a sua acção para a socialização da medicina e dos sectores médico-medicamentosos»?

E, face à pública, notória e, por vezes, escandalosa degradação de certos serviços (a que V. Ex.^a chama confusamente da Previdência), que obriga a longas e frequentes inúteis esperas — porque o doente morre, às vezes, antes de ser atendido, claro que me refiro aos doentes pobres, porque os outros não têm esses problemas —, pensa V. Ex.^a que a saúde não é um problema que requer solução radical e urgente?

Sr. Presidente: A criação do serviço nacional de saúde não é apenas um imperativo constitucional que, como tal, se impõe a qualquer Governo, mas é também um imperativo nacional e patriótico. É um imperativo moral e uma exigência histórica da Revolução.

Contudo, o Primeiro-Ministro declarou no início do debate, e em resposta a pedidos de esclarecimento, que se trata de uma decisão política de fundo, que terá de ser resolvida pela Assembleia da República. E o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, em entrevista que ontem concedeu a *A Capital*, disse que o serviço nacional de saúde... fica para a próxima geração e que vai limitar-se «a prosseguir no caminho de investigação para que os futuros governos dela possam tirar bons resultados». Acrescentou, porém que «este Governo quer ser um Governo de acção e portanto a nossa principal preocupação é tentar gerir o melhor possível, tirar o máximo de resultados das acções que já foram desencadeadas pelos antecessores, com algumas inflexões...»

Desejaria tranquilizar o Sr. Primeiro-Ministro, e o povo português, assegurando-lhes que, efectivamente, a Assembleia da República discutirá e aprovará o serviço nacional de saúde previsto na Constituição. E gostaria de garantir ao Sr. Engenheiro Pereira Magro que as inflexões que pretende dar a esse grande projecto nacional não impedirão que ele seja concretizado na nossa geração!

Aplausos do PS, de alguns deputados do PCP, dos Deputados independentes Aires Rodrigues e Lopes Cardoso.

Mas sempre perguntamos: que Governo é este que se escusa a assumir as suas responsabilidades num campo tão importante como a saúde e declara, à par-

tida, que está disposto a violar, por omissão, a nossa Lei Fundamental?

É um governo *sui generis*, um governo «atípico», como ontem se disse. Um governo que está e que não é, ou que já não está ou não devia estar... Um governo que não pode governar, porque enjeita a política e a política é a arte de governar os povos. Um intervalo na democracia... Pois que seja um intervalo, mas um intervalo curto. Um intervalo que está prestes a terminar. E seja também um motivo de reflexão para todos os democratas... Quanto ao serviço nacional de saúde, estejam tranquilos! O povo se encarregará de exigir. O povo conquistará o serviço nacional de saúde.

Aplausos do PS, da Sr.ª Deputada Georgette Ferreira (PCP) e dos Deputados independentes Aires Rodrigues e Lopes Cardoso.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Monteiro de Andrade.

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Uma vez que a solução governativa encontrada não viola os preceitos constitucionais, sendo pois democrática, aos Portugueses interessará, acima de tudo, saber se os graves problemas que os afligem terão ou não possibilidades de encontrar resolução ou caminho para tal.

Por isso, o Partido Social-Democrata, ao qual não podem ser interpretadas responsabilidades na criação das circunstâncias que conduziram a esta solução, adopta neste debate não uma posição previamente negativista face a este governo de independentes e sem base parlamentar, mas sim a de tentar, através da discussão serena, esclarecer-se sobre as medidas propostas e da vontade e capacidade para as concretizar.

Fiéis ao nosso programa e ao que enunciámos ao eleitorado, jamais poderemos analisar conceitos contrários aos nossos princípios ou medidas que inviabilizem a prossecução dos objectivos que fixámos. Tão-pouco poderemos apoiar um governo que não demonstre ter possibilidades e capacidade para dar resposta satisfatória a questões que não podem ser por mais tempo adiadas, sob pena de ficar em perigo a própria democracia.

Entre estas matérias, a agricultura merece sem dúvida atenção especial da nossa parte, não apenas pelo elevado número de portugueses que envolve, pelas tensões e lutas sociais ou políticas que suscita, pelos gravíssimos problemas e contradições que encerra e origina, mas também porque só pelo desenvolvimento agrícola se poderá levar a bom termo a recuperação económica.

Perdeu-se muito tempo, pois não deixa de ser angustiante que, passados mais de quatro anos desde o 25 de Abril e das esperanças que ele representou, vamos encontrar, no terceiro Programa do Governo apresentado nesta Assembleia da República, a sempre igual caracterização do sector.

Reconhece, com efeito, o Programa do Governo que a agricultura portuguesa ainda não se conseguiu libertar dos baixíssimos níveis de produtividade, que a produção agrícola global se mantém há longos anos estagnada, se não mesmo em retrocesso nos últimos anos, que tal situação vem provocando uma incapacidade

crescente para fazer face às solicitações da procura interna em bens alimentares e que o agricultor português, na sua generalidade, permanece refugiado na prática de uma economia de subsistência.

A este quadro, que é real e permanece inalterado, por incompetência e falta de visão dos governantes de antes e depois o 25 de Abril e ainda porque a luta pela hegemonia política e pelo controlo do aparelho do Estado se tem substituído à mobilização das atenções para a resolução dos problemas, deveremos acrescentar, em jeito de sumário, os mais importantes bloqueamentos, que impõem a situação de atraso do sector agrícola:

Uma estrutura e dimensionamento da propriedade rural que se mantém mal adaptada regionalmente ao suporte de explorações agrícolas com efectiva viabilidade económica e social;

Desordenamento cultural, diria anarquia na utilização do solo, não permitindo a plena e racional utilização dos recursos, pelo contrário, conduzindo à sua degradação;

População agrícola caracterizada por um elevado índice de analfabetismo e envelhecimento, bem como uma excessiva proporção desta, relativamente à população activa total; Desigualdade profunda no sistema e padrões de vida entre os habitantes das zonas rurais e os urbanos, nomeadamente discriminações quanto a regalias sociais e acesso à cultura;

Insuficiente apoio técnico oficial, bem como uma experimentação e investigação agrária incipiente, agravada nos últimos anos pela politização do técnico agrícola;

Inexistência de garantias à produção e de mecanismos incentivadores e orientadores, como um sistema de seguros, sistema de crédito agrícola e política de preços;

Carência de infra-estruturas conducentes ao saneamento da rede de comercialização e escoamento dos produtos agrícolas;

Elevadíssimos preços para os factores de produção (adubos, alfaias, sementes, máquinas, pesticidas, etc.), grave obstáculo à modernização das explorações;

E, ainda, uma descapitalização generalizada das empresas e uma crise de confiança dos produtores por frustrações acumuladas e desrespeito pela sua vontade e pelos seus valores da parte de quem os deveria servir.

Este conjunto de condicionalismos, mesmo que apresentado de forma resumida e incompleto, permite verificar que não bastam algumas medidas pretendendo remediar um ou outro dos males, pois, dada a interligação entre todos eles, só o ataque conjunto poderá promover o indispensável desenvolvimento agrícola. Exige-se hoje, com marcado carácter ideológico, medidas de profundidade e claramente apresentadas aos Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Exige-se uma política agrícola clara e duradoura, que leve aos campos os benefícios da técnica e da civilização e que elimine as discriminações

de ordem económica, social e cultural, mas em que os valores dos homens sejam respeitados e dignificada a sua profissão. Exige-se uma política agrícola que seja considerada prioritária na acção governativa para o domínio da agricultura.

Poderá este Governo encetar tal política?

É certo que já foram criados dispositivos legais essenciais, se bem que não suficientes, para atacar a crise no sector, como sejam as leis aprovadas nesta Assembleia, do Arrendamento Rural e da Reforma Agrária e ainda a institucionalização do IFADAP, embrião para um futuro sistema de crédito agrícola, no qual o PSD introduziu melhorias sensíveis quando pediu a sua ratificação. É contudo também verdade que à vontade política manifestada pela Assembleia não correspondeu idêntica vontade para a sua concretização, cedendo o Executivo ao «contrapoder» comunista, instalado regionalmente e ao qual não interessam estas transformações aprovadas pelos representantes do povo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Assim, tem o Governo a obrigação, que lhe confere o Estado de direito que a Constituição consagra, de pôr em prática tal legislação e por nosso lado não estaremos dispostos a permitir mais adiamentos, pelo que exigimos do Governo comprometimento quanto à sua regulamentação e aplicação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à Lei do Arrendamento Rural e uma vez que o prazo para a publicação da legislação regulamentar foi já largamente ultrapassado, seria exigível que desde já se apresentassem prazos para a publicação de diversos diplomas, nomeadamente:

- a) Funcionamento das comissões concelhias do arrendamento rural;
- b) Concessão de crédito agrícola a arrendatários, quando exerçam direitos de preferência relativamente a prédios alienados;
- c) Arrendamento para fins florestais, conforme o previsto no artigo 47.º da Lei e saída das tabelas das rendas florestais;
- d) Revisão do Decreto-Lei n.º 547/74, de 22 de Outubro, conforme o previsto no artigo 48.º da Lei.

No que respeita à Lei da Reforma Agrária, recordaremos, porque continua válido, o que afirmámos neste mesmo lugar, quando analisávamos o Programa do II Governo Constitucional:

Admitimos que a legalização e a criação de garantias para o exercício das liberdades, pela aplicação das bases gerais da Reforma Agrária, vai contribuir para a resolução dos problemas estruturais na zona onde subsiste o latifúndio.

E se alguma reserva pomos em tal afirmação, ela deriva essencialmente do facto de os diplomas regulamentares e a filosofia que lhes estiver inerente constituírem, bem como os poderes discricionários do Ministro, factor com peso elevadíssimo na forma como ela irá ser aplicada.

Quanto ao peso do Executivo na interpretação forma de aplicação da lei, só as declarações públicas dos seus membros e a actuação no futuro, em especial do Sr. Ministro da Agricultura, poder-nos-ão permitir fazer juízo.

Não deixa, porém, de ser motivo de reflexão o facto de a experiência de um independente à frente do Ministério da Agricultura ter sido francamente negativa, como também algumas das afirmações públicas do Primeiro-Ministro, nomeadamente quando afirma que a aplicação da lei terá de ser negociada, que as UCPs estão interessadas na aplicação da lei, mas são os reservatórios que causam embarracos, ou mesmo que as UCPs são modalidades de associativismo livre. Mesmo que as afirmações referidas não representem uma influência real das organizações, promovidas surpreendentemente a parceiros sociais, no espírito do Sr. Primeiro-Ministro era útil um esclarecimento.

Será que se volta a introduzir a «negociação» como sinónimo de paralisação e adiamento?

Em nosso entender, o que se exprime no Programa é bem mais claro e correcto. Cito:

Prosecução mais rápida de aplicação da legislação da Reforma Agrária na zona de intervenção, recorrendo a um aberto diálogo com as partes interessadas, e assegurando um pleno e pronto respeito pelas decisões do MAP relativas à definição dos direitos fundiários sobre a terra.

Continuando no que diz o Programa quanto à aplicação da Lei da Reforma Agrária, resulta uma dúvida ao nosso espírito:

Refere-se que as expropriações prosseguirão sempre que estejam assegurados os meios para a sua concretização.

De que meios se trata?

Conseguirá o Governo promover a mobilização da produção, dar confiança aos produtores, avançando desde já com novas expropriações?

Ou entende que é mais aconselhável promover a entrega de todas as explorações agrícolas não expropriáveis e que continuam ocupadas, que se complete o processo de entrega de reservas que se celebrem os contratos de entrega de terras para exploração, tentando demonstrar primeiro aos Portugueses a utilidade pública das expropriações já feitas, condição indispensável para as legalizar a par das indemnizações. Não entendo o Governo que diz que seria oportunuo a apresentação ao País de um plano de aplicação da lei, calendarizado não só nas acções previstas como também relativamente à promulgação da legislação complementar?

Para quando a publicação de diplomas tão fundamentais para dar conteúdo à lei, como, por exemplo, o diploma sobre «o regime de uso da terra» ou sobre «os princípios reguladores das várias formas de empresa agrícola»?

O programa é omisso a tais matérias, não deixando de ser um pouco surpreendente que venha assinalar que irá conceber e executar uma política de entrega de terras do Estado em exploração, matéria essa sim que já se encontra regulamentada.

Pretenderá o Governo promover a revogação e a substituição do diploma que regula a entrega de terras expropriadas para exploração? Ficaríamos agradavelmente surpreendidos se a resposta à pergunta fosse positiva uma vez que aquele diploma contém erros gravíssimos, principalmente no que respeita ao artigo 7.º, onde, ao definir que as condições de preferência para adquirir direitos de exploração sobre prédios expropriados, se refere que é considerada condição de preferência a circunstância de não se ter posse útil da terra.

O que representa que os pequenos proprietários agrícolas ou os pequenos rendeiros não poderão usufruir da medida e, muito provavelmente, das terras expropriadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já o dissemos, que as transformações estruturais, com vista a permitirem suporte de base, a empresas agrícolas social e economicamente viáveis se bem que indispensáveis não são suficientes de por si só levarem ao aumento da produtividade e da produção agrícola, objectivo prioritário de qualquer política agrícola.

É preciso, em consonância com esta acção reformadora, lançar um conjunto de outras medidas que permitam disciplinar e fomentar a produção, ordená-la por forma a maximizar a utilização de recursos naturais sem os degradar, modernizar os processos produtivos, divulgar as novas técnicas e os conceitos, e dar garantias quanto ao escoamento dos produtos e perante o carácter aleatório da actividade.

A disciplina e o ordenamento da produção agrícola têm de estar na base de toda esta acção concertada. Teremos de optar pelas culturas mais aconselháveis face aos nossos recursos, não poderemos continuar a permitir as culturas marginais e a monocultura degradadora. Se queremos integrarmo-nos na Comunidade Económica Europeia, sabendo que aí a «regra de ouro» é a concorrência, teremos de caminhar na procura de produções que tenham a possibilidade de resistir a esse mercado. Seria necessário elaborar, a nosso ver, um plano director da produção agrícola, como desde há muito temos vindo a reclamar. Seria através dos estudos e opções que tal empreendimento exige que poderíamos definir correctamente os mecanismos de apoio e incentivo à produção, como o apoio técnico oficial, o crédito agrícola e a política de preços.

Não encontramos no Programa do Governo uma intenção de atacar o problema com esta profundidade, se bem que lá estejam disposições quanto ao ordenamento da produção e até, se bem que diluída, a referência a «um programa integrado de desenvolvimento agrário para o País».

A modernização das empresas agrícolas apresenta-se nesta perspectiva como uma outra exigência para a prossecução do objectivo aludido.

O aumento das produções não se poderá basear, no nosso país, em substanciais acréscimos de área cultivada, mas sobretudo na elevação do nível tecnológico de produção, ou seja, pelo aumento de produtividade.

Mas como poderá tal desiderato ser atingido se, cada vez que o agricultor procura utilizar a adubação racional, fazer o esquema de tratamentos correctos ou mecanizar a sua exploração, encontra os factores de produção mais caros?

Como desbloquear esta situação sem que exista uma política de subsídios aos factores, integrada num plano de produção agrícola?

Sem tal não poderão os agricultores resistir à exploração da indústria que se encontra a montante? Por outro lado, não poderão continuar as restrições relativamente às importações de bens de equipamento para a agricultura, ao ponto de não darem satisfação ao mercado. Tractores não são certamente por ninguém considerados artigos de luxo.

De pouco servirá pôr à disposição dos agricultores um serviço conveniente de apoio técnico oficial, de investigação e de experimentação agrícola, se a resolução dos problemas anteriores não for levada a bom termo.

O Programa do Governo nesta matéria, a de criar instuições de apoio aos agricultores, permite verificar-se nele uma real vontade de colocar o Ministério numa vontade de destruir a macrocefalia de que enferma o Ministério, pela concentração de técnicos, onde são precisamente menos necessários, de regularizar a sua descentralização, dinamizar os novos organismos criados pela lei orgânica e promover a criação de outros, como seja, por exemplo, a de um serviço de preços agrícolas.

Queremos, porém, chamar a atenção de que uma das causas da desconfiança dos agricultores e do descrédito do técnico, perante eles, tem sido o de lançar técnicos sem experiência e com deficiente preparação e nos últimos anos, estes se apresentarem mais com objectivos de doutrinação política do que no interesse da divulgação técnica. Diremos mesmo que a própria regionalização que está em curso no MAP tem sido posta em causa porque o critério de escolha das pessoas para os lugares-chave da estrutura tem sido marcado mais por uma partidarização de que por uma carreira profissional, o que necessariamente provoca conflitos e desconfiança nos serviços.

Creio, pois, que numa perspectiva de servir e não de deter o poder terá de se proceder a uma alteração radical na situação. É indispensável promover a dignificação de técnicos, criando a carreira profissional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ainda neste capítulo, fala o Governo da institucionalização de um sistema de seguro agrícola. Ora esta matéria tão insistentemente exigida pelos agricultores foi já objecto de uma iniciativa do PSD. Foi porém reprovada pela então maioria governamental PS/CDS, sob o argumento de que estava já para aprovação em Conselho de Ministros um diploma que criava o Instituto de Apoio à Agricultura, que na opinião daqueles partidos, não na nossa que continuavam a desconhecer o seu conteúdo, substituía com vantagem o nosso projecto. Como o Governo não especifica do que se trata, perguntamos:

Vai este Governo retomar o diploma que cria o IAA? Se a resposta fosse positiva, gostaríamos de ficar a saber para quando a sua apresentação?

Antes de terminar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não deixarei de afirmar que, ao contrário do que se tem afirmado até pelo responsável máximo deste Governo, no capítulo que respeita à política agrícola, existe uma diferença substancial entre este Programa e os anteriores. Apesar das reservas e questões que

apontámos, não deixaremos de reconhecer que o Programa, no que versa nesta matéria, é bem mais do que um simples inventário de medidas avulsas, contém uma filosofia própria. Destacaremos a preocupação dominante no fomento das estruturas económicas e socialmente viáveis e no pressuposto da integração europeia como quadro-guia para a política agrícola. Esta perspectiva é positiva e julgo mesmo que desde já poderíamos ir ensaiando legislação que se aproxima das directivas emanadas pela Comissão das Comunidades Económicas Europeias. Certo é que sendo este o quadro para que caminhamos, teremos de nos ir preparando para encarar as leis da concorrência e adoptando as nossas estruturas empresariais para tal. Por isso, ao nível empresarial há que colocar de imediato as diversas formas em igualdade de circunstâncias. Não poderá o que é lei para umas não o ser para outras, como acontece no sector agrícola, em que existem diferenças nítidas entre as diversas formas de empresa no acesso ao crédito, nos pagamentos à Previdência e nos encargos fiscais. Sejam UCPs cooperativas, empresas públicas ou privadas, elas deverão encontrar-se em igualdade de circunstâncias concorrenciais. Cada forma demonstrará que tem viabilidade, pelos seus méritos próprios. Por último assinalamos uma omissão incompreensível no Programa do Governo. Não se refere ao subsector das florestas e à produção florestal, apesar do peso que representa a sua produção no conjunto do produto agrícola, das potencialidades que o nosso território tem para a silvicultura, mas acima de tudo porque haveria que dizer uma palavra sobre os diplomas n.ºs 439-D/77 e 439-E/77, que como se sabe originaram um facto político importante, levando a uma grande mobilização contra os diplomas por parte dos produtores florestais.

Entretanto tais diplomas foram suspensos e apesar do PSD ter apresentado nesta Assembleia um projecto de revogação dessa matéria a situação indefinida mantém-se.

Que pensa o Governo fazer?

Se é certo que o Programa do Governo para o sector agrícola se apresenta como aceitável, também não deixará de ser correcto que é bem mais fácil abordar os problemas na teoria do que levá-los à prática. Por isso, mesmo que as questões que levantámos obtivessem respostas aceitáveis ficaria a reserva quanto à possibilidade de concretizar o Programa apresentado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro para pedir esclarecimentos.

O Sr. Victor Louro (PCP): — O Sr. Deputado Monteiro de Andrade, pelo estilo das intervenções que aqui vai fazendo, vai merecendo o legítimo epíteto de «Casqueiro do Parlamento» ...

Risos.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — São malcriados.

O Orador: — A expressão não é minha, já a ouvi utilizar, e estou a ver que passa a merecer-la.

Queria fazer-lhe apenas duas simples perguntas: O que é que o Sr. Deputado Monteiro de Andrade

entende por parceiro social e que é que o leva a considerar que a CAP tenha direito a ser parceiro social?

Uma voz do PSD: — Onde é que ouvi isso?

A segunda questão é esta: ficou admirado por essa coisa assombrosa de o Governo pôr no seu Programa que as expropriações devem prosseguir, ou poderão prosseguir — porque nem sequer se diz que devem —, sempre ou quando estejam reunidas as condições que o permitem. Mas não protestou por não existir nenhuma condicionante para a imediata entrega de reservas, quando me parece que o direito de exploração que os reservatários passaram a ter com a lei Barreto nunca se pode sobrepor ao direito ao trabalho reconhecido nos direitos fundamentais da nossa Constituição. Por isso pergunto se não acha que a entrega de reservas também deveria ficar condicionada à existência de situações em que fosse possível o cumprimento ou a garantia deste direito ao trabalho. Ou o Sr. Deputado é apenas partidário da lei do funil?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para responder, o Sr. Deputado Monteiro de Andrade, se assim o entender.

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em especial Sr. Deputado e colega Vítor Louro: Começou o Sr. Deputado por fazer uma referência no qual eu seria considerado, por alguém que não referiu, o «Casqueiro do Parlamento». Eu também já ouvi dizer que o Sr. Deputado era o «Lénine do Parlamento».

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Isso é muito, Sr. Deputado ...

Uma voz do PSD: — Isso era bom de mais para ele.

O Orador: — Dizem-me aqui que seria preferível chamar-lhe o «Estaline do Parlamento» ...

Risos.

Vozes do PSD: — Isso é demais!

O Sr. Victor Louro (PCP): — Está sem imaginação, Sr. Deputado!

O Orador: — Mas entremos nas questões que me pôs. Devo dizer-lhe que essas afirmações não me tocam, porque se as minhas posições e as do meu partido alguma vez podem ser coincidentes com as de organizações como a CAP, não vemos nisso nada de mal.

Vozes do PCP: — Claro, claro...

O Orador: — Apenas continuamos a considerar que essas organizações são organizações representativas de classe ...

Vozes do PSD: — De classe? Sim, sim...

O Orador: — ... e que têm de ser independentes dos partidos políticos, ao contrário da concepção dos Srs. Deputados do PCP.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sobre a pergunta acerca dos parceiros sociais, tenho a dizer-lhe que não fiz a referência que o Sr. Deputado me atribuiu. Apenas considerei surpreendente que tenham sido consideradas algumas organizações como parceiros sociais. Não disse se elas o deveriam ser ou não, pois entendo que isso é um critério político do Governo e ao Governo cabe a responsabilidade, através da representatividade que essas organizações têm, de as considerar como tais.

O Sr. Cavalheira Antunes (PCP): — Ora essa!

O Sr. Victor Louro (PCP): — Então por que é que considera surpreendente?

O Orador: — Em relação às expropriações, o que fiz foi perguntar ao Governo quais os meios que ele considerava indispensáveis para o prosseguimento das acções de expropriação. E referi que era indispensável provar aos Portugueses que as expropriações já efectuadas tinham dado resultados positivos, facto que ainda está por provar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PCP.

O Orador: — Foi isso que referi. Está por provar, não só essa utilidade pública, como ainda está também por aplicar toda uma grande parte do que respeita à legalização das acções, isto é, a entrega das reservas. A lei é clara nesse sentido, e o Partido Comunista oferece grandes resistências à sua aplicação. Por isso é que chamei a essa atitude de contrapoder, isto é, um poder que se opõe ao Executivo para que não seja posta em prática a vontade do povo português.

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP.

O Sr. Lino Lima (PCP): — Aquele Sr. Deputado não acredita que a terra é redonda!

Risos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Vítor Louro.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — O Al Capone...

O Sr. Victor Louro (PCP): — Falta-me a estatura para tanto...

Vozes do PSD: — Ainda bem que reconhece.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Pelo menos tem as barbas.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Era legí-

timo esperar deste Governo que se apresentasse com um Programa adequado ao seu carácter transitório, com medidas concretizáveis no curto espaço de meia dúzia de meses da sua existência, ele apresenta-se com um Programa agrícola decalcado do anterior — aquele cujos responsáveis quiseram convencer os Portugueses que era para governar até 1980, e que durou 6 meses —, sem sequer ter em conta o que aconteceu nesse período e que alterou o quadro da situação.

Seria bem útil que este Governo apontasse as linhas que se propunha seguir em relação ao próximo ano agrícola e as medidas que se propunha tomar em relação às gravíssimas dificuldades que se abateram sobre o sector em consequência da sucessão destes dois maus anos agrícolas em todo o território nacional.

Há medidas que urge tomar, que são justamente reclamadas pelos pequenos e médios agricultores e pelos trabalhadores da Reforma Agrária. Urge que sejam pagas as indemnizações dos prejuízos causados pelos temporais em todo o País, com destaque para o Baixo Mondego e o Ribatejo e pelas geadas tardias que arrasaram a produção agrícola em várias regiões, nomeadamente no distrito de Bragança. Urge que sejam pagas as indemnizações aos produtores que utilizaram as sementes impróprias vendidas pela EPAC no ano passado, e por causa das quais resultaram avultadíssimos prejuízos para as cooperativas da Reforma Agrária e a ruína de centenas de pequenos agricultores, particularmente no Alentejo. Urge garantir a distribuição de sementes nas próximas semanas, que permita a semeadura das áreas previstas com sementes de qualidade, corrigindo o erro de fazer pagar aos produtores a preocupante incapacidade da EPAC. Urge corrigir de imediato os aspectos mais gritantes da política de preços do Governo PS/CDS, nomeadamente em relação às rações e aos adubos, à carne e aos cereais. Urge dar garantias aos produtores nacionais de batata de semente nas áreas próprias, delimitando áreas privilegiadas e garantindo um efectivo apoio estatal no campo da assistência técnica e da comercialização — recorde-se a demagogia do CDS que prometeu aos agricultores de Montalegre a criação dessa região demarcada, mas evidentemente não o fez porque isso contrariava a sua política de protecção dos grandes armazénistas importantes. Urge levantar o corte do crédito agrícola de emergência de que mais de uma centena de UCPs/cooperativas são vítimas, muitas há mais de um ano. Urge garantir a normalidade do fornecimento de adubos para a próxima campanha, ultrapassando a provocadora atitude de certos ex-grémios. Urge tomar medidas em relação à amortização do crédito agrícola já vencido que tenha em conta a gravidade da situação causada aos pequenos e médios agricultores de todo o País e aos trabalhadores da Reforma Agrária por dois maus anos agrícolas sucessivos.

Mas em vez destas medidas urgentes, das quais depende larga e directamente o êxito da próxima campanha e a própria sobrevivência de milhares de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, este Governo não só nem sequer as refere, como opta claramente por dar satisfação a algumas das exigências dessa desestabilizadora organização político-terrorista que dá pelo nome de CAP e às exigências, que pelos vistos são as do PPD/PSD e que tem a

ver exclusivamente com os interesses dos grandes agrários: é especialmente o caso da rapidez de entrega das reservas, do rápido pagamento de milhões de contos de indemnizações aos agrários expropriados e da aplicação da lei Barreto e outras leis contra a Reforma Agrária.

Podemos afirmar com segurança que o programa agrícola deste Governo, aliás marcado por certos aspectos de uma confrangedora incapacidade técnica, se norteia por três ideias fundamentais: a recuperação capitalista da agricultura, a destruição da Reforma Agrária e a liquidação da pequena exploração agrícola.

Este programa agrícola, ora através de uma falsa tecnocracia, ora de deliberada ignorância dos objectivos constitucionais, ora de evidentes contradições internas, está efectivamente imbuído de um marcado espírito de classe voltado contra as camadas laboriosas do campo. Os evidentes aspectos de pura incompetência agravam essa característica — é, por exemplo incrível referir a medida de preparar a identificação das principais linhas de produção que interessa fomentar, como se elas não fossem já suficientemente conhecidas.

É a nosso ver particularmente lamentável a tentativa de transferir para os produtores as responsabilidades que cabem em exclusivo aos governantes; a tentativa de desfocar a acusação de absentismo dos agrários, misturando-os na única designação de «agricultores» com os pequenos agricultores e trabalhadores que trabalham incansavelmente; e a afrontosa atitude à Reforma Agrária de não analisar, nem sequer referir, nenhuma das importantes transformações verificadas nos campos de Portugal após o 25 de Abril.

É assim que o Programa passa em branco a transferência da posse útil da terra dos latifúndios para aqueles que a trabalham; o crédito agrícola que durante o ano de 1975 foi posto ao serviço dos produtores mais necessitados em detrimento dos ricos e dos absentistas; a comercialização de produtos agrícolas, que visava a libertação dos produtores da exploração dos grandes intermediários; o arrendamento rural, que visava dar segurança contratual e permitir ao agricultor-rendeiro uma maior confiança na exploração da terra e a devolução dos bairros aos povos.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Muito bem!

O Orador: — Com pode um Governo que se propõe governar este país, onde se faz uma Reforma Agrária que foi até às raízes estruturais dos males do latifúndio, teimar em ignorar as alterações realizadas em um quinto da superfície agrícola nacional? Como pode continuar a ignorar, mais de três anos passados sobre o seu arranque, o aumento da área cultivada, a duplicação dos efectivos pecuários, a implantação de regadios, a intensificação da mecanização, a introdução de novas culturas, a enorme diminuição do desemprego, etc.? Se o Governo não quisesse ignorar estas realidades e, pelo contrário, analisasse, como lhe competia, as razões deste enorme progresso, teria de concuir pela necessidade imperiosa de prosseguir e apoiar a Reforma Agrária, motor e

fator de desenvolvimento económico, de melhoria social, de progresso e independência nacional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas ao invés, surge clara em vários pontos do Programa a intenção deste Governo de a destruir, mormente quando coloca à cabeça das suas preocupações a mais rápida aplicação de toda a legislação referente à zona de intervenção, desde a lei Barreto até às leis da cortiça, da proibição de corte de árvores e do pagamento da contraprestação. Quer dizer, o Governo quer aplicar mais rápida e eficientemente um conjunto de leis discriminatórias das cooperativas da Reforma Agrária, cujo objectivo é claramente a sua liquidação por via quer da exaustão financeira, em consequência da apropriação pelo Estado de importantíssima quota dos resultados das cooperativas quer da redução das suas áreas de exploração e instalações em consequência da entrega de reservas, com as «majorações» e tudo o mais que a lei Barreto deixa ao arbitrio do Ministro, e a que o seu Secretário de Estado, responsável — pelo menos jurídico — da lei Barreto, com certeza não quererá deixar de lançar mão.

Neste campo, onde se mistura ódio à Reforma Agrária com a incapacidade técnica, importa notar que o Governo, à semelhança do Presidente Carter com a sua famosa campanha dos direitos humanos pretende aplicar apenas nas terras expropriadas e nacionalizadas uma política de defesa dos recursos florestais, recursos hídricos e ambiente... porque por essa via pretende criar novas dificuldades às UCPs/cooperativas.

E para marcar essa orientação, o MAP, à semelhança do MAP de Barreto e Portas, promete assegurar «um pleno e pronto respeito pelas decisões do MAP relativas à definição dos direitos fundiários». Importa denunciar que o Ministério da Agricultura, cujos Secretários de Estado são eles próprios pertencentes a famílias de agrários expropriados ou a minipartidos de agrários, pretende servir-se do poder de Estado para, como árbitro, fazer cumprir as decisões em que ele próprio é parte interessada.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Ora a experiência do ex-secretário de Estado Portas mostra claramente o perigo que é para os Portugueses e para a economia e para a democracia portuguesa um homem servir-se da sua posição no Governo para servir a sua família e os seus amigos, utilizando até os próprios meios armados do Estado, nomeadamente as forças militares.

Aplausos do PCP.

A incapacidade do Governo manifesta-se ainda claramente quando atribui ao próprio sector a responsabilidade da situação que vive e a pretensa incapacidade de corresponder às necessidades alimentares do País. Importa lembrar que é aos governantes que cabem tais responsabilidades e que a nossa agricultura tem uma apreciável capacidade de resposta às medidas governamentais. Haja em vista, por exemplo, o que se passou com a produção de leite, que

aumentou forte e rapidamente em consequência das medidas tomadas em 1975-1976, e que respondeu pela negativa ao brutal aumento das rações verificado no tempo do Governo PS/CDS.

E no entanto, este Governo, que assim pretende transferir para os camponeses as responsabilidades que em exclusivo os governantes têm, apresenta-se despidoradamente como desconhecedor até dos principais ramos da produção que interessa fomentar. E é isto um Governo que faz questão de alardear a sua competência!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Tentamos explorar a positiva afirmação do Programa de que o sector agrícola deve ser considerado «altamente prioritário no contexto da política global do Governo». Todavia, até essa é uma afirmação gratuita, logo contraditada alguns parágrafos adjante, quando o Governo aponta expressamente a subordinação da política do sector a certos interesses da indústria — ou inconfessadamente de alguns industriais —, particularmente em relação à rede de frio e à indústria de transformação de produtos agrícolas.

Importa ainda uma vez chamar a atenção para a escandalosa subordinação da política agrícola não aos imperativos constitucionais mas à integração no Mercado Comum. Este Governo considera-a um «desafio à capacidade dos Portugueses e um estímulo poderoso para a concretização das transformações estruturais e institucionais». Mas, ao contrário do que fazem os próprios grandes do Mercado Comum, este Governo não considera os riscos dessa integração. E, no entanto, a imediata subordinação da sua política a essa ideia é um verdadeiro salto no desconhecido: é o próprio Governo que confessa desconhecer as implicações derivadas da adesão, propondo-se aliás vir a estudá-la!

As consequências da adesão podem ser desconhecidas para o MAP, mas não o são para nós: aderir à CEE significaria uma ainda maior dependência do nosso país em relação ao estrangeiro; o agravamento do binómio exportação/importação, a invasão do mercado português de produtos agrícolas, que liquidaria rapidamente os produtores portugueses; o prosseguimento da política de liquidação das pequenas explorações, tal como acontece nos países do Mercado Comum; a liquidação da Reforma Agrária, cuja estrutura é incompatível com as estruturas capitalistas da agricultura do Mercado Comum.

E é a esta luz que temos de entender o verdadeiro significado da preocupação de aplicar mais rapidamente a lei Barreto e as outras leis contra a Reforma Agrária, bem como certas passagens aparentemente desprovidas de especial significado.

É o caso, por exemplo, da política de crédito. Por que razão a actual equipa, que chega a copiar partes do Programa do anterior Governo, omite praticamente tudo o que diz respeito ao crédito agrícola? Reduzir a uma alínea a política de crédito dizendo que ela se orientará para as «unidades com viabilidade económica [...] privilegiando as que se possam inserir em adequados projectos de exploração», significa pôr à margem a generalidade das pequenas explorações e encaminhar os dinheiros públicos ape-

nas para as empresas capitalistas; significa, só por si, a progressiva liquidação da pequena exploração.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A confirmá-lo está a orientação tomada a propósito da política de preços, que este Governo pretende calcular, aparentemente tecnocraticamente, através de contabilidades agrícolas representativas. Ora é sabido que as pequenas explorações — que são exactamente as que têm mais elevados custos de produção — nem sequer têm contabilidade. Por isso o Governo quer fazer uma política de preços servindo as explorações capitalistas e arruinando os pequenos agricultores.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Um Governo que coloca à cabeça das suas preocupações a destruição da Reforma Agrária e que adopta uma política claramente conducente à liquidação das pequenas explorações agrícolas; um Governo que orienta a sua política não pelos interesses nacionais mas pelos interesses do Mercado Comum apesar de afirmar desconhecer as consequências que da adesão podem advir para o nosso país; um Governo que não pode encontrar soluções para os problemas da agricultura porque nem sequer caracteriza correctamente a situação do sector, e que ainda por cima ignora as principais linhas de produção a fomentar. é um Governo que não corresponde às necessidades do nosso povo e do nosso país, nunca, e muito menos na hora actual.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Nesta hora é necessário um Governo que dê garantias de trabalhar para a consolidação da Reforma Agrária e para a defesa, a todo o custo, das pequenas explorações agrícolas. Estas, que representam 90% do total das explorações agrícolas portuguesas, e aquela, a Reforma Agrária que explora 1/5 da superfície agrícola nacional, têm de ser o centro da atenção do poder, não com vista a liquidá-las, como pretende o Governo de Nobre da Costa, mas com vista a criar as condições para o fortalecimento do seu papel no aumento da produção e da produtividade, na melhoria da situação das centenas de milhares de portugueses que aí trabalham e na melhoria do bem-estar do povo português.

Aplausos do PCP

Um tal objectivo exige, no entender do PCP, não uma política assente na exportação, como este Governo sugere, mas sim uma política centrada na necessidade de produzir no nosso país os produtos agrícolas capazes de satisfazer o consumo interno.

Por isso o PCP defende que é necessário fazer arrancar decididamente duas linhas prioritárias para o desenvolvimento agrícola nacional: uma, a da produção animal à base de produtos obtidos na nossa agricultura — concretamente a produção de forragens —, e não de produtos importados; a outra, a da produção em moldes tecnicamente actualizados de culturas que, como os cereais e as oleaginosas, representam um pesadíssimo factor de desequilíbrio da nossa balança comercial.

Tais linhas de desenvolvimento exigem condições de estabilidade na produção — o que implica a aplicação de uma lei justa de arrendamento rural e o respeito pelas transformações realizadas com a Reforma Agrária — e a garantia do pleno emprego de todos os que trabalham na agricultura.

Neste sentido, o PCP entende ser necessário uma política de crédito que vá ao encontro não dos mais ricos mas dos mais necessitados; uma política de investimento ditada pelos interesses da nossa pátria e não pelos estrangeiros; uma política de assistência técnica voltada para as necessidades das pequenas explorações e das UCPs/cooperativas e não para os ricos proprietários que podem bem pagar aos seus engenheiros; uma política de efectivo apoio ao cooperativismo e ao associativismo em geral, com vista tanto a uma melhor organização das camadas laboriosas do campo, como para ultrapassar as limitações decorrentes da muito pequena propriedade; uma política de real defesa dos rendeiros que não podem estar sujeitos a arbitrários despedimentos nem ao pagamento de rendas exorbitantes ou mesmo a partilhar com o senhorio os produtos que só ele cultiva; uma política de diálogo e participação dos pequenos e médios agricultores e dos trabalhadores rurais nas medidas que lhes dizem respeito; uma libertação dos circuitos comerciais dos grandes intermediários parasitas; uma política de fomento das novas culturas, nomeadamente o tabaco e a beterraba; uma política de intensificação da utilização dos baldios pelos povos seus legítimos utentes; uma política de protecção, conservação e melhoramento dos recursos naturais.

Uma tal política só pode ser efectivada pelas forças democráticas e progressistas que têm lutado e continuarão a lutar pelos interesses da nossa pátria e do nosso povo. Uma tal política só pode ser realizada com o PCP, com a sua serenidade, a sua capacidade organizadora, o seu profundo conhecimento da situação económica e social do nosso país, a sua profunda implantação nas massas trabalhadoras do nosso povo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Do povo soviético.

Risos do PSD.

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — Sr. Presidente, é para um curto protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — Sr. Presidente, queria fazer um curto protesto em relação a uma afirmação feita pelo Sr. Deputado Vítor Louro ao ligar a defesa da lei Barreto ao interesse dos grandes agrários. Devo dizer ao Sr. Deputado, que a defesa da Reforma Agrária só se faz neste país através da Lei da Reforma Agrária, aprovada pelos representantes do povo português. E essa é que é a verdadeira Reforma Agrária.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Entendemos que a resistência à aplicação dessa legislação é que é uma atitude reaccionária.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PCP.

O Orador: — Entendemos que quem faz a defesa dos grandes agriários é o PCP, a dos únicos agrários que existem presentemente em Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PSD.

Risos do PCP.

Uma voz do PCP: — Vai dizer isso ao Casqueiro!

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Presidente, intervinho neste momento do debate porque o Sr. Deputado Vítor Louro falou na demagogia do CDS ao prometer a revisão da demarcação da região produtora da batata de semente em Montalegre. Queria perguntar ao Sr. Deputado quem foi o membro do Governo do CDS que promoveu tal coisa.

Desde já queria esclarecer, porque fui de certo modo interveniente em assuntos sobre a batata de semente da região de Montalegre, que pelo menos o que se passou comigo numa conversa com os representantes da zona periférica da região demarcada para a produção da batata de semente foi que eles...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Ai, ai, ai...

O Orador: — Não estou atrapalhado, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — O Sr. Deputado está excitado!

O Orador: — O Sr. Deputado Carlos Brito não percebeu, viou explicar outra vez.

Houve um grupo de agricultores da zona periférica envolvente da propriamente demarcada zona produtora da batata de semente que veio a Lisboa para pedir a vários membros do Governo o aumento do preço da batata produzida nessa região, que estava fora da autêntica zona produtora, e que achava que os 5\$20 por quilo era pouco. Pessoalmente, como acessor do Ministro ouvi e disse-lhes que tinham razão no aspecto de considerarem que o preço de 5\$20 era baixo e que deviam ter um preço superior. Simplesmente essa batata não poderia ser certificada porque não obedecia aos critérios técnicos mínimos para ser certificada, e no meu entender o que deveria haver era um prémio, uma bonificação por hectare, dado que as produções são mais baixas. Este assunto foi encaminhado para o Sr. Secretário do Fomento Agrário que, ao que sei, mandou estudar o assunto *in loco* e preparava-se, ou pensava atribuir esse subsídio por hectare.

Este esclarecimento aqui fica, mas à pergunta ao Sr. Deputado Vitor Louro permanece. Quem foi o membro do Governo que prometeu uma nova demarcação?

O Sr. Presidente: — Se assim o entender, pode responder, Sr. Deputado Vitor Louro.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Não foi um membro do Governo, foi um «membro-sombra do Governo»...

Risos.

Era o «ministro sombra» da agricultura, engenheiro Carvalho Cardoso, nosso ilustre interpelante.

Vozes do PCP: — Oh!...

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Mas eu não prometi isso.

O Orador: — Em relação ao protesto do Sr. Deputado Monteiro de Andrade, que já me chamou hoje o «Lémine do Parlamento» e que afirmou agora que o PCP é que defende os agrários...

Risos do PCP.

... limito-me a sublinhar que jamais vimos o Sr. Deputado Monteiro de Andrade, ou alguém do seu Partido, nesta Câmara, ou fosse onde fosse, defender coerentemente os interesses dos pequenos agricultores, na prática e não em palavreado, e que sempre vimos o Sr. Deputado Monteiro de Andrade e o seu partido ao lado, não só em palavras mas também em actos, dos grandes agrários!

Aplausos do PCP.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — Sr. Presidente, não quero entrar em polémica até porque as posições do meu partido têm sido bem claras neste domínio.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Honra lhe seja...

Vozes do PCP: — Ai são, isso é verdade.

O Orador: — Sempre em todos os documentos e nas intervenções que temos feito temos tido uma preocupação dominante de defesa dos pequenos agricultores deste país, que são a esmagadora maioria dos produtores agrícolas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Temos apresentado propostas concretas nesse sentido...

Uma voz do PCP: — A Lei do Arrendamento Rural, por exemplo...

O Orador: — ...e eu mesmo, hoje, referi nomeadamente a revisão da legislação sobre agricultura de grupo, o associativismo agrícola, a revisão da legislação sobre o emparcelamento e parcelamento e a revisão da legislação que evita a divisão excessiva dos prédios rurais. Temos apresentado variadíssimas soluções para defesa dos agricultores e hoje mesmo referi que a entrega de reservas para exploração das terras expropriadas devia ser feita prioritariamente a pequenos agricultores, a trabalhadores rurais ou a rendeiros que não tivessem terra, para aí criarem empresas agrícolas familiares, porque é esse o grande desejo da maioria dos trabalhadores rurais, da maioria dos pequenos agricultores e da maioria dos rendeiros.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Rodrigues Vitoriano.

O Sr. Vitor Louro (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Vitor Louro deseja responder, não é verdade?

O Sr. Victor Louro (PCP): — É apenas para dar uma brevíssima explicação à Câmara, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Victor Louro (PCP): — De facto, o PPD/PSD sempre tem feito tudo isso que o Sr. Deputado Monteiro de Andrade acabou de dizer com o pretexto da defesa dos interesses dos pequenos agricultores, mas efectivamente contra eles.

Protestos do PSD.

O Orador: — E é prova disso o comportamento dos Deputados do PPD/PSD nesta Câmara em defesa da lei Barreto, ao proporem a alteração à Lei do Arrendamento Rural e finalmente ao votarem contra o projecto de lei de Arrendamento Rural apresentado pelo PCP.

Risos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não sei bem se o que vou fazer será um protesto ou uma pergunta ao Sr. Deputado Vitor Louro.

Vozes do PCP: — Não sabe?

O Orador: — Efectivamente, tenho dúvidas, porque a displicência, o ar profundamente incorrecto e as classificações que o Sr. Deputado atribui aos outros levam-me a considerar que há, de facto, uma grande indigência na sua argumentação.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Isso é que é falar...

O Orador: — Isto tem o seu quê de protesto e contém também uma pergunta.

Julgava que nesta Câmara quando ouvia o Sr. Deputado Vitor Louro era o Sr. Deputado Vitor Louro que falava. Como de uma maneira geral ele classifica os outros como falando noutra condição, queria perguntar-lhe quem é que fala aqui, pela sua boca, pela sua presença, em nome de quê e de quem?

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Não se exalte, Sr. Deputado...

O Orador: — Não é exaltação. Espero bem que não me dê a resposta demagógica que é em nome do povo.

O Sr. Presidente: — Pode responder, Sr. Deputado Vitor Louro.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Espanta-me o ar exaltado da fase final da sua intervenção, Sr. Deputado Carlos Róbalo. O Sr. Deputado costuma ser um homem sereno, como todos conhecemos...

Risos do PCP.

... e foi ao ponto de não saber em nome de quem fala nesta Câmara um deputado!...

Um deputado, e nomeadamente um Deputado do PCP, na Assembleia da República, fala em nome do povo português.

Aplausos do PCP.

Vozes do PSD: — Todos!

O Orador: — Por outro lado, peço muita desculpa pelos motivos que deram origem à sua profunda indignação, mas a responsabilidade de chamar «ministro-sombra» aos homens que o CDS destacou para acompanhar lateralmente, atrás, por dentro, não se sabe aonde...

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Talvez à frente...

O Orador: — ..., os membros do Gabinete do anterior Governo, os quais foram assim classificados vulgarmente e não sei até se pelo próprio CDS. Foi assim que o povo português, através dos órgãos de comunicação social, passou a conhecê-los.

E, na verdade, não foi na qualidade de Deputado que o Sr. engenheiro Carvalho Cardoso prestou aquelas declarações, mas sim na qualidade, disse ele agora, de assessor do Ministro, creio que, para ser mais rigoroso, do Ministro do Comércio e Turismo. Mas o Sr. engenheiro Carvalho Cardoso era também, a par disso, conhecido por «ministro-sombra» do CDS para a Agricultura e até se demitiu...

Risos do PCP.

... do cargo de «ministro-sombra» quando surginam problemas, em determinada altura, com o Programa desse Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Na verdade, a intervenção do Sr. Deputado Vitor Louro veio clarificar

uma situação: é que o Sr. Deputado entende que o PCP neste Parlamento tem um estatuto especial.

Vozes do PCP: — Não tem, Sr. Deputado!

O Sr. Victor Louro (PCP): — Eu disse «nomeadamente», Sr. Deputado!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O Sr. Deputado é que levantou a questão.

O Orador: — Tem, Sns. Deputados. Efectivamente foi esse o meu entendimento e parece-me que foi também o entendimento geral da Câmara, tendo em conta inclusivamente que a maioria dos Deputados disse que todos aqui representavam o povo.

Vozes do PCP: — É certo, Sr. Deputado!

O Orador: — Penso que efectivamente o povo de Portugal não é o povo reservado do PCP.

Gostaria ainda de lhe dizer que se os órgãos de informação atribuem determinados títulos, o problema é deles; não vou, de forma nenhuma, usar nem os termos nem os títulos que determinados órgãos de informação...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado.

O Orador: — Não, Sr. Deputado! Não lhe dou licença para me interromper.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Estamos esclarecidos...

O Orador: — Normalmente está. Mesmo o Sr. Deputado não precisa que lhe digam nada, até porque as coisas só devem ser ditas a quem as aproveita — coisa que normalmente não é praxe no Sr. Deputado.

O Sr. Lino Lima (PCP): — O Sr. Deputado hoje não está nada desportivo; só na camisa!

O Orador: — Queria ainda chamar a atenção ao Sr. Deputado Vitor Louro de que a obrigação dele aqui é efectivamente tratar os Deputados como Deputados e não utilizar outros títulos. O Sr. Deputado Vitor Louro não vê isso desta bancada, senão em pormenores de aparte e resposta, pois quando a nossa bancada se dirige a alguém é sempre em termos de Srs. Deputados. É nesses termos que nós exigimos ser tratados.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Vitor Louro deseja usar a palavra para que efectivo?

Vozes do PS: — Isto não pode continuar...

O Sr. Victor Louro (PCP): — É para um veemente protesto contra a sucessiva deformação das minhas afirmações, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Eu não me referi senão à demagogia do CDS a propósito do problema da batata de semente. E já referi que não foi enquanto Deputado que esse membro do CDS fez essa demagogia; foi enquanto, já o disse, assessor. Não tenho culpa do que os homens do CDS são neste mundo, além de Deputados. Portanto, não admito que o Sr. Deputado Carlos Robalo me atribua expressões que não podem ser, de maneira nenhuma, dirigidas ao Sr. Deputado Carvalho Cardoso, porque não foi a este como tal que foram dirigidas, mas sim ao engenheiro Carvalho Cardoso, assessor de um Ministro, que, por acaso, coincide com a mesma pessoa.

Risos do PCP.

Não lhe é, portanto, permitido, no meu entender continuar nesse tipo de insinuações.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Está errado...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Pedro Roseta pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, é para um curtíssimo protesto, mas que não deixa de ser também uma constatação.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Pela primeira vez ouvimos da boca de um representante do Partido Comunista Português a afirmação de que todos os deputados falam em nome do povo

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Oh, Sr. Deputado...

O Orador: — Queria acrescentar que isso foi o que os sociais-democratas sempre disseram com o seguinte acrescento: falam em nome do povo na proporção daquilo que o povo os mandatou através das eleições livres que houve em Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nós representamos, já aqui o dissemos várias vezes, 25 por cento do povo português e não admitimos que ninguém diga o contrário.

Ora, caem pela base, de uma vez por todas...

Risos do PCP.

...aqueelas afirmações diárias, repito diárias, que os nossos colegas do Partido Comunista, e não só, fazem de que os Deputados sociais-democratas representam A, B, ou C. Das duas uma: ou os senhores invocam a Constituição só quando lhes convém, como aconteceu agora, ou têm de acabar, de uma vez por todas, com essas afirmações.

Vozes do PCP: — Oh, Sr. Deputado...

O Orador: — E terem bem presente na cabeça que nós representamos os interesses de um quarto do povo português que nos elegeu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Lino Lima (PCP): — Não se irrite, Sr. Deputado...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Hoje sonhou com a ameaça guatemalteca!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Vocês têm de ouvir às vezes certas verdades que são evidentes!...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Gostamos de o ouvir, mas as pessoas às vezes é que podem estar cansadas...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Cabendo-me essencialmente analisar aqui a política sectorial no domínio da agricultura que o 3.º Governo Constitucional se propõe empreender, desejo começar por esclarecer que tenho pelo Sr. Ministro da Agricultura e Pescas grande estima e a mais elevada consideração. Seu colega na carreira de investigação, que ambos abraçámos, e seu velho companheiro de luta por uma política científica agrária adequadamente coordenada e inteiramente orientada para servir a agricultura e os agricultores portugueses e para contribuir para o avanço da ciência, habituei-me há muito a apreciar e respeitar os seus dotes de inteligência, as suas invulgares qualidades de trabalho e de iniciativa, a sua probidade moral e a sua integridade de carácter. Não obstante as diferentes opções políticas que publicamente fizemos, eu declarando-me democrata-cristão e ele mantendo-se independente, nada tem ensombrado as boas relações de amizade que cultivamos e desejo continuar.

É, por isso, com certa mágoa que me vejo agora compelido a criticar com alguma severidade o programa do sector a seu cargo e a levantar um grande número de dúvidas, quando tudo em mim apelava para o deleitado procedimento do sonoro aplauso. Mas como a democracia é plena de virtualidades, vale-nos a certeza de que a controvérsia e o debate leais e construtivos, postos acima de tudo ao serviço do povo a que pertencemos, jamais prejudicarão as boas relações humanas, antes as tornarão mais estreitas, mais intensas.

Ao ler-se o programa sectorial da agricultura fica-se com a ideia de que o Governo pensa durar não, na melhor das hipóteses, escassos meses, mas sim largos anos, várias legislaturas. E, pior do que isso, ao alongar o seu olhar para o futuro distante, contrariando muito do que o Sr. Primeiro-Ministro aqui nos disse, parece ter esquecido o dia de hoje e o de amanhã, as próximas sementeiras, o ano de 1979 e o seguinte, aquilo que o agricultor precisa e quer agora saber, aquilo de que o País carece imediatamente, pelo qual está já cansado de esperar.

Após uma prévia caracterização da situação que, por tão sumária, fica muito aquém de várias outras largamente conhecidas, são a seguir abordados os pressupostos e condicionantes, os objectivos a atingir e as principais medidas de política, os quais, na sua globalidade, muito pouco diferem dos do Programa do 2.º Governo Constitucional, não lhe faltando até algumas transcrições integrais.

Não teria sido preferível afirmar que a orientação geral de médio e longo prazos adoptada seria, em linhas gerais, a do Governo anterior, referindo apenas as possíveis inovações, e enveredar decididamente pela l'estagm de acções prioritárias que este Executivo se propunha encarar, balizando metas e apontando prazos?

Sabido como é imperioso e urgente diminuir o deficit da balança de pagamentos e que para isso muito pode contribuir o aumento da produção agrária, o Programa continua a abordar apenas as ideias gerais de sempre e não aponta para o lançamento de acções para o próximo ano agrícola susceptíveis de rápida resposta, como seja, por exemplo, o aumento da produção de cereais e de leguminosas em solos susceptíveis de utilização agrícola e de certas produções pecuárias, através da mobilização concertada de todos os meios possíveis nos domínios da extensão, do crédito, dos preços e do seguro, com o recurso mesmo a prémios de produtividade. Que produções se vão preferencialmente fomentar? Como avançarão as «novas culturas», nomeadamente o tabaco e a beterraba sacarina? Que se vai fazer para colmatar as principais deficiências dos aproveitamentos hidroagrícolas? Poder-se-á recorrer, já na próxima Primavera, à rega por aspersão nos aproveitamentos onde ela se justificar e evitar a prolongada monocultura? Que áreas serão rapidamente devotadas à silvo-pastorícia, retirando-as do cultivo indevido a que foram sujeitas, em especial na zona de intervenção da Reforma Agrária? Que alterações se promoverão, a curto prazo, na produção pecuária para reduzir a importação de componentes das rações? Quais as acções imediatas nos domínios da horto-fruticultura, da olivicultura e da vitivinicultura? Por exemplo, face à escassez da próxima colheita, será autorizada a importação de vinho sobretudo para possibilitar a garantia de fornecimento aos nossos tradicionais mercados externos?

Nada disto parece ter dominado a preocupação do Governo, que preferiu continuar a falar apenas vagamente em aperfeiçoamento de tecnologias, ajustamento de sistemas culturais, aproveitamento de recursos subutilizados, explorações-modelo, temas repisados há décadas.

No domínio institucional, promete-se ir finalmente regulamentar e aplicar a Lei Orgânica do MAP, onde mais de 13 000 funcionários se esforçam por fazer o impossível, isto é, actuar com eficiência numa espécie de jogo de xadrez em que se dispõe apenas das pedras mas não há tabuleiro, nem regras de jogo, nem se conhece como alcançar a vitória ou sequer o empate.

Mas com que rapidez se institucionalizarão as leis orgânicas dos diversos serviços? Que acentuação se porá na regionalização dos serviços, face às dificuldades postas pelos serviços centrais? Manter-se-ão as regiões e sub-regiões provisoriamente estabelecidas?

Louva-se a intenção de criar um serviço de preços agrícolas e de um serviço de informações sobre produtos agrícolas e a integração no MAP dos organismos de coordenação económica com interferência no sector. Mas quando se verificará tudo isso? Antes ou depois da apresentação na Assembleia da República da moção de confiança?

Ao falar-se na institucionalização de um sistema de seguro de colheitas e de acidentes parece ignorar-se ter sido já criado por lei o Instituto de Protecção

Agrícola. Quando arranca? Que fará o governo imediatamente no domínio da cobertura dos riscos naturais não controláveis e do apoio ressegurador indispensável às mútuas de gado? Enveredará já pelo seguro de colheitas com uma cobertura multi-riscos abrangendo uma ou várias culturas cuja tecnologia esteja perfeitamente dominada e garantindo aos agricultores um rendimento mínimo desde que aceitem utilizar obrigatoriamente a técnica cultural mais aconselhável? A EPAC pagará ou não indemnizações pelos prejuízos devidos ao fornecimento de sementes impróprias na campanha passada?

Promete-se a dinamização do IFADAP. Mas irá este, como parece vislumbrar-se, montar estruturas técnicas paralelas às do MAP? Que política de crédito se vai seguir? O crédito agrícola de emergência (que antes se deveria chamar de campanha) vai continuar a ser canalizado pelos ex-grémios da lavoura? Cessarão definitivamente os créditos políticos? Prosseguirá a temosia de não permitir às cooperativas agrícolas de transformação, conservação e comercialização que sejam directamente mutuárias? Continuará a marginalização das caixas de crédito agrícola mútuo desse tipo de crédito? Que bonificação se prevê para as taxas de juro do crédito agrícola? Na utilização de fundos internacionais deixar-se-á de verificar o que se passou com os do PL 480, desrespeitando-se as prioridades acordadas e não divulgando pelos agricultores a sua existência e condição de acesso?

No domínio da estruturação agrária garante-se mais rápida aplicação da legislação da Reforma Agrária na zona de intervenção. Nada se diz, porém, sobre a devolução imediata de todas as terras não expropriáveis indevidamente ocupadas, actuação que tem de constituir ponto de honra de um Estado de direito. Pensa o governo fazer cumprir rigorosamente as prioridades e os prazos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 81/78 sobre entrega de reservas, dotando os serviços com os meios mínimos necessários? Pagar-se-ão compensações pelo uso indevido, pelos ocupantes, de terras, gados e equipamentos? Na entrega para exploração das terras expropriadas ou nacionalizadas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 118/78, privilegiar-se-á a formação de empresas familiares modernas ou preferir-se-ão as grandes explorações colectivas ou estatais de muitos milhares de hectares? Irá o Governo esclarecer rapidamente as dúvidas do Decreto-Lei n.º 260/77 sobre a comercialização da cortiça, considerando-a fruto pendente e evitando que seja paga duas vezes, uma aos actuais detentores da posse útil da terra e outra aos antigos donos, com pesado sacrifício para os contribuintes? Nos contratos para exploração das áreas expropriadas ou nacionalizadas serão ou não incluídos os povoamentos florestais instalados pelos anteriores proprietários, seguindo ou contrariando o procedimento tradicional? Como se irão viabilizar as novas empresas agrícolas da zona de intervenção, assegurando-lhes condições de estabilidade, modernização e acesso ao crédito, como a premência do aumento da produção e da produtividade exigem? Arranca-se desde já com a elaboração de um plano de desenvolvimento integrado da zona de intervenção, cuja primeira fase, de inventário, que poderia ser parcialmente conseguida por processos modernos de detecção remota, permitiria conhecer com rigor a evolução verificada nos últimos anos, designadamente quanto

ao indevido alargamento do cultivo a solos de capacidade uso D e E, com severas limitações para tal, quanto ao abate de povoamentos florestais, quanto à controversa variação dos efectivos pecuários e quanto à apregoada intensificação cultural?

Promete-se activar os mecanismos necessários a uma rápida satisfação das indemnizações por expropriação ou nacionalização ou por outras responsabilidades do Estado. Trata-se, evidentemente, de indemnizações provisórias, que se espera não obedeçam a critérios tão injustos como o que se chegou a aventar de regular os preços da cotação pelas cotações de 1974. Mas para quando a apresentação a esta Assembleia dos critérios de fixação das indemnizações definitivas dos prédios rústicos expropriados e das requisições de equipamentos, móveis e semoventes, conforme estipula o artigo 75.º da Lei da Reforma Agrária?

E quando serão publicados os decretos-leis, impostos pelo mesmo artigo, sobre o regime de uso da terra, sobre princípios reguladores das várias formas de empresas agrícolas e sobre parceria agrícola? Vai o Governo elaborar rapidamente o estatuto da terra, água e florestas? Quando surgirá a regulamentação da Lei do Arrendamento Rural, cujo prazo está há muito ultrapassado?

Quanto ao associativismo agrícola, considerará o Governo com igual representatividade a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Confederação Nacional dos Agricultores (CNA) e as Uniões Distritais de Agricultores (UDA), ou terá na devida conta a sua muito diversa expressão interna e internacional e a sua diferente participação em órgãos superiores, como o Conselho Nacional do Plano? Como encarárá, face às necessidades de desenvolvimento do cooperativismo agrícola, sobretudo de grau intermédio, a constituição de empresas mistas dos sectores cooperativo e privado?

Rejubila-se com a inclusão no capítulo da agricultura de uma referência às actividades de investigação-desenvolvimento (I-D), como aliás seria de esperar. O pouco que se diz significa, porém, muito e oxalá que isso se comunga com este ou com outro Governo. Faço, todavia, um apelo imediato: que se não deixem de fora do INIA (Instituto Nacional de Investigação Agrária) actividades que são nitidamente do domínio da investigação científica, o que, a não verificar-se, conduzirá fatalmente (como está a acontecer) à sua descoordenação, ineficiência, enfraquecimento e até aniquilamento. Apelo também para a elaboração urgente do ordenamento agrário do território nacional, optando pelas alternativas de utilização da terra melhor ajustadas às potencialidades ecológicas e que, sem molestar a manutenção da capacidade de renovação dos recursos naturais renováveis, mais contribuam para o equilíbrio da balança comercial, dentro da óptica de plena integração de Portugal na CEE.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Escasseia-me o tempo para prosseguir. Todos verificaram que, sob a forma talvez fastidiosa de perguntas, levantei aqui variadíssimos problemas que, em meu entender, deveriam preferencialmente preocupar um Governo que se proclama «de acção programática e eficiente» e que anuncia ir «dedicar-se prioritariamente à execução de tarefas necessárias» e à «prática de acções concretas de curto

prazo» e que, portanto deveriam constar obrigatoriamente do seu Programa.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas poderá, se quiser, esclarecer a Assembleia e o país se a omissão de tais questões se ficou a dever ou não a um muito discutível critério de se cingir às orientações, relegando as acções, e reparar a falta, se a resposta for afirmativa. Mesmo assim, fica-nos ainda uma grande e última dúvida: será que este Governo, com a composição que o seu chefe lhe imprimiu, vai colegialmente acordar em uníssono sei, de facto, um imperativo e uma constante da sua política a prioridade da agricultura em relação aos outros sectores, garantindo efectivamente os meios institucionais e financeiros necessários à recuperação da agricultura portuguesa, sem a qual não será possível resolver a crise económica e social? É que os grandes gestores dos sectores secundário e terciário revelaram sempre enorme dificuldade para o entender, aceitar e aplicar.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vitor Louro para pedir esclarecimentos.

O Sr. Victor Louro (PCP): — O Sr. Deputado Carvalho Cardoso, pelos vistos, compartilha do mesmo funil que o Sr. Deputado Monteiro de Andrade...

Ouvimos da sua boca um conjunto de exigências para que mais rapidamente entrasse dinheiro no bolso dos agrários. Não ouvimos da sua boca uma única palavra que pudesse querer significar que o Sr. Deputado Carvalho Cardoso e o CDS estão igualmente preocupados com as dívidas que os agrários têm para com a banca nacionalizada, com as dívidas que os agrários-reservatários têm para com as próprias cooperativas em razão dos investimentos realizados pelas cooperativas e que o Ministério Barreto fez passar para as mãos dos agrários; não ouvimos uma única palavra sobre as dívidas dos agrários para com o próprio Estado em relação às terras nacionalizadas ao abrigo do Decreto-Lei 407-A/75, relativo à nacionalização dos perímetros regados, e que continuam com a terra nas suas mãos, e não ouvimos aqui o Sr. Deputado a exigir que eles pagassem essa dívida que têm para com o Estado.

Que funil é esse, Sr. Deputado?

O Sr. Sousa Marques (PCP): — É um funil de classe...

O Sr. Presidente: — Pode responder, Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Recomendo ao Sr. Deputado Vitor Louro, que dentro de momentos poderá com certeza dispor da minha intervenção, que a leia com atenção, pois vai encontrar nela muitas preocupações que são caras ao seu espírito, sobretudo quando o Sr. Deputado diz que defende os pequenos e médios agricultores e o sagrado direito à propriedade privada, como agora os vossos correlegionários dizem no Norte... Vai, com certeza, encontrar lá muitos motivos de agrado sob essa óptica que agora propalam tão alegremente.

O Sr. Victor Louro (PCP): — E sobre o que lhe perguntei?

O Orador: — Quero dizer-lhe que eu próprio e o meu partido estamos preocupados com todas as dívidas do Estado, até porque o Estado tem dificuldades financeiras. E as dívidas dos proprietários expropriados devem ser pagas, mas, como sabe, eles deixaram de ter rendimentos ...

O Sr. Lino Lima (PCP): — Coitadinhos!...

Risos do PCP.

O Orador: — ...e é natural que aguardem indemnizações para as poderem pagar. No entanto, também estamos preocupados com as dívidas do crédito agrícola de emergência que muitas unidades colectivas fizeram e agora não têm meios para repor, mesmo meios naturais.

Estamos preocupados com toda a espécie de dívidas, porque Portugal é uno, é composto de isso tudo: sector público, sector privado, sector cooperativo.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Mas o Sr. Deputado só chora por uns, não chora pelos outros!

O Orador: — Sr. Deputado, estou preocupado com isso tudo e as minhas preocupações não foram todas postas ao Governo. O que disse, e com certeza ouviu, é que o Governo tinha muitas coisas para resolver imediatamente e que não as abordou. Por consequência, esteja tranquilo que não pensamos em funis, mas sim num cilindro de igual dimensão e não em afunilamento.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Um cilindro compressor...

O Sr. Lino Lima (PCP): — Um cilindro para cíndrar as UCPs.

O Orador: — Já sei que os senhores não acreditam no que nós dizemos, mas nós também não acreditamos no que os senhores dizem.

Risos do PCP.

Estão nervosos, não há dúvida.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É boa disposição, Sr. Deputado, boa disposição...

O Orador: — Portanto, espero que o Sr. Deputado se tranquilize depois de ler melhor a minha intervenção.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É o funil do PPD e o cilindro do CDS!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado João Lima.

O Sr. João Lima (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, colegas Deputados: O Programa do Governo em matéria de política externa e de política de emigração é bem revelador do que este Governo é e da sua real incapacidade, desconhecimento dos problemas e incompetência para gerir os interesses nacionais, apesar da máquina publi-

citária automontada ter vindo a esforçar-se por baladadamente convencer o País do contrário.

Liminarmente e sem deixar passar em claro o despropósito do Governo em apresentar à Assembleia da República um programa, cuja extensão e profundidade só se julga adequada a Governos destinados a durarem no tempo, porque revestidos de credibilidade fundamentada na aceitação popular expressa pelos partidos políticos, diremos que a condição primeira para que um programa de política externa possa ser definido e executado, no seu essencial, é a credibilidade internacional emprestada ao Executivo, nomeadamente por aqueles países e estados a quem aquele projecto de acção é especialmente dirigido.

E não se vê que, no Portugal democrático pós-25 de Abril, um Governo de independentes ou de pseudo-independentes não apoiados e mesmo recusados pelas forças políticas democráticas, desfrute à partida de aceitação firme e expressa, como interlocutor válido, das nações que viram com alegria, aplauso e ajuda, construir-se no nosso país um regime democrático, pluralista e representativo.

No dia da apresentação do seu Programa a esta Assembleia, o Governo, olhando para a bancada do corpo diplomático completamente vazia, fria e inexpressiva, mas em ocasiões anteriores e semelhantes repleta de representantes diplomáticos de todos os quadrantes acreditados em Lisboa, bem se poderia sentir orgulhosamente só!

De todo o modo, e pese à partida a falta de credibilidade internacional do Governo a despertar o interesse dos estados estrangeiros, há que referir algumas considerações acerca do programa respeitivo: o da política externa e o da política de emigração. E se quanto a esta tal é bem difícil — porque não se pode criticar, sequer analisar o que não existe —, quanto à primeira sempre se procurará realçar o que de mais importante se nos afigura.

O programa apresentado, representando uma ardilosa amalgama dos programas dos dois Governos Constitucionais, peça por falta de originalidade e, porque elaborado sem alicerce seguro em filosofia que informe de maneira global e coerente um projecto harmonioso de política externa, mostra-se desarticulado, lacunoso, colocando como objectivos a prosseguir as realidades de que parte para prosseguir... aqueles objectivos!!!

Cremos que uma coisa e outra têm significado político bem preciso. Vejamos:

Em política externa não é possível falar em diversificação de relações externas sem que um sistema de prioridade seja hierarquizado de forma inequívoca, imprimindo ao projecto global um sentido político não passível de dúvida na sua caracterização essencial.

Não se pode, por exemplo, dizer que as diligências e as negociações com vista à integração de Portugal na CEE «serão prosseguidas sem inflexão de maior», como um objectivo de grande importância, sem o risco de se poder legitimamente concluir que, sendo importante, a iniciativa não se apresenta como absolutamente prioritária.

E curiosamente, como se em contraponto, diz-se, ou seja, o Governo diz, que a política de cooperação com os novos países africanos constitui «o mais importante desafio que hoje se põe à nossa capacidade de relacionamento e de projecção externa».

Mais: que as relações com os países de Leste são muito importantes, classificando-as «como um dos aspectos mais significativos da diversificação introduzida nos contactos externos do País». Em que ficamos? Tudo é importante, é certo. Mas o que será mais importante? Mais necessariamente importante? O que será prioritário? O que será mais prioritário? O que é fundamental? E o que é diversificável e diversificado?

As observações feitas resultam indubitavelmente do tom vago, arrastado e, sobretudo, ambíguo dos princípios enunciados pelo Governo, que escolheu na respectiva formulação genérica o refúgio de todas as justificações e a mágica de todas as explicações às dúvidas outrossim postas.

Ambiguidade, de resto, com significado político preciso, revelador de que o Governo, incaracterístico na sua composição e na sua doutrina, mas decidido a sobreviver, se move por uma dinâmica não adequada aos grandes imperativos nacionais e nem sempre coincidente com os grandes e prioritários interesses de Portugal no seu relacionamento externo.

Não diz o Governo, de maneira clara e inequívoca, que a integração europeia de Portugal é, antes de mais, uma opção política de base, que visa a sobrevivência democrática do nosso país, que se destinará a colocar Portugal na execução de tarefa histórica de construção política de uma nova Europa.

Acentua-se, ao contrário, o aspecto económico de adesão, importante sem dúvida para a evolução económico-estrutural do nosso país e até condição necessária do seu desenvolvimento, reforçando-se o primado de diplomacia económica que perpassa em cada página do Programa, em prejuízo da diplomacia política, esta mais esclarecedora e reveladora da grande opção política de base, prioritária, fundamental.

Não sei se tal representa, por parte do Governo, ignorância do que será a Europa do futuro — por vezes o Governo confunde Europa e continente europeu — ou, ao invés, se significa uma curta visão de Portugal de hoje e do futuro, na Europa ou fora dela.

Todavia, as nossas preocupações avolumaram-se, quer se trate de uma coisa ou de outra, ou de ambas!

Refere-se o Programa à problemática das relações do nosso país com os chamados países do Leste. E, se as coloca num pólo extremamente importante na diversificação das nossas relações externas, é com espanto que praticamente se acusam, como ontem o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros voltou a acusar, as empresas portuguesas de não terem propiciado um desenvolvimento maior da cooperação económica bilateral com cada um daqueles países.

Certo é que mal se vai fazer tal acusação às empresas, ocultando não só a necessidade de explicitar quais as bases que devem presidir ao desenvolvimento de tais relações — e aqui a Acta Final de Helsínquia parece ser desconhecida pelo Governo —, como também o imperativo de se organizar o nosso comércio externo — também dirigido aos mercados de total planificação, que não se compadecem com improvisações e lacunas verificadas quotidianamente em incipientes organizações deixadas ao seu destino.

E mais uma vez também aqui se reduz a cooperação ao comércio externo, esquecendo-se sistematica-

mente os caminhos da cooperação cultural, científica e técnica, tantas vezes conducente ao estrato económico mais alargado, com as suas consequências e repercuções globais.

Assim, e mais uma vez, o Governo se revela um conjunto de gestores certamente bem colocados na cena empresarial, mas de todo em todo alheios ao substrato político das suas actuais funções que, naturalmente, têm sentido e alcance nacionais e, portanto, a todos interessa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Algumas palavras, não muitas, sobre a política de cooperação com os novos países africanos de expressão portuguesa.

Não regatearemos aplausos para os que pretendem desenvolver, em profundidade, tais relações. É um imperativo nacional e histórico. Da história de ontem e acreditamos que da história de amanhã.

Dividimos, porém, que tal tarefa possa ser realizada por este Governo. «O espírito de Bissau», ontem tão apregoado, foi hoje esquecido e ignorado por este Governo de gestores ou por quem o nomeou. E compreendemos a razão por que tal aconteceu.

«O espírito de Bissau», cujo significado preciso não é mais do que o encontro de Estados e de povos, sem preconceitos, que visam a aproximação e a colaboração no que lhes é comum, pressupõe, na sua criação e formulação, uma situação bem definida que se traduzia na articulação global do que representavam os mentores de tal quadro político.

E afinal diremos que a «independência» do actual Executivo representa a quebra do peso de Portugal na fórmula, não mágica mas potencialmente eficiente, que emprestava à aproximação luso-africana uma intensidade exorbitante do binómio Portugal-Africa.

Congeminar as consequências de tal quebra não será futurologia mas, certamente, que se cornerá o risco de «o espírito de Bissau» se transformar em declaração política, de duvidoso valor ético, ou instrumento favorável de elementos ou formações que não lhe estiveram na base, mas serão os seus grandes ganhadores.

Ficará, quanto a nós — e o Governo deverá perceber-lo bem —, que Portugal não ocupará em África o lugar de ninguém, de nenhum país dos que lá estão ou querem vir a estar. Não somos concorrentes de ninguém em África!

Esse será a nota original de cooperação portuguesa com os novos países africanos de expressão portuguesa, com a condição de o executivo português não ser independente como é o actual.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: dissemos atrás que, além do mais, o programa deste executivo era lacunoso e gravemente lacunoso. Politicamente lacunoso, insistimos e repetimos o que ontem já afirmámos.

Nem uma palavra sobre a abertura das relações diplomáticas com a China, cujas negociações foram encetadas pelos Governos Constitucionais.

Lapso do Governo? Propósito declarado? Se lapso, revelaria a mais absoluta irresponsabilidade de um executivo que se apresenta ao País com um programa do Governo.

Se propósito, protestamos contra a omissão gravemente lesiva dos interesses nacionais e grave cedência a alguns, por todos os meios se têm oposto à

normalização das relações de Portugal com a República Popular da China, com pretextos e argumentos que nada têm a ver com o essencial dos interesses portugueses.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Muito bem!

O Orador: — E Timor? Por que omite o Governo o problema desta colónia portuguesa, eximindo-se à sua indeclinável obrigação de colaborar na execução das deliberações das Nações Unidas quanto a autodeterminação e independência daquele território martirizado?

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros já assumiu, perante esta Assembleia, a responsabilidade por tal lapso. *A posteriori*, é claro!

E não será também imperativo nacional uma referência muito especial às relações e ligações do nosso país com a Espanha, não só pelos laços tradicionais, ora renovados e enriquecidos que unem as duas nações, mas também pela necessária colaboração entre os dois países ibéricos não só no quadro europeu mas também na interligação de políticas com a América Latina, cuja tradição, língua, cultura e complementariedades económicas são elementos fundamentais de uma política euro-americana?

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Orador: — E que dizer de discreto e comodamente genérico com que se abordam as relações de Portugal com países como os Estados Unidos da América e o Canadá, apoiantes da primeira hora da democracia pluralista portuguesa e que, no contexto atlântico-africano-europeu, sempre colocaram Portugal numa prisão nunca antes por nós desfrutada, mesmo quando alguns se dizem defensores da civilização ocidental e cristã?

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sobre estes prob'emas nada se diz. Questiono o Governo, invectivando-o a dar explicações ao País, de modo claro, directo e sem sofismas.

Perdoa-se a incompetência, não a irresponsabilidade, nem a reserva mental!

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Orador: — E a NATO? Manteremos os nossos compromissos como tibiamente diz o Governo ou intensificaremos a nossa cooperação com membros fundadores daquela organização; como a defendemos nós?

E os direitos do homem? E o Conselho da Europa? Que relevo se lhes dá no projecto geral de política externa? O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que Portugal já fez, claramente, as suas opções políticas. Isso sabemos nós, mas, que nos interessava saber quais as opções políticas do Governo. E essas não sabemos!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo diz que tem um programa de política externa.

E terá! Mas as suas ambiguidades, as suas indecisões e a completa desarticulação dos seus componentes demonstram simplesmente duas realidades: no Governo, a incompetência concorre com a sua menor atenção à defesa dos interesses nacionais prioritários.

Sentir-nos-fámos envergonhados se contra ele não protestássemos também por esta razão.

Temos muitas perguntas a fazer ao Governo. E fazê-las-emos no momento adequado. Muitas mais certamente lhe farão os portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dissemos atrás que seria difícil tarefa analisar o Programa do Governo no que diz respeito à sua política de emigração pela simples razão de tal política não existir nem ter sido seriamente formulada pelo Executivo.

E dizem seriamente por que reputamos inaceitável que um Governo que se apresenta a esta Assembleia tenha o arrojo de alinhavar no seu Programa meia dúzia de lugares-comuns, respeitantes às comunidades portuguesas, em forma de estrofes de fado chorado em que, para embelezar, nem o termo «diáspora» faz sentir a sua falta.

Que se promoverão as acções necessárias à proteção dos emigrantes e dos seus interesses legítimos, quer no quadro multilateral, quer no bilateral, que não é de prever o estancamento da emigração portuguesa, face às condições actuais do nosso mercado de emprego, que — e o tom eleva-se — os emigrantes portugueses são objectivo das preocupações dominantes do Governo. E isto porquê? Porque enviam remessas de divisas, porque falam português, divulgam a língua e a cultura portuguesas. E pronto! Esgota-se, assim, o Programa do Governo, preconizando-se, porém, a aceleração do recenseamento eleitoral dos emigrantes e a assinatura urgente de uns tantos acordos gerais de emigração, e alguns de segurança social, que o 2.º Governo Constitucional preparou, negocou e só não animou em fins de Agosto porque o Sr. Presidente da República exonerou o Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares.

Compreendemos as razões profundas de tão insólita situação e não as esconderemos.

A equipa deste Governo responsável pelo sector da emigração desconhece completamente — e seria seu dever de honra confessá-lo — o que seja política de emigração: o que significa, como se formula, como se desenvolve e se executa.

Mas, apesar disso, não hesita em interromper, até que aprenda, o desenvolvimento de uma política de emigração de anteriores governos que, prosseguida e intensificada, acabaria por dar os seus frutos e concretizar uma construção jurídica e política que a descolonização permitiu: definir-se o País pelos homens e não pelos territórios.

Nem aqui o Governo soube copiar o programa dos Governos Constitucionais, talvez porque o não entendesse ou não lhe desse valor.

Como membro do Partido Socialista e Deputado pelos emigrantes portugueses formulo o meu veemente protesto por tais omissões. Como cidadão português, sinto-me defraudado pela nomeação deste Governo, cuja competência se desmistifica em certos dias.

O Governo no sector da emigração não sabe nem preconiza: política de informação para as comunidades; política de transportes para emigrantes; política de apoio às associações portuguesas; protecção dos

direitos dos trabalhadores portugueses enquanto emigrantes; protecção dos seus direitos, enquanto cidadãos nacionais, política de ensino do Português no exterior; política de cultura para as comunidades; problemática do regresso; planificação económico-social numa política de mão-de-obra flutuante resultante dos surtos imigratórios; negociação bilateral de novos acordos de emigração; estratégia concreta da defesa dos direitos dos emigrantes no quadro bilateral; política de consulados e respectiva reestruturação, etc., etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não vale a pena insistir. Os factos falam por si. Os governantes serão julgados pelas suas omissões e pela sua sobranceria tecnocrática.

Os emigrantes portugueses sentem-se naturalmente injuriados porque relegados para o reino da ignorância e da triste e vil tristeza. Mas continuarão a trabalhar e a amar este País, tantas das vezes não reconhecido ao esforço dos seus filhos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputados: são 12 horas e 54 minutos e, não havendo tempo para outra intervenção, interrompemos aqui os nossos trabalhos, que retomaremos às 15 horas.

Eram 12 horas e 55 minutos

A seguir ao intervalo assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Martins Canaverde.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, Vaz Portugal.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Vaz Portugal): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A natureza do sector primário, profundamente marcada pelos ciclos biológicos da produção, não permite que a evolução em qualquer momento seja tão rápida que caracterize de forma profundamente diversa os programas que para ele se esbozem. A acrescentar a esta situação pragmática, coloca-se, no nosso caso, a fase de dificuldades e até de estagnação por que passa o sector a acusar, aqui sim, falta de objectivos integrados, claramente definidos, e a aplicação de mecanismos capazes de «com saber» e dinamismo, retirar a agricultura da posição em que se encontra. Continuamos a falar de agricultura.

Dai o não se ter evitado o que de correcto se deseja produzir, evidenciando aquilo que a nova equipa pensa ser necessário fazer, sem se preocupar na concepção do Programa com o horizonte temporal. É que um programa deve encerrar uma filosofia e sem a sua definição não há acções que possam ser elaboradas, quantificadas e faseadas no tempo, já que aparecem desgarradas de um contexto que não foi explicitado previamente. Seguidamente, a questão é sobretudo a operacionalidade e a determinação com que se possa vir a executar o Programa ou qualquer programa, criando-se a metodologia que permita, sem equívocos, de um todo coerente, realizar o que se «vai fazer» e «como se vai fazer».

São indicativos da grave situação da agricultura portuguesa alguns dos índices físicos que passamos

a enumerar, e não a imputar a este ou àquele sector:

O P. A. B. com a sua paragem de crescimento nos últimos anos decrescendo mesmo nos últimos três anos (e a forma de distribuição deste por subsectores); a balança comercial de produtos agrícolas e os seus notáveis e acrescidos *deficits*; a formação bruta de capital fixo em agricultura a exibir a debilidade do apetrechamento da mesma, impressionando, quando comparada com uma agricultura equipada e organizada; os índices de utilização da superfície produtiva em função da capacidade de uso de solos, a marcar profundas anomalias, que conduzem ao espectro apavorante da desertificação; os baixos níveis de produções agrícolas unitárias, a reflectir deficiências no saber fazer e no saber utilizar, fazendo onde se não devia fazer, com o desejo de se obter mais produto (batalha da produção), oferecendo à cultura apenas e só mais área; a relação salário/rendimento agrícola, a reflectir uma situação endémica de subemprego e de difícil solução e baixa produtividade.

Enfim, detectar as dificuldades e circunscrever esta acumulação de efeitos não são tarefas que necessitem grandes congregações e diversificações programáticas. Como atacá-las, não perdendo mais tempo a encobrir estas realidades e como aumentar a produtividade no sector primário, compatibilizando as políticas sectoriais e criando modelos de desenvolvimento harmoniosos, foram preocupações do Programa, que exprime a indispensabilidade da agricultura para o equilíbrio orçamental do País, tornando-se desta forma actividade prioritária. Temos de sair rapidamente desta situação, que me dispenso de adjetivar, tornando-nos menos afectivos e mais efectivos e eficientes.

Se queremos ser eficazes não podemos dispersarnos em várias frentes, porque esta é sem dúvida a melhor forma de se não ter nenhuma prioridade. O investimento na agricultura é prioritário. O investimento no programa integrado de desenvolvimento agrário para o todo nacional, sem «ilhotas de protecionismo», tem de procurar que o sector responda concorrencialmente ao desafio que se lhe solicita: produzir bem e promover o bem-estar de quem vive, trabalhando na agricultura. Tem que se acabar de vez com o ciclo vicioso da miséria na agricultura: «não há agricultura porque não há investimento; não há investimento porque não há agricultura.»

Em 1975 para a agricultura aplicou-se apenas 5,3 por cento do crédito total fornecido às actividades económicas. Verificou-se como consequência de tal que o P. A. B. representou apenas 15,2 por cento do produto bruto interno!

Fugimos, por descabido, ao enunciado e detalhe das grandes acções que devem constituir a base do programa integrado de desenvolvimento agrário — o que pode responder a algumas questões que me foram já postas onde a cultura a preconizar e a desenvolver terá de se enquadrar sempre no contexto das outras culturas, por forma que o ordenamento cultural do território seja uma realidade, através de rotações adequadas à região e à zona e analisadas sempre na sua integração no todo nacional.

O modelo de desenvolvimento que resultará desta estratégia considera três fases distintas: o levantamento cultural agrícola do País; a integração da cultura na rotação, na região e na zona; a formulação

de projectos integrados de desenvolvimento, tendo como base a empresa e não exclusivamente alguns dos factores de produção desta (as culturas).

Será esta a base de trabalho e enquadrar-se-á no plano a médio prazo (em agricultura o programa de investimento para 1979 só será válido — repito: só será válido — se integrado no que se programar fazer a mais longo prazo). Temos que ter uma política de produção agrícola bem caracterizada e dimensionada, reflectindo-a na legislação a publicar, nas instituições a dinamizar e responsabilizar, nos planos a executar, nos investimentos a fazer e nos meios financeiros a adquirir. Há que corrigir assimetrias, dando equilíbrio ao modelo de crescimento intersectorial do País, que deve integrar as suas diferentes componentes económicas e sociais.

Em três hipóteses de produtividade analisadas para o programa no hexénio — continuamos a dizer que agricultura não se faz amanhã — (1979-1984) para um crescimento do produto agrícola bruto de 3,2 por cento e a passagem da formação bruta do capital fixo de 7,5 por cento a 12 por cento — a Espanha situa-se à volta dos 16 por cento e a Grécia dos 18 por cento a 19 por cento — seria possível em 1984 termos auto-abastecidos em cereais e cerca de 80 por cento em oleaginosas; o País gastará em 1978 18 milhões de contos só para comprar cereais e 10 milhões para oleaginosas. Parece-nos que valerá a pena investir e disciplinar esse investimento no todo nacional, integrando-o num programa de desenvolvimento que viabilize as explorações técnico-econonomicamente responsáveis. A dinamização e responsabilidade na utilização do crédito é tarefa que se deve empreender, dando ao IFADAP condições para executar as aspirações do Ministério da Agricultura e Pescas, desenvolvendo no todo nacional e sem protecionismos a capacidade produtiva agrícola.

Para além do que ficou dito, seja-nos permitido destacar os elementos não incluídos nos últimos Programas dos Governos Constitucionais e que nos permitem definir algumas acções a empreender:

Fez-se uma análise da situação do sector menos exaustiva, admitindo-se que os diagnósticos recentemente apresentados continham o essencial. É evidente, no entanto, que, a par de uma caracterização muito sumária (com actualização dos grandes indicadores), se dá uma muito maior ênfase às organizações dos agricultores, tendo sempre presente que são estes os principais protagonistas do processo produtivo agrícola e não o Ministério da Agricultura e Pescas.

Afirma-se mais clara e deliberadamente a posição do MAP face à integração europeia, através da disposição de encarar os estudos que conduzam a determinadas acções a empreender e acções daí decorrentes.

Mantêm-se os grandes objectivos que constavam do Programa do 2.º Governo e adicionam-se-lhe dois que fundamentalmente respeitam:

Redução do conjunto de incertezas que dominam a actividade produtiva, e constituem anseios frequentemente manifestados pelos produtores, e a possibilidade de concretizar a política agrícola de uma forma unificada em que os três ciclos (produção, transformação e comercialização) se encontrem a transmitir e executar uma política agrícola definida.

A eliminação de condições de «instabilidade» e «incerteza» exige que se criem rapidamente mecanismos que assegurem a satisfação destas intenções.

No domínio institucional, para além das medidas enunciadas no Programa do 2.º Governo, adicionam-se as seguintes:

a) Criação de condições de mobilização do pessoal do Ministério, de modo a viabilizar todas as outras medidas enunciadas;

b) Criação e dinamização de vários serviços cuja carência se tem feito sentir intensamente, tais como:

- serviço de preços agrícolas (padrões orientadores da actividade produtiva);
- serviço de informação de mercado;
- serviços estatísticos técnico-económicos a inserir em serviços idênticos da CEE.

No domínio da estruturação o Programa contém os pontos do 2.º Governo, mas é evidente uma maior explicitação e determinação na execução das acções decorrentes da aplicação da Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, que esta Assembleia aprovou. Explicita-se a determinação de considerar a «zona de intervenção» no programa integrado de desenvolvimento agrário para o todo nacional, dando-se maior ênfase ao cumprimento da legislação respeitante à protecção do património produtivo.

No domínio da produção não se entrou no pormenor (exemplo: que culturas vão ser fomentadas ou reduzidas?) que constava do Programa do Governo anterior, havendo somente a preocupação de enunciar as grandes linhas de orientação, uma vez que está em curso a elaboração, pelos serviços do MAP, com fundamento adequado, de um programa contendo esse tipo de projectos e acções integradas. Portanto, cultura a surgir no contexto das outras culturas considerando o todo nacional e não uma fração desse todo.

No domínio dos circuitos de distribuição preconizou-se a criação e regulamentação de mercados na área de produção com intuito de disciplinar o comércio grossista, evidenciando-se a necessidade de implementação da rede nacional do frio.

A definição de preços integrados e fornecidos com tempo à agricultura reflectindo a política agrícola gizada, é arma indispensável à execução do programa de desenvolvimento e ao ordenamento agrícola do território nacional.

A actividade ao sabor das inclinações sucederá a actividade programada, base para se passar de uma agricultura de subdesenvolvimento para uma agricultura evoluída, concorrencial e promotora de bem social e equilíbrio financeiro para o País. Há que dar ao MAP, que não faz agricultura, mas a promove, orienta, apoia e disciplina, capacidade de apoiar, de renovar e de inovar.

A agricultura que desejamos promover decorre de uma programação objectiva, participada e disciplinada para toda a superfície produtiva nacional. Há que dar expressão e vida a estas intenções, acreditando que podemos todos construir um amanhã diferente.

O Sr. Pedro Coelho (PS): — Sr. Presidente, posso pedir um esclarecimento ao Sr. Ministro?

O Sr. Presidente: — V. Ex.^a pode inscrever-se e, na altura própria, ser-lhe-á concedida a palavra.

O Sr. Pedro Coelho (PS): — Então inscrevo-me, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na minha intervenção de ontem afirmei que no tocante à Reforma Agrária o Programa do Governo é propositadamente vago e impreciso. Aguardava com interesse a sua intervenção, Sr. Ministro, na expectativa de ver esclarecidos alguns aspectos que no Programa não estão. Nesse sentido, a minha expectativa foi defraudada.

Ainda assim, aproveito a oportunidade para lhe pedir, relativamente ao Programa do Governo, dois esclarecimentos.

Na alínea c) da p. 126 fala-se em «continuação do processo de expropriação, sempre que estejam assegurados os meios para a sua concretização». Gostava que o Sr. Ministro explicasse esta alínea e, sobretudo, o que significa «assegurar os meios para a sua concretização».

Agradecia-lhe também que não se esquecesse acerca da expressão, da mesma página e na parte final da alínea a), que diz: «assegurando um pleno e pronto respeito pelas decisões do MAP, relativamente à definição dos direitos fundiários sobre a terra». Não constituirá esta expressão como que uma ameaça de recurso a meios autoritários para fazer vingar as decisões do MAP?

Passo agora a outra ordem de perguntas, sendo todas elas feitas, Sr. Ministro, para tentar definir a posição do seu Ministério relativamente a estas matérias, tentando definir se o Sr. Ministro e a sua equipa optam pela «lei do funil» do PSD/PPD ou pela «lei do cilindro compressor» do CDS...

Risos do PSD e do CDS.

Essa outra ordem de perguntas que lhe queria fazer é a seguinte: o Sr. Ministro ainda agora, de novo, na sua intervenção fala da aplicação da Lei n.º 77/77, a famigerada Lei Barreto. Quero dizer-lhe que não é assim tão fácil falar da aplicação dessa lei e o que importa é saber como é que o Governo, se passasse, iria aplicá-la. Como sabe, esta lei deixa à decisão discricionária do MAP matérias tão relevantes como a das majorações, a dos destinatários da entrega para exploração, da aplicação retroactiva da lei a reservas já demarcadas, para não citar outras. Naturalmente que isto merece, desde já, uma observação: é que esta lei não tem paralelo na nossa legislação, esta lei como que se assemelha a um estatuto colonial feito à medida de um vice-rei.

Risos.

É uma lei que só pode ter sido votada numa Assembleia Parlamentar num momento de fúria de classe.

Risos do PSD.

Talvez por isso estou seguro que muitos daqueles que a votaram já se encontram neste momento arrependidos, tal é a anormalidade desta lei!

O Sr. João Pulido (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — Pergunto então ao Sr. Ministro com que filosofia, com que doutrina geral é que o Governo, se passasse, aplicaria a lei em matéria de majorações, em matéria de destinatários de entrega para exploração e em matéria de aplicação retroactiva da lei relativamente a reservas já demarcadas?

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, pretende responder já ou a todos os interpelantes em conjunto, no fim?

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas: — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, também para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Brás Pinto.

O Sr. Brás Pinto (Indep.): — O Programa do Governo, Sr. Ministro, na p. 118, diz, mais ou menos, que as alterações das formas associativas após o 25 de Abril de 1974 não contribuíram salutarmemente para a expansão de formas organizadas e participadas.

Vê-se aqui forte crítica às cooperativas e UCPs saídas da Reforma Agrária. E, mais à frente, diz-se que vão ser criadas medidas de apoio às cooperativas que ofereçam perspectivas de viabilidade económica e interesse social. Pergunto: que perspectivas de apoio a dar às cooperativas? Continuar-se-á com o critério da antiga Junta de Colonização Interna, que concedia empréstimos somente a quem deles economicamente não necessitava?

Queria ainda perguntar ao Sr. Ministro o que pensa fazer no que respeita à aplicação do Decreto-Lei n.º 260/77, sobre a venda de cortiça nos prédios nacionalizados e expropriados, dado que até à data não se deu cumprimento à parte tocante às liquidações do crédito agrícola de emergência com 50 por cento do produto da venda de cortiça. Até à data têm sido debitados juros às cooperativas pelo crédito agrícola de emergência recebido e, em contrapartida, não consta que vá ser creditado às cooperativas juros pelo dinheiro da cortiça que tem estado a ser retido pelo Estado. Que pensa o Sr. Ministro fazer acerca disto?

O Sr. Presidente: — Ainda para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel da Costa.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Ouvi com muita atenção a exposição que acabou de fazer à Câmara e, sinceramente, digo-lhe que, à parte terem anunciado um Governo de competências, ou dito de competências, para mim foi uma certa frustração o tipo de intervenção que acabou de fazer. Pretendeu dizer tudo em poucas palavras e acabou por não dizer nada em muitas palavras...

De qualquer maneira, se o Governo de que V. Ex.^a é Ministro se apresenta como que vocacionado para as chamadas viabilidades económicas e sabendo nós

da existência em Portugal de duas zonas bem definidas em termos de estruturação e demografia agrária. onde num dos lados se situam as mais de quatrocentas mil explorações com menos de 1 hectare e onde 70 por cento das explorações existentes não entram praticamente no mercado de troca — são as chamadas explorações de subsistência —, para, por sua vez, assistirmos na zona de expropriação e nacionalização da terra a algumas das situações que atrás referi mais os naturais problemas da atribulada formação de unidades colectivas de produção, onde a primeira preocupação foi a criação e defesa dos postos de trabalho, pergunto: dispõe o Sr. Ministro de alguma varinha de condão que possibilite a redução dos 32 por cento que vivem ou subsistem da agricultura, de modo a permitir-lhes a reestruturação empresarial, tanto num lado como no outro?

Se assim não é, porque se dá tanta ênfase às empresas económica e tecnicamente viáveis? Pretender-se-á com essa linguagem marginalizar as cerca de seiscentas mil empresas agrícolas? Se a política de preços, a que o Sr. Primeiro-Ministro também já deu alguma relevância no primeiro contacto que teve com os órgãos de comunicação social, se verificar, será a mesma para as empresas chamadas viáveis e para os pequenos produtores sem possibilidade técnica ou dimensão empresarial? Ou será que a tecnocracia governamental opta por retirar a subsistência a mais da metade da população rural?

Uma segunda questão relaciona-se com a Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, da qual se me oferece fazer-lhe algumas perguntas. São perguntas muito concretas, para as quais gostaria de obter respostas, tanto quanto possível, concretas.

Como o Governo sabe, a lei confere poderes excepcionais — os chamados poderes discricionários — ao Ministro da Agricultura. O meu partido, o Partido Socialista, gostaria de saber se o Sr. Ministro pretende majorar as pontuações a que se refere o artigo 28.º só para as talis «situações excepcionais». Em caso afirmativo, o que é que o Ministério entende por «situações excepcionais»? Gostaria de reafirmar esta minha última questão e seria bom que o MAP nos elucidasse a todos sobre o que se entende por «situações excepcionais».

O artigo 29.º dessa mesma lei estabelece os limites máximos das reservas em 500 ha, fazendo algumas exceções a esse limite. Essas exceções referem-se ao número de elementos do agregado familiar, de acordo com a dependência económica em relação ao sector ou, ainda, se se tratar de explorações tecnicamente aconcelháveis para o aproveitamento silvo-pastoril. Pergunto: só os solos D e E vão ser contemplados para o aproveitamento silvo-pastoril? Só estes podem atingir os 700 ha? Já agora, dentro ainda das referências à Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, pergunto: qual o critério em relação à marcação de reservas? Nesse critério terá em conta a qualidade do solo quando da atribuição dessa reserva? Penso que sim.

Se assim for, pensa atribuir aos reservatários os melhores solos e aos trabalhadores os solos mais esqueléticos? O local da marcação dessa reserva obedecerá só à vontade dos reservatários ou terá em conta um prévio entendimento entre as partes?

Uma outra questão relaciona-se com o acesso ao crédito por parte das organizações que têm um certo peso nas explorações agrícolas. E, como não podia deixar de ser, queria que me elucidasse em relação ao que se oferece às cooperativas de produção. Sabendo todos nós que são estas as únicas entidades agrícolas que não têm acesso ao crédito de investimento a prazo — deve não possuir ainda nem contrato de posse útil da terra, nem sequer o estabelecimento de uma contraprestação pela utilização dessa mesma terra —, e sabendo todos nós que muitas dessas cooperativas utilizaram o crédito agrícola de emergência numa fase inicial de arranque para investimentos, perguntava — dado que há um despacho do 1.º Governo Constitucional que o 2.º Governo executou, desbloqueando a parte burocrática e permitindo a transformação desse crédito agrícola de emergência em crédito a prazo — se o Governo do engenheiro Nobre da Costa está na disposição de continuar a accionar esses mecanismos, pressionando os serviços para que, rapidamente, conclua os processos que faltam para as respectivas transferências.

Queria também saber se, quanto aos contratos de cedência da terra e quanto às prestações a pagar, pensa efectivamente dar-lhe execução imediata. É sabido que o 2.º Governo fez sair legislação e regulamentou por portaria essa matéria. Queria, pois, saber se este Governo vai optar por essa legislação, e o que é que pensa em relação ao prazo máximo estipulado nesse Decreto-Lei n.º 111/78, que permite que esse contrato do uso da terra possa ir até noventa e nove anos. Esse contrato implicaria que o Governo viesse a responsabilizar um técnico oficial que garantisse o plano de exploração e o seu acompanhamento. Gostaria, portanto, de saber se o Governo, em relação a isso, tem o mesmo entendimento.

As expropriações e nacionalizações criaram responsabilidades patrimoniais ao Estado. Vou, pois, terminar perguntando, em relação a isso — porque é, efectivamente, uma coisa que nos preocupa a todos nós —, como pensa o Governo defender, optimizar e valorizar esse património colectivo?

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quem é que vai fazer as pequenas barragens, quem é que vai electrificar os montes, quem é que vai viabilizar um plano de viação rural, quem é que vai florestar o solo sem aptidão agrícola?

Queria saber se — no caso de o Governo estar disposto a assumir essas responsabilidades — vai fazer o recâmbio do valores das contraprestações mai alguma verbas do Orçamento no investimento para preservar esse património, ou vai viver só à conta do Orçamento Geral do Estado. Mas dado que este Governo é fundamentalmente um Governo de vocação para os problemas da produção como o tem dado a entender, e parece que também para os problemas da comercialização, mas, em relação a isso nem sequer ousava fazer qualquer pergunta, queria saber o seguinte: se o nosso país é um país deficitário tanto em cereais como em oleaginosas — o que acarreta um encargo de mais de 75 por cento das importações, e se destas mais de 50 por cento são no sector cerealífero —, perguntava qual a intenção de fomentar a produção destas espécies, e qual o critério que iria usar em termos de prioridades.

Para terminar, apenas mais a seguinte questão: se é facto assente que não pode haver milagres no sector — tal como V. Ex.^a acabou de referir —, e dado que factores externos, como seja o índice demográfico, a capacidade de uso dos solos e o clima, perguntava se acha que é possível um sector deste modo condicionado em termos de médio prazo responder em termos afirmativos. Se o não é, e dado que a CAP faz disto um cavalo de batalha, perguntava se não acha que esas afirmações não são mais do que pura demagogia.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Também para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Agricultura e Pescas... e Pescas...

Risos do PCP.

Uma das perguntas que desejava fazer-lhe — e o avanço é sobre o meu intuito —, é se o Ministério tem um nome errado, porque o Sr. Ministro não disse uma só palavra sobre as pescas, ou então se tenciona fazer segunda intervenção dedicada exclusivamente às pescas. É que, Sr. Ministro, este sector não é certamente menos importante e a nossa situação em relação à balança comercial é também largamente afectada pelo sector das pescas, assim como a nossa situação económica, social e de desenvolvimento. Portanto, o Sr. Ministro dir-me-á se vai fazer segunda intervenção ou se, simplesmente, o Ministério é só Ministério da Agricultura.

Entretanto, Sr. Ministro, serei o primeiro a reconhecer que a intervenção de um ministro tem de ser, forçosamente, a intervenção do geral. Naturalmente não se pode pedir que venha para aqui um ministro falar de todos os detalhes, de todos os particulares, pois isso não interessaria à Câmara nem ao Programa enquanto Programa. Nem o Sr. Ministro exagerou, porventura, porque do que ouvi com muitíssima atenção, espremido tudo, só consigo ler nas entrelinhas ou nas entrefases, e, para além das generalidades, vejo que a filosofia se define com a filosofia e que não passamos disso.

O Sr. Ministro falou de filosofia de uma política que o Governo pretendia aplicar, mas não fez aquilo que era essencial e que vou pedir para fazer, se estiver disposto a isso ou se for capaz de o fazer: o Sr. Ministro falou da realidade da nossa agricultura, falou, naturalmente, segundo a sua opinião, expôs várias generalidades, mas não nos disse uma palavra sobre a importância das relações sociais e de produção no campo, para sabermos onde estamos e para onde vamos. O Sr. Ministro não disse nada sobre isto nem sobre os instrumentos jurídicos e sobre a vontade política que vai aplicá-los. Recordo os fundamentais instrumentos jurídicos que são a célebre, muito célebre, Lei Barreto, n.º 77/77, e a não menos célebre Lei do Arrendamento Rural. Esses dois instrumentos jurídicos são fundamentais para se definir uma vontade política e o Sr. Ministro não nos disse nada.

Falou-nos muito de investimento, que o investimento não se fazia porque a agricultura não existia e a agricultura não existia porque não se fazia inves-

timento. Não nos apontou nenhuma das razões sociais, políticas e económicas que levam a essa situação, nem como quebrar esse círculo vicioso.

O Sr. Ministro conseguiu fazer aquilo que eu nunca tinha visto: é que aqui, nesta Câmara, muitos se têm pronunciado contra as realidades de Abril, contra os resultados da Revolução de Abril, e outro a favor, mas ninguém ainda ousou, como o Sr. Ministro, ignorá-los; é que o Sr. Ministro, pura e simplesmente, quis ignorar a Revolução de Abril.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas não o pode fazer, Sr. Ministro. Não o pode fazer não porque eu não lho permita, porque não tenho poderes para o impedir, mas não o pode fazer porque as realidades serão mais fortes do que qualquer vontade de um ministro ou de um que não o seja.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, agradecia-lhe, por favor ou, sem ser por favor, que nos dissesse, exactamente, qual é a sua vontade política em relação, concretamente, aos dois instrumentos jurídicos fundamentais: um, a Lei Barreto, outro, a Lei do Arrendamento Rural. Pedir-lhe-ia, pois, que nos dissesse exactamente o que pensa em relação à defesa e manutenção daquilo que foram os progressos da Revolução de Abril, nomeadamente a Reforma Agrária e da Lei do Arrendamento, mesmo com as modificações que foram introduzidas agora.

Gostaria também de saber o que pensa fazer em relação não só à conservação do património que recebemos daqueles que nos antecederam, mas também do aprofundamento dos progressos que a Revolução de Abril, e só ela, pode permitir introduzir em Portugal. Era isto que o Sr. Ministro da Agricultura e também das Pescas deveria vir dizer-nos: se era essa a vontade política do Governo. Se o disser podemos aprovar ou reprovar, mas não ficaremos é nessa situação difícil que é a de não saber qual a posição exacta do Governo a respeito destes assuntos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Ainda para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Ministro da Agricultura ...

Uma voz do PCP: — E Pescas!

O Orador: — ... e Pescas — acrescenta um camarada meu — ...

Risos.

... vou referir-me apenas à parte da agricultura.

Não foi sem surpresa que durante largos minutos consegui ouvir, com algum esforço, o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas dizer de sua justiça acerca do Programa do Governo em matéria de agricultura, sem que no fim conseguisse, espremido e bem espremido, colher alguma ideia exacta, concreta, clara e rigorosa sobre qual é a intenção do Governo nesta matéria.

Retive, contudo, esta afirmação que me permite reproduzir: «não há Programa sem filosofia.» Traduzindo no particular, diria o seguinte: não há programa para a agricultura, sem filosofia agrícola. Tendo em conta este ponto de partida, o meu único pedido de esclarecimento é o seguinte: qual a filosofia do Ministério da Agricultura e Pescas? Se é certo que não há Programa sem filosofia, das duas uma: ou o Governo não tem filosofia, e, ao afirmar que não há Programa sem filosofia acaba por dizer que não tem Programa; ou tem filosofia, e importa que diga qual é e que não se limite a dizer que é preciso uma filosofia. Porque das duas uma: ou diz que é preciso filosofia e não tem nenhuma — e está a enganar; ou tem uma filosofia e não diz qual é — e está a esconder. Entre as duas hipóteses venha o diaho e escolha...

Importa, pois, que perante esta Assembleia o Ministério diga precisamente qual é a sua filosofia agrícola, e, designadamente o seguinte, Sr. Ministro da Agricultura e Pescas: a filosofia do Governo, se é que existe, é a filosofia da Constituição — que se pode resumir em duas palavras: a terra a quem a trabalha, preferência sobre as formas de produção colectivas e cooperativas — ou é a filosofia da CAP e da Confederação Europeia de Agricultores, segundo a qual para eles não há lugar para cooperativas de trabalhadores rurais nem para unidades colectivas? A resposta a esta pergunta, Sr. Ministro, não pactua com tergiversações.

É necessário que o Ministério diga claramente qual é a filosofia — se a tem — e não nos venha dizer apenas que vai cumprir a famigerada Lei Barreto. Porque isso não é nada, a Lei Barreto é, como o meu camarada Carlos Brito já aqui disse, um instrumento para um vice-rei colonial, dá para tudo e para nada. Interessa, pois, que o Ministério diga se sim ou não está disposto a dar majorações; se sim ou não está disposto a dar reservas até aos limites autorizados pela lei; quais os critérios que vai seguir para entregar as reservas dentro dos limites da lei; se vai ou não dar, retroactivamente, reservas àqueles que já as tinham admitido, e assim por diante.

Não basta dizer que vai cumprir a lei, interessa sim saber como a vai cumprir, e para isso é necessário que nos diga qual é a sua filosofia. Porque se nos disser que a filosofia do MAP é a filosofia da CAP, então sabemos precisamente como é que o Ministério vai cumprir a lei; e se nos disser que a filosofia do MAP é a filosofia da Constituição, então não só teremos sérias dúvidas sobre a possibilidade de o Ministério cumprir a Lei Barreto, como sobre os limites em que a vai cumprir. Acima de tudo, importa que o Ministério não continue, nesta fase de esclarecimentos, a dizer nada utilizando muitas palavras, e que o Ministro se ressarça agora do pouco que disse na sua intervenção. Não exigimos muitas palavras, exigimos apenas clareza, determinação, opção e ideias.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coelho para formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. Pedro Coelho (PS): — Sr. Ministro, quando terminou a sua intervenção fiz aqui uma pequena

nota: pescas onde estão? Não é original, a pergunta já foi feita, mas, de facto, na estrutura deste Governo continuamos a ter um Ministério da Agricultura e Pescas e, consequentemente, um Ministro da Agricultura e Pescas. Recordo-me até que houve a discussão do II Governo Constitucional eu — com uma certa ironia, mas carregada de intenção — referi o Ministério das Pescas, justamente para chamar a atenção da importância deste sector. De modo que a minha exposição e os meus pedidos de esclarecimento só terão lugar depois de haver uma resposta do Governo. Gostaria de saber, portanto, se está prevista alguma intervenção sobre as pescas.

Pedia à Mesa que interpelasse imediatamente o Governo neste sentido, porque se há uma intervenção sobre as pescas, guardo a minha intervenção para ocasião posterior.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o Governo, pela voz do Sr. Ministro, disse há pouco que responderia no fim. Contudo, o Sr. Ministro ouviu a pergunta e se quiser dizer desde já, a Mesa não vê inconveniente nenhum.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Vaz de Portugal) — Sr. Presidente, intencionalmente não falei das pescas porque queria neste momento discutir o problema da agricultura para depois passar ao problema das pescas.

O Sr. Pedro Coelho (PS): — Visto isso, guardo a minha intervenção para ocasião posterior.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Ministro, uma curta pergunta porque durante a minha intervenção fiz-lhe muitas dezenas delas e entendo perfeitamente que não houvesse tempo materialmente para me responder.

Na sua intervenção pareceu-me surpreender uma resposta à minha última grande dúvida. O Sr. Ministro na sua intervenção fez afirmações deste tipo: «Oxalá sejam dados ao IFADAP meios para cumprir a sua enorme missão de apoio à agricultura.» Mais adiante disse: «há que dar capacidade ao MAP para renovar e inovar.» Será que o Sr. Ministro não está certo de que encontra da parte do Governo aquela grande dúvida final que eu pus na minha intervenção de que este Governo vai mesmo considerar a agricultura como sector prioritário, à frente de todos, para poder, de facto, fazer sair o País da crise em que se encontra?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Surpreendeu-me, Sr. Ministro, a sua intervenção. V. Ex.^a conseguiu dizer menos na intervenção do que o nada que se diz no programa. E a meu ver deu uma prova cabal daquilo que seriam as relações desse Governo, presidido pelo Primeiro-Ministro Nobre da Costa, com a Assembleia da República, se acaso o Governo passasse.

Foram-lhe feitas críticas, devidamente fundamentadas, esta manhã, por mim próprio, em nome do Grupo Parlamentar do meu partido.

V. Ex.^a, se as ouviu, a ela respondeu nada.

Não vou, portanto, bater no ceguinho, como se costuma dizer.

Risos do PS.

Não vou insistir com V. Ex.^a para que faça a distinção relativamente aos indicadores que apresentou do produto agrícola bruto, da formação bruta do capital fixo, do índice de utilização da superfície arável face à apreciação desses indicadores em relação à região onde se está desenvolvendo a Reforma Agrária e ao resto do País, porque são situações completamente distintas e o Sr. Ministro teria de reconhecer publicamente, o que naturalmente seria ingrato para V. Ex.^a, suponho, porque não conheço a sua filosofia política, ou agrícola, como queria, e também seria desagradável reconhecer perante a Assembleia da República que na zona explorada pelas cooperativas da Reforma Agrária essa situação se inverteu completamente.

Tentei, como um aluno que ouve o velho professor catedrático, descortinar na sua intervenção alguma coisa de novo que pudesse ajudar a compreender o programa. Creio que única ideia verdadeiramente diferente, ou nova, é essa coisa maravilhosa do Programa integrado de desenvolvimento agrário. Tentei compreender o que queria com isso. Percebi que se desenvolverá em três fases: levantamento cultural do País — suponho que é matéria suficientemente conhecida para não ser preciso queimar muitos mais cartuchos com isto —, integração das culturas da região e projectos integrados com base na empresa. Enfim, fiquei exactamente igual ao que estava antes de o ter ouvido.

O Sr. Ministro: Com o Ministério da Agricultura e Pescas paralizado, como poderá ou deverá reconhecer, a que prazo o Sr. Ministro quer pôr de pé este Programa? E, até lá, que fazer? O Sr. Ministro apontou a linha de desenvolvimento dos cereais como uma das hipóteses. Que tenciona fazer, pois, em relação à gerência da EPAC, que acabou por ter a cobertura governamental da equipa em que V. Ex.^a estava integrado, mesmo perante esse caso monstruoso da venda, que não da distribuição gratuita, de sementes que não serviam para coisíssima nenhuma?

Insistiu na ideia de que investir deve ser em empresas técnica e economicamente responsáveis. Sr. Ministro, como intensifica a esta luz todas as pequenas explorações agrícolas que constituem 90% das 800 mil explorações agrícolas portuguesas?

Sr. Ministro, V. Ex.^a que é Ministro da Agricultura e Pescas, defende qualquer coisa em relação à rede de frio que é verdadeiramente espantosa.

Subordinar, V. Ex.^a que fala numa filosofia agrícola o alargamento, a instalação da rede de frio aos interesses da indústria?! E os interesses da agricultura?

Algumas das questões que queria pôr-lhe foram já feitas por camaradas meus, e também, o que profundamente apreciei, sinceramente, pelo Deputado do PS, Manuel da Costa.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — O quê? Não percebi.

Risos do PCP e PS.

O Orador: — Agradeço ao Sr. Deputado o ter colocado essas questões porque me permitem poupar algum tempo.

Fiquei satisfeito por ver que afinal, o 3.º Governo Constitucional vai ter possibilidade de responder se vai executar ou não o despacho do 1.º Governo, creio que estou a saltar o 2.º, em relação à transformação em crédito de médio e longo prazo do crédito agrícola de emergência utilizado em investimentos. Estou ansioso por ouvir essa resposta.

O Sr. Ministro fala no Programa na necessidade de conceber a entrega de terras do Estado ou na sua exploração tendo em vista sobretudo «a protecção dos interesses do Estado como proprietário». Acha que a Constituição manda que se faça a Reforma Agrária para substituir o latifundário pelo proprietário Estado, ou tem a Constituição outros objectivos?

Que política de emprego pretende o MAP seguir na agricultura? Quais os riscos, ou não riscos, da adesão de Portugal à CEE em matéria de agricultura?

Para finalizar pergunto-lhe em que medida pretende aplicar a Lei Barreto? Já vimos que ela foi feita à medida de um vice-rei colonial. Esse vice-rei perdeu o seu território.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Era caso para dizer que era mesmo um vice-rei...

O Orador: — Será que pretende substituí-lo por outro vice-rei, talvez pela sua filiação partidária, do Secretário de Estado da Estruturação Agrária do seu Gabinete?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Monteiro de Andrade para fazer pedidos de esclarecimento.

O Sr. Monteiro de Andrade (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Agricultura e Pescas: Antes de fazer algumas perguntas impõe-se um esclarecimento da minha parte. Hoje, durante um pequeno magazine, ao que julgo, pois não ouvi, informaram-me, dado na Radiodifusão fizeram a afirmação de que eu teria dito nesta Câmara que teria sido errada a escolha do Sr. Ministro e da actual equipa do MAP, por incompetência.

Vozes do PCP: — Isso é muito grave!

O Orador: — É evidente que se esta afirmação foi dada nesta base, impõe-se da minha parte um esclarecimento.

Não afirmei tal, sou incapaz, por hábito, de fazer acusações pessoais ou apreciações sobre critérios de escolha de pessoas que só julgo pelos seus actos e, por enquanto, estamos só a apreciar o Programa do Governo.

Tenho a maior consideração pela carreira profissional do actual Ministro da Agricultura, se bem que não o conhecesse pessoalmente, e não considero a escolha errada.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Isso é que é confiança!

Uma voz do PSD: — Não é confiança, é boa educação.

O Orador: — Espero a sua actuação para o poder julgar. Foi esta a minha afirmação, foi esta a minha posição.

Passarei agora, de forma telegráfica, a fazer algumas perguntas, pedindo desculpa não só pela rapidez como também se, eventualmente, repetir algumas das questões que avancei na minha intervenção.

Os investimentos na agricultura são prioritários, sem dúvida que são, mas a agricultura portuguesa não suporta as actuais taxas de juros. Este é um facto. Pretende o MAP reduzir as taxas de juro, nomeadamente no crédito agrícola bonificado?

A agricultura portuguesa também encontra graves dificuldades na sua modernização, dado os elevadíssimos preços dos factores de produção. Pretende-se ou não encetar uma política de subsídios aos factores de produção?

O Sr. Ministro falou na sua intervenção em auto-abastecimento de cereais previsíveis a médio prazo. Pergunto se, sabendo que a cultura de cereais é marginal, dada a baixa produção por hectare que encontra nas zonas tradicionais de produção de cereais, será essa a política a seguir, tendo em conta que o nosso país não poderá continuar a ser uma economia fechada?

A última pergunta é sobre os decretos florestais. Entendeu o Sr. Ministro da Agricultura, ao que percebi na sua intervenção, dizer, correctamente, a meu ver, que esta política de ordenamento florestal deve ser feita tendo em conta que o sector florestal é uma produção agrícola e integrada, portanto, num plano integrado de desenvolvimento agrário. Julgo ter percebido isso.

Posso portanto concluir que os Decretos-Leis n.º 439-B/77 e 439-E/77 se mantêm em suspensão até a prossecução do vosso plano?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas para responder, se assim o desejar.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Vaz Portugal): — Perante a imensidão de perguntas que me foram postas e um certo grau de dificuldade em as alinhar todas, vou procurar, enquanto for possível, responder, embora em determinados casos específicos solicite aos Secretários de Estado para poder dar algumas informações.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Também é chefe...

O Orador: — É porque, oriundos da investigação científica, continuamos a pensar em termos de equipa. É a equipa que funciona e não apenas o seu chefe.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A primeira questão que gostaria de pôr é a seguinte: parece-me que é chegado o momento de poder dizer concretamente que acabemos de uma vez para sempre com a bipolarização agrícola.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Só agrícola?

O Orador: — Há um todo, ao norte e ao sul, que tem de funcionar em termos de complementariedade.

Se não for assim, continuámos emotivamente a dar à agricultura a carga cujo sinal é o da origem donde provém...

Não há dúvidas de que em matéria de leis da Reforma Agrária, eu não as aprovei, não participei nelas, esta Assembleia é que aprovou as leis de base da Reforma Agrária. E se esta Assembleia representa o País, foi o País que a aprovou. Há, pois, que lhe dar concretização e humanidade: há que procurar que elas não sejam motivo para destruir um determinado grau de evolução no sector primário.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Qual grau?

O Orador: — Acusaram-me de ter sido pragmático de mais e de não ter ideias muito concretas.

A verdade é que temos uma Reforma Agrária, a que desejamos e aceitamos, mas que poderá não ser aquela daquele cariz que lhe querem dar, mas é aquela que este País no todo tem que ter.

Uma voz do PCP: — E é da Constituição!

O Orador: — E é da Constituição, estamos de acordo, Sr. Deputado. Muito obrigado por me ter auxiliado. É que com todo este calor as ideias começam também a transpirar...

Temos de viver num Estado de direito — este Estado tem de o ser.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Continuamos nas generalidades!

O Orador: — Continuo na generalidade, Sr. Deputado, é certo, porque se há realmente uma Reforma Agrária, a verdade é que não há uma política de desenvolvimento agrário neste país. Não houve antes do 25 e não surgiu depois do 25. O que houve foi campanhas de produção deste ou daquele produto, simplesmente motivadas porque tínhamos, em relação à balança de pagamento, de produzir mais cereais ou mais disto ou mais daquilo, tudo desinserido de um contexto global. O que procura esta equipa do MAP — e que, aliás, já se pretendeu anteriormente — é que se comece a definir as linhas dessa política de desenvolvimento integrado neste país, em que o contexto de cada produto se insere dentro das suas linhas.

O Sr. Victor Louro (PCP): — E até lá?

O Orador: — Até lá, Sr. Deputado, através de mecanismos que podemos utilizar, tais como o preço, o crédito controlado, é possível aumentar a capacidade produtiva deste país. Simplesmente, continuar a manter a produção de trigo em zonas que não podem produzir trigo ou milho, ou de aveia, ou de cevada, é continuar a ter rendimentos unitários que não abonam em favor da capacidade técnica deste país e que não definem essa política agrícola integrada que queremos ter.

Vozes do PSD e CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não se contraria a Reforma Agrária. Ela é uma conquista. Estamos totalmente de acordo com isso, mas vamos integrá-la nesse programa

de desenvolvimento agrícola. Porque é que não há-de estar? Há um todo nacional que está em questão. Vamos continuar a investir para que ela se firme, porque é necessária, mas, simplesmente — e aqui está a filosofia de um programa —, é possível. E o Sr. Deputado Vítor Louro que me desculpe, porque, está claro, um mau professor pode ter bons e maus alunos...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos.

O Orador: — Não há dúvidas nenhuma é que da nossa parte a filosofia que queríamos trazer até esta Assembleia é que é a empresa — e não vamos jogar com nomes, se é pequena, se é média, se é grande, pois interessa é saber se tem dimensão para ser empresa — que está em causa. E naquela zona onde o minifúndio existe — eu venho do minifúndio, de uma zona agrícola — há outros mecanismos associativos que podem chamar a si a dignidade e a responsabilidade da empresa e da sua produção.

Portanto, aquilo que pretendemos — possivelmente não conseguimos, aceitamos perfeitamente —, e peço aos Srs. Deputados que acreditem que não temos dúvidas sobre aquilo que há-de ser um programa de desenvolvimento integrado para a agricultura portuguesa. Temos dúvidas de o poder realizar amanhã; não temos é dúvidas que temos de começar a realizá-lo.

O sector agrícola, como tive ocasião de lhes dizer, é um sector com raízes profundamente biológicas, que não se fazem pela simples circunstância de que carrego num botão e tenho a solução amanhã.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao crédito, não há que impedir esta máxima que gostaria que ficasse: o preço do produto, como o crédito, são as duas armas mais importantes para poder dar realidade à política integrada de desenvolvimento agrário. Vamos discipliná-lo, na sua capacidade de utilização, na responsabilidade de quem o utiliza e não vamos continuar a gastar sem produtividade. O nosso produto agrícola bruto continua estagnado. Todos o podem dizer.

O Sr. Deputado Vítor Louro perguntou se em relação à zona de intervenção da Reforma Agrária eu reconheceria uma capacidade produtiva em função dos números como os que hoje de manhã aqui nos apresentou, se estou de acordo com eles. Devo dizer que o conhecimento que o Sr. Deputado Vítor Louro tem destes números é completamente diferente do meu. É possível que a razão esteja do seu lado e não esteja do meu. Simplesmente, gostaria de lhe perguntar se os números que indicou de duplicação dos efectivos pecuários, dos aumentos de produtividade unitária e global dos cereais, se estes números foram apresentados para sua satisfação ou para poder dar a esta Assembleia a ideia de que só na zona de intervenção da Reforma Agrária se estava a produzir...

Quando é que acabamos de pensar nestes termos sectorizados?

O Sr. Victor Louro (PCP): — Dá-me licença, Sr. Ministro?

Julgava que o Sr. Ministro conhecesse suficientemente a realidade da Reforma Agrária...

Permita-me uma pergunta: já visitou alguma unidade colectiva de produção?

O Orador: — Antes de o Sr. Deputado Vítor Louro actuar na zona de intervenção da Reforma Agrária, continuei a actuar nessa zona, mesmo depois do 25 de Abril.

É possível é que os meus métodos não tenham sido utilizados.

O Sr. Victor Louro (PCP): — São de antes do 25 de Abril...

Risos do PCP.

O Orador: — Quanto aos problemas específicos que me foram colocados pelo Sr. Deputado Manuel da Costa, desde já digo que, relativamente às matérias específicas da Lei das Bases da Reforma Agrária, pedrei ao Sr. Secretário de Estado para responder mais completamente.

Sobre fomento cerealífero, inclusive sobre todos os aspectos que pudesse vir a incrementar unitariamente a quantidade de cereais a produzir por hectare, devo dizer-lhe, e dei-lhe um exemplo, que se pudéssemos, dentro de um hexénio, ou seja, a partir de 1984 seguir uma política de fomento cerealífero, estávamos absolutamente convencidos de que era possível atingir valores de auto-suficiência. Para isso, quais eram os mecanismos? Eu não gostaria de cair nestes aspectos muito específicos e por isso os evitei. Mas sempre direi que, primeiro, fazer a cultura onde se deve fazer, utilizar a semente que se deve utilizar e fazer a necessária preparação da terra. Não estou a dar novidades nenhuma àqueles que são do sector agrário, de resto. E tudo isto, acompanhado, é claro, da assistência técnica adequada. Seria possível, desse modo incrementar o fomento cerealífero cujo desenvolvimento está programado para que se pudesse atingir no hexénio.

Quanto à filosofia, Sr. Deputado Veiga de Oliveira, se ela não ficou esboçada no decorrer da nossa intervenção, a culpa é minha. Mas gostaria de lhe poder dizer, em termos muito simples, que seria esta: a filosofia que o Programa tem e que as minhas palavras continham e que não exprimiram como desejava, possivelmente, para V. Ex.^a qual seja a de que índices de caracterização da nossa agricultura que ao longo dos anos todos nós repetimos acabassem de uma vez para sempre e que a forma de o conseguir é termos uma política coerente de desenvolvimento agrícola para este território que vem do norte ao sul do País, com conquistas depois do 25 de Abril, estou totalmente de acordo, mas inseri-las neste Programa. Vamos tentar ver se o produto agrícola bruto aumenta para aquele crescimento desejável e se a nossa balança de pagamentos não é afectada por continuarmos a não termos cereais para consumo directo. Portanto, a filosofia era esta, encimada por um outro aspecto que me parece que temos de atingir: até que ponto é que as unidades cuja estrutura não formulei, mas como unidades em si, seriam técnico-economicamente viáveis.

Quanto a isto, também não me restam quaisquer dúvidas e tenho, aliás, uma afirmação do Sr. Deputado Vítor Louro, de 11 de Agosto de 1976, nesta

Assembleia, neste sentido: «crédito orientado, baseado na avaliação do interesse económico dos projectos a financiar e da sua integração nos planos de desenvolvimento agro-pecuário.»

É isto que se pretende.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PSD e do CDS.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Mas com isso não disse qual!

O Orador: — Ao Sr. Deputado Vital Moreira, devo dizer que a filosofia em que procurei enquadrar a minha exposição está directamente ligada àquilo em que continuo a insistir. Podem dizer que o Sr. Fulano de tal continua a ser teimoso, continua a falar numa política de desenvolvimento integrado, continua a falar numa política de desenvolvimento que visa produzir onde se deve produzir, o que se deve produzir e com a técnica adequada, incluindo e integrando todos estes elementos na capacidade empresarial de quem o faz.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Como é que os faz?

O Sr. Victor Louro (PCP): — Como é que se mede essa capacidade?

O Orador: — Como é que se faz? Programando e tendo projectos concretos de desenvolvimento que, do norte ao sul do País, sejam capazes de dar realidade a esta perspectiva filosófica.

Vozes do PSD e CDS: — Muito bem!

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Mas isso, Sr. Ministro, são banalidades de tal ordem que vêm em qualquer manual de economia agrária e nada de novo nos diz...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputados, chamo a vossa atenção para terem calma e deixarem que o Sr. Ministro prossiga nas respostas.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — O Sr. Ministro permite-me que lhe faça uma pergunta?

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas: — Faça favor.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Perguntei-lhe da filosofia do Governo em matéria agrícola. O Sr. Ministro insiste em não responder — está no seu direito. Entretanto, permito-me fazer-lhe a seguinte interrogação: o Sr. Ministro disse já várias vezes que a filosofia, ou o princípio do Governo, é o de privilegiar a empresa.

Sr. Ministro: o que nós queremos é de que tipos de empresa se trata, porque existem empresas familiares, empresas cooperativas, autogestionárias, colectivas, capitalistas, grandes, médias e pequenas.

Vozes de protesto do PSD e do CDS.

O Orador: — O que nós queremos saber, Sr. Ministro, é isso já existia antes do 25 de Abril, e, depois do 25 de Abril, a grande transformação, que veio a

ser acentuada e formalizada pela Constituição é a preferência na zona do latifúndio pelas formas colectivas, autogestionárias e cooperativas de exploração.

O que nós queremos saber é qual a filosofia do Governo em matéria de opção por tipo de empresa, Sr. Ministro. Porque empresas bem dimensionadas também as há capitalistas. O que nós queremos saber é se o Governo vai privilegiar empresas capitalistas reconstituindo-as na zona da Reforma Agrária ou se vai apoiar as empresas cooperativas e colectivas de produção que existem.

É tão simples como isto, Sr. Ministro. E isto implicaria apenas uma resposta: nós estamos dispostos a privilegiar estes tipos de empresas. É muito simples.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas: — O Sr. Deputado Vital Moreira, a minha resposta também vai ser muito simples e sintética: todos — incluindo aqueles tipos em que V. Ex.^a está a pensar.

Risos do PSD e do CDS.

Por outro lado, diria ao Sr. Deputado Monteiro de Andrade quando me fala em subsídios que para a personalidade que está perante esta Assembleia a política de subsídio é uma política errónea. É uma política que serviu largamente, antes do 25 de Abril, para distorcer um determinado tipo de produção. Não é o subsídio que está em causa, porque ele não distingue quem produz bem de quem produz mal. O que está em causa é o preço justo para aquilo que se produz, e se pudermos caminhar para uma situação destas, apoiados num crédito bonificado — mas bonificado — segundo os interesses de desenvolvimento dessa política agrícola, pode vir a esconder-se uma situação de que eu, pessoalmente, discordo, como, aliás, sempre discordei.

Quanto aos decretos florestais, V. Ex.^a pôs o problema por via que o que estava em questão aqui era a definição de uma política integrada para o sector primário. Vamos todos falar a mesma linguagem: vamos fazer floresta, onde se deve fazer floresta, que é um bem absolutamente indispensável e necessário a este país, e vamos semear trigo onde se deve, etc.

Agora, resta-me que me permitam solicitar a intervenção do Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária para responder a aspectos pontuais.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Vital Moreira pede a palavra para que efectue?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É para um breve protesto, Sr. Presidente.

Como certamente se lembrará, pedi ao Sr. Ministro que me dissesse que tipos de unidade de produção, de empresas, é que o Sr. Ministro privilegiava. O Sr. Ministro disse todas. Isto é uma pura impossibilidade lógica, política e prática: não se pode privilegiar tudo ao mesmo tempo. E o Sr. Deputado do PSD que resolveu apoiar sem mais nem menos o Sr. Ministro da Agricultura esqueceu-se deste pequeno pormenor.

Eu proponho para este Ministro e para este Ministério o nome de «Ministério enguia».

Risos do PCP e PS.

Vozes do Governo: — Portanto, das Pescas!

Vozes de protesto do PSD e do CDS.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Brito pretende usar da palavra para que efeito?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, não pretendo fazer nenhum protesto, porque se me afigura desnecessário, mas, em nome do meu Grupo Parlamentar, dar uma explicação à Câmara.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na intervenção feita hoje de manhã, em nome da bancada comunista, pelo meu camarada Vítor Louro, bem como nas perguntas que desta bancada foram agora dirigidas ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, procurámos tratar de todas as questões relevantes da agricultura portuguesa, sem cuidarmos da zona, da região, e sem cuidarmos até das formas de exploração. Recusamos e, repetimos, por isso, a insinuação subjacente às afirmações de há pouco do Sr. Ministro relativamente à bipolarização. É que o palavrão não nos assusta, mas quem o usou foi o Sr. Ministro da Agricultura. Queremos mesmo dizer-lhe que, com isso, não esconde a incapacidade do Governo em dar resposta política às questões que lhe colocámos; com isso não esconde a indeterminação do Governo relativamente às questões de fundo que lhe apresentámos e que motivam da parte do Governo uma sistemática atitude de esconder o seu pensamento, uma sistemática intenção de esconder a sua política. E, por isso, a esta política, não desconhecendo alguma afirmação positiva que lhe ouvimos há pouco e sublinhando até, para que fique, relativamente à Reforma Agrária, nós dizemos que, depois de o ouvirmos, depois de vermos a sua incapacidade de resposta...

Risos do PSD e do CDS.

O Orador: — ... temos razões acrescentadas para dizer não à política do seu Ministério...

Aplausos do PCP.

...e para dizer não à equipa que constituiu para a realizar.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Vítor Louro pede a palavra para que efeito?

O Sr. Victor Louro (PCP): — Para uma breve expli-cação à Câmara, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Victor Louro (PCP): — O Sr. Ministro fez uma citação de uma intervenção minha, podendo, com isso, lançar alguma confusão e, nomeadamente, sei lá... vir a ser conotado como PCP...

Risos do PCP.

Para que isso não suceda, vou esclarecer: a citação é correcta; porém, está inserida num contexto que o Sr. Ministro não referiu e que parte do pressuposto da minha parte de que a integração de Portugal no Mercado Comum é oposto aos interesses do nosso país, enquanto o Sr. Ministro pensa exactamente o contrário.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária.

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária (Ferreira do Amaral): Srs. Deputados: Vou acabar por ser essencialmente maçador, visto que os pontos que me cabe a mim focar são questões de mais pormenor e talvez mais especializadas do que aquelas que se me colocariam normalmente num debate deste tipo. No entanto, penso que essa será exactamente a minha função.

Uma das primeiras dúvidas que se puseram, e penso que das que têm mais cabimento formular, diz respeito ao que pensa fazer o MAP no que toca à prossecução das expropriações.

A minha primeira resposta é a de que, nisso, como no resto, tenciona executar o mais fielmente que puder a Lei das Bases da Reforma Agrária. Esta lei prevê a expropriação de propriedade na zona de intervenção ou, concomitantemente, de explorações com uma dimensão superior à da área de reserva e prevê, isto é importante, que se façam essas expropriações depois de previamente demarcadas as respectivas reservas. Tem de deduzir-se, desde logo, esta intenção do Ministério do seu Programa quando se refere a existência de meios assegurados para a concretização de expropriações, de que tenha decorrido previamente um processo, hoje regulamentado, de demarcação de reserva para que possa expropriar-se o excedente.

Além disso, é óbvio também que num Estado de direito, e de acordo com os princípios constitucionais e da Lei das Bases da Reforma Agrária, as expropriações são, salvo nos casos de abandono, necessariamente compensadas com indemnizações. Não é possível, não é justo, não é racional num Estado de direito e com esta legislação e com esta Constituição, efectuarem-se expropriações sem que estejam assegurados os meios de pagamento das respectivas indemnizações.

Ainda um terceiro aspecto: expropriar para fazer Reforma Agrária significa necessariamente, penso que ninguém o discutirá, não apenas alterar os direitos fundiários sobre uma determinada parcela de terra, mas significa, também, transformar a zona de intervenção e, portanto, dar-lhe uma utilização mais conforme não só ao desenvolvimento e ao progresso da agricultura mas também ao benefício social daqueles que dependem da respectiva área.

Pois bem, dentro desta filosofia só deve expropriar-se quando for necessário ou quando for possível asse-

gurar que o tipo de utilização da terra expropriada seja, de facto, um tipo que social e economicamente esteja apto a funcionar de imediato. De outra maneira é a própria Reforma Agrária que pode estar em causa. Isto significa que a atenção dos serviços da Secretaria de Estado da Estruturação Agrária e do respectivo Ministério incidirá sobretudo sobre o rápido desenvolvimento das fases e dos estudos necessários para que estes três pontos sejam cabalmente satisfeitos antes da expropriação de novas terras.

Um dos pontos também em geral objecto de grande dúvida por parte de alguns Srs. Deputados diz respeito ao alcance que deve ser dado à expressão de pleno e pronto respeito pelo cumprimento da legislação da Reforma Agrária.

Mas, voltando à Reforma Agrária, começo por estranhar que esta dúvida se ponha e como é que é possível que a Reforma Agrária seja o bode espiatório e a única zona em que se põe em dúvida que se faça o pleno e pronto cumprimento da Lei. Isto num Estado de direito. Esta dúvida posta pelos Srs. Deputados, penso que é, de facto, uma discriminação contra a Reforma Agrária e a respectiva legislação.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Não é da lei, Sr. Secretário de Estado, mas sim das decisões do MAP...

O Orador: De resto, penso que num Estado de direito o que interessa é aplicar a lei e, como se sabe, é da própria natureza da lei que resulta que no caso de extintos todos os processos de diálogo que o Ministério e a Secretaria de Estado tencionam usar em toda a medida que está prevista na lei e a Constituição — isso é lei, o diálogo faz parte da lei, não nos negaremos a ele como, de resto, os anteriores Governos constitucionais se não negaram —, chega um momento em que o diálogo, sob o risco de se transformar num diálogo de surdos, exige uma decisão final. Pois bem, nesse caso, a intenção de Ministério é a de proferir essa decisão final e de a executar em toda a sua extensão.

Pode ficar ciente o Sr. Deputado Carlos Brito de que, aí, tentaremos usar de todos os processos pacíficos de resolução, mas quando estiver em causa o cumprimento da lei e uma lei democraticamente aprovada, aí não olharemos para trás. E também pode estar certo de que entre esses meios de aplicação não usaremos o internamento em asilos psiquiátricos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Alguém precisa de asilo psiquiátrico...

O Sr. Vitor Louro (PCP): O Sr. Secretário de Estado sente-se mal na Assembleia, não se sente?

O Orador: — O Sr. Deputado tem realmente um conceito de anomalia psiquiátrica demasiado amplo para o meu gosto e para a minha filosofia.

Quanto à filosofia geral, diria que, de facto, há uma zona de afinidade muito grande na aplicação das leis da Reforma Agrária, e, de resto, não é uma culpa que se possa imputar agora ao Ministério, pois deriva da própria dificuldade que houve por parte dos Srs. Deputados o terem concretizado demasiado as normas existentes. E que a sua aplicação não

pode ser algo de rígido, uma lei da Reforma Agrária não pode ser algo de rígido, há sempre uma zona de discricionariedade. Mas chamo a vossa atenção para um mecanismo previsto na Constituição, no artigo 72.º, que permite a esta Câmara controlar o mérito dos actos discricionários praticados pelo Ministério da Agricultura e Pescas. Está na mão de VV. Ex.ºs usar desse meio e o Ministério está inteiramente à disposição para se submeter a esse controlo do mérito dos actos praticados e não apenas da legalidade.

Penso que o meu tempo é muito limitado, mas teria, aliás, muito interesse em responder, ponto por ponto, às perguntas do Sr. Deputado Manuel da Costa, perguntas essas que demonstram que quem formula conhece realmente o problema. Diria apenas que todos os pontos que levantou são de facto pertinentes, tendo, sem dúvida, de ser resolvidos de maneira mais imparcial e justa possível, isto é, de forma a respeitar o espírito e a letra da lei.

Não seremos, por princípio, contra majorações nem a favor delas. As majorações têm de ser interpretadas dentro do contexto sistemático da própria lei, isto é, à luz do espírito da lei, e quando for caso disso e estiver fundamentamente comprovado que são de atribuir, atribuir-se-ão. Mas é evidente, e nesse caso dou-lhe razão, que não podem ser consideradas como regra, porque é esse o espírito da lei.

Quanto à distribuição das zonas de reservas a demarcar relativamente às propriedades já expropriadas, penso que, em princípio, sendo o critério da pontuação um critério não de área mas que atende, fundamentalmente, às características dos solos, parece-me que, nestes casos, a justiça poderá ser razoavelmente assegurada com base na pontuação. Mas, de qualquer maneira, e para isso o diálogo será fundamental, haverá que estar atento, por forma que nem os reservatários nem os beneficiários da terra em exploração sejam privilegiados.

No que se refere à possibilidade de valorização do património fundiário do Estado — e, neste ponto, vou ao encontro da observação do Sr. Deputado Vitor Louro —, penso que, como Ministério, temos de, em primeiro lugar, salvaguardar os interesses do Estado como proprietário de uma extensa propriedade na zona de intervenção. E isso significa não que o Estado se fechará em si próprio, mas que pretende valorizar esse património, para que os beneficiários dessa terra em exploração, que estão previstos na lei e na Constituição, possam realmente receber algo que tenha realmente capacidade produtiva.

Para o efeito tudo se fará no sentido de que maiores meios financeiros possam ser postos ao serviço da valorização desse património. E mais, na nossa concepção, Reforma Agrária sem essa valorização e sem essa transformação fundiária, isto é, tirar de umas mãos para pôr noutras e nada fazer no sentido de construção da terra nada significaria. Estamos, portanto, totalmente empenhados nessa missão.

Finalmente, queria responder ao Sr. Deputado Vital Moreira relativamente às dúvidas que ele colocou em relação à filosofia do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP), nomeadamente quando afirma que, para o efeito, a Lei Barreto parece ser neutra,

no sentido de que pode permitir diversas filosofias. Eu tive ocasião de assistir ao debate na especialidade desta lei; não tenho aqui as declarações de voto de vencido do Sr. Deputado Vital Moreira, mas penso que o Sr. Deputado aquando desse debate acusou a lei de ter uma filosofia muito específica. Todavia, se tem dúvidas quanto à actuação do MAP em relação a esta matéria, a minha resposta será, uma vez mais, a de que se pretende aplicar a lei dentro dessa filosofia que o Sr. Deputado Vital Moreira atribuiu, na discussão na especialidade, à referida lei.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Peço a palavra para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É razoável e comprehensível que um dirigente de um partido monárquico não se sinta bem numa Assembleia da República.

Risos do PCP e PS.

Mas isso não é suficiente para que pessoas nessa qualidade se sintam legitimadas, mesmo como membros de um Governo de «independentes», para se permitirem grosseiras insinuações em relação a um partido que aqui se encontra pelos votos do povo, ao contrário do partido a que o Sr. Membro do Governo pertence, que não está nesta Assembleia porque não obteve os votos suficientes para tal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é uma posição que repelimos.

Aplausos do PCP.

E que fique claro que não permitimos ao Sr. Secretário de Estado da Estruturação da contra-reestruturação Agrária que venha aqui fazer juízos de valor, ainda por cima de forma invia, pouco correcta e elevada, para não dizer direita, como se permitiu ao fazer insinuações em relação a Deputados desta Assembleia. É que uma coisa é certa, Sr. Membro do Governo independente: os Deputados que aqui vê encontram-se nesta Assembleia pela vontade do povo e o Sr. Membro do Governo independente não pode reclamar-se dessa virtude...

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... virtude essa que, num regime democrático, não tem comparação, coisa que o Sr. Membro do Governo devia ter em conta!

Aplausos do PCP e do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: O destino do III Governo Constitucional parece traçado, muito embora quem assistiu ao longo debate que acabou de se processar em torno da política agrária do Governo pudesse, eventualmente, pensar o

contrário. Pesa já sobre ele, neste momento à ameaça de três moções de rejeição e das palavras aqui proferidas pelos representantes dos vários partidos não é ousadia concluir que, pelo menos, alguma delas virá a obter a maioria dos votos necessária para que o Programa do Governo seja rejeitado.

Dir-se-á, pois, que estamos perante um Governo nado-morto, coisa que já aqui foi dita esta manhã, e fica a dúvida legítima de saber se valerá a pena prosseguir um debate cujo resultado não deixa margem para dúvidas; se não se trata de uma inútil perda de tempo e se mais profícuo não seria debruçarmo-nos sobre as soluções que, derrubado o 3.º Governo Constitucional, haverá que encontrar para vencer a crise em que o País se vai arrastando.

Creio no entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que da forma como o debate se tem desenvolvido, do modo como a própria crise foi evoluindo se podem extrair alguns ensinamentos capazes de servirem, não já à tarefa, por assim dizer tornada inútil, de criticar ou defender este Governo, em cujo futuro com certeza poucos já acreditam, mas na procura de novos rumos, novas soluções que permitam ultrapassar a crise e consolidar a democracia.

Todo o debate tem girado, tanto nesta Assembleia como fora dela, em torno de três eixos fundamentais: a génese do Governo, a sua composição e a existência ou não do que possa ser considerado uma alternativa viável à solução finalmente encontrada pelo Presidente da República.

Muito mais do que o Programa de que é portador, muito mais do que os propósitos enunciados ao longo das quatrocentas páginas desse Programa, a fórmula que lhe deu origem, os homens que o compõem — apontados uns pelas suas ligações à esquerda, outros pelas suas conotações de direita — parecem constituir os obstáculos maiores contra os quais o Governo corre o risco de soçobrar contra os quais, salvo uma reviravolta de última hora, o Governo irá com certeza soçobrar.

E sou tentado a dizer que não admira que assim aconteça porque quando o Sr. Engenheiro Nobre da Costa, modestamente, não reivindica qualquer originalidade para o seu Programa, antes afirma que não difere no essencial do Programa do 2.º Governo, afirmação, aliás logo corroborada por quem foi o Primeiro-Ministro desse Governo, estranho seria que aqueles que então o apoiaram alicerçassesem hoje a sua oposição na oposição a um Programa que, no fundamental, reconhecem idêntico ao seu.

Prudentes nas críticas, não se transformem estas numa indesejável e incómoda autocritica, vão-se ficando pela afirmação de que o Programa será excessivo, não corresponde à natureza do Governo, que teria exorbitado da sua competência, mesmo se nos não dizem se corresponderá porventura — o que seria bem mais importante — à natureza da crise e às necessidades do País. É verdade que houve esta manhã a intervenção do Sr. Deputado António Arnaut, mas é também verdade que se uma andorinha não faz a Primavera, um Deputado não faz um debate e muito menos faz um grupo parlamentar.

Como estranho seria também que os que se pronunciaram contra o Programa do 2.º Governo e hoje exprimem, com maiores ou menores reservas de estilo, o seu apoio ao 3.º Governo — como o faz o PSD —,

se transformassem agora em defensores de um Programa que rejeitaram e não buscassem, mascarando opções táticas que se inserem numa clara estratégia de reforço dos poderes e do papel do Presidente da República, justificar-se com os riscos da desestabilização, do vazio político, da ausência de alternativas, com a teoria do «mal menor».

De tal modo que chegamos a esta situação bizarra: o PSD que parece claramente rejeitar o Programa não se opõe ao Governo; o PS e o CDS, que claramente rejeitam o Governo, parece não se oporem com a mesma clareza ao Programa.

Diz-me-ão que é natural que tal aconteça porque, para uns e para outros, a natureza do Governo sobreleva em importância a natureza do Programa.

Será assim. Só que programa e fórmula me parecem indissociáveis e, ao relegar-se para segundo plano o Programa do Governo, sobrevalorizando-se em relação a ele a sua génese e a sua composição, não só se ignora aquele facto como se deixam de lado as questões fundamentais. E as questões fundamentais são hoje, como o eram há sete meses quando da formação do 2.º Governo, como o eram há dois anos quando da formação do 1.º Governo, o saber-se quais os caminhos para vencer a crise económica e, vencendo-a, assegurar a democracia e consolidar as conquistas de Abril.

Porque o risco maior que sobre elas pesa é a degradação do nível e da qualidade de vida que atinge hoje a grande massa da população portuguesa, o desencanto e a descrença que dela se vão apoderando. Desencanto e descrença que são o terreno fértil em que ganham raízes as ambições pessoais, em que germinam as soluções autoritárias, onde encontram eco as vozes dos chefes carismáticos ou dos que como tal se imaginam.

Aí, bem mais do que nas conspirações de corredor ou nos *complots* de palácio, se jogam os destinos da democracia.

E é a resposta a essas questões fundamentais, a posição que perante elas cada uma das forças políticas aqui representadas entenda assumir, que os Portugueses esperam compreender claramente.

Essa a primeira lição que seguramente saberão extraír deste debate e dos seus resultados.

Para além das questões de forma é sobre as questões de fundo que importa que esta Assembleia se pronuncie, que é imperioso e urgente que cada um se defina. É para elas que o País espera de cada um a resposta. Porque são impeniosos e urgentes os problemas com que nos defrontamos; porque dessa resposta depende a própria imagem da Assembleia e com ela a imagem da democracia; porque as questões de forma não podem ser desligadas das questões de fundo: porque a invocação dos princípios a propósito dos problemas formais pode facilmente revestir os contornos de um mero expediente, de processo mais ou menos hábil de evitar os problemas reais e concretos que cada um sente e que cada um vive.

No Programa do 3.º Governo encontra-se o que são as respostas aos problemas de fundo. A aceitação ou a recusa dessas respostas, muito mais do que a aceitação ou a recusa da fórmula governamental mostrariam o sentido real das posições que forem assumidas nesta Assembleia. Será a posição das diferentes forças políticas perante o Programa do Governo

que permitirá interpretar autenticamente o verdadeiro sentido de uma recusa da sua fórmula ou dos homens que o compõem.

A natureza deste Governo não pode ser desligada do seu Programa.

Quis-se um Governo para prosseguir uma determinada política e este Governo terá surgido como o único possível para a levar de imediato à prática, desfeita que fora pela força das suas próprias tradições a aliança PS/CDS. Contradições a que não escapa o próprio 3.º Governo, cuja heterogeneidade o Primeiro-Ministro comparou e procurou já justificar com a heterogeneidade do 2.º Governo; contradições a que não podia escapar porque são o preço de opções políticas que se não querem claramente explicitar.

Opções que não se diferenciam nem das que informaram a prática do 1.º Governo e conduziram ao esgotar da fórmula em que assentava nem das que levaram ao 2.º Governo e fizeram dele um Governo com uma maioria parlamentar indiscutível do ponto de vista aritmético, mas de estabilidade bem mais discutível como os factos não tardaram a demonstrar.

Pela nossa parte, e não será surpresa para ninguém, rejeitamos o Programa e rejeitamos a fórmula a que este inevitavelmente conduziu. A que inevitavelmente conduziu porque se este Governo é o resultado da vontade do Presidente da República é, também, o resultado de uma política.

Rejeitamos o Programa do 3.º Governo pelas mesmas razões que nos levaram a rejeitar o Programa do 2.º. Porque sob a capa de um Governo que tão depressa se pretende de gestão e destinado a preparar eleições, como revela ambicionar mais largos voos, é a mesma política que nos é proposta. A mesma política em que recuperação económica se confunde com recuperação capitalista e que faz tábua rasa do projecto constitucional. Projecto constitucional que o Sr. Engenheiro Nobre da Costa declarou sem hesitações, escudando-se no que julgaria ser um argumento de autoridade, pretender conservar na gaveta em que outros, entretanto, o tinham já colocado.

A mesma política cujos resultados são patentes e tenderão necessariamente a agravar-se: degradação das condições de vida da população, redução drástica do poder de compra dos trabalhadores, crescimento acentuado do desemprego, aumento da dependência externa, destruição de algumas das mais importantes transformações que o 25 de Abril trouxe à sociedade portuguesa; o controlo operário, a Reforma Agrária, as nacionalizações, as experiências autogestionárias.

Diz-me-ão que ao afirmá-lo mais não faço do que repetir-me. É verdade. Mas não é menos verdade que, como alguém já disse com frequência, em política quem se não repete contradiz-se.

Estranho seria que, sendo o Programa confessadamente o mesmo e idênticos os propósitos, outra fosse a nossa posição, diferente os nossos argumentos.

Rejeitamos o Programa e rejeitamos a fórmula. Rejeitamos a fórmula porque, a concretizar-se, corresponderia a uma evolução inaceitável, tendente a reforçar os mecanismos do poder pessoal e a abrir

o caminho aos que sonham com uma democracia musculada aos que vêem nela o primeiro passo para uma ditadura. Rejeitamos a fórmula e rejeitamos o Governo, porque para nós recusar este Governo tem de ser, não apenas recusar a fórmula em que alicerça, mas recusar a política que nos propõe.

Derrubar o 3.º Governo para a substituir por um Governo diferente com uma política igual será, uma vez mais, adiar as opções de fundo que sucessivamente se têm escamoteado, iludindo-se a vontade popular que as fez inscrever na Constituição; será persistir na ambiguidade; será adiar o País e tornar mais remotas as possibilidades de consolidar o regime democrático.

O 3.º Governo propõe-se prosseguir o caminho que os anteriores traçaram e desbravaram. A questão está para nós, antes de mais nada, em saber-se se se aceita, ou não, que continuemos a trilhar um tal caminho. Da resposta a esta pergunta surgirá claro, aos olhos de todos, se o que está em causa é uma neta disputa em torno do poder ou o rumo que se pretende imprimir à sociedade portuguesa.

É a resposta a esta pergunta, despida de subterfúgios, que o povo português tem o direito de esperar de nós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não ponho em dúvida que sinceramente acreditem defender aqui os princípios da democracia. Não será porém iludindo os problemas que se escondem por detrás das frases ou das fórmulas, esgrimindo com as palavras e com os votos, no que acaba por parecer, por vezes, uma sinistra brincadeira, que serão defendidos esses princípios, defendidos os interesses do povo.

Não estamos num salão elegante, e das palavrosas querelas e dos duelos verbais não resultam apenas graciosos dítos de espírito. Estamos na Assembleia da República, e dos nossos actos, tenhamos disso ou não consciência em cada momento, resulta a própria orientação da vida nacional. Actos que em democracia haverão de ter a necessária sanção popular. E convém que não esqueçamos que, se ao longo de cinquenta anos de fascismo o povo português não pode falar, pode reflectir e compreender.

Se nos deixamos enredar nos jogos parlamentares na esperança de neles esconder a realidade, ocultar o verdadeiro sentido das posições assumidas, é bom que tenhamos consciência que aqueles que lá fora nos escutam se não deixarão ludibriar e que através do manto diáfano dos discursos saberão encontrar a verdade crua e simples das intenções e da vontade política.

Do que esta Assembleia decidir o povo português julgará.

O 3.º Governo Constitucional sobreviverá ou não a este debate, conforme esta Assembleia — e logo os partidos nela representados — o decidirem. O resto são habilidades fáceis, mais moção, menos moção, para que se constitua um capital de boa consciência e se guardem as mãos aparentemente limpas.

Se, por hipótese, o 3.º Governo viesse a passar no termo deste debate, teria passado pela vontade e com a responsabilidade se não de todos pelo menos da maioria dos Deputados. Gozaria então, tanto quanto o 1.º e o 2.º, da legitimidade que esta Assembleia lhe conferira mesmo se tal facto significasse,

por si só, o ter a maioria dos Deputados aceite demitir-se do papel que em democracia lhes cabe.

Pela nossa parte não nos demitiremos, nem cobriremos com o nosso voto ou a nossa abstenção um Governo cuja política recusamos e cuja legitimação por esta Assembleia abriria o caminho a um processo cuja lógica conduz inevitavelmente à destruição das instituições democráticas.

Por isso mesmo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, iremos votar todas as moções de rejeição que tenham sido ou venham a ser apresentadas, sem curarmos de saber da sua origem. Não nos preocupa, como nunca nos preocupou, que o nosso voto possa pontualmente coincidir com o de forças políticas com que manifestamente nos não identificamos. Temos suficiente confiança nas nossas convicções para não recearmos o contágio, como não recearmos que daí possam nascer quaisquer equívocos quanto à natureza das nossas posições. Vantagens de uma conduta que tem procurado pautar-se, talvez com algum êxito, pela independência de espírito, a recusa de dogmas e a coerência de atitudes.

Votando essas moções não sancionamos os seus eventuais considerandos, exprimimos a nossa inequívoca rejeição do Governo e do seu Programa.

Votando-as, exprimimos a nossa recusa a uma via que consagraria no plano das instituições políticas um processo de recuperação do que foram as conquistas do 25 de Abril, semelhante ao que no domínio económico vem desenrolando-se; exprimimos a reusa de uma política que sempre entendemos contrária aos interesses do povo português e contrária ao projecto constitucional que traduz a sua vontade.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Presidente Vasco da Gama Fernandes.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: No tempo da ditadura e do partido único já os socialistas portugueses lutavam pela existência dos partidos políticos e pelo respeito da vontade popular. Por termos defendido estes princípios, simples e claros, fomos como se sabe, votados ao ostracismo, perseguidos, presos, exilados. Nenhuma perseguição nos fez, contudo, renunciar ou abdicar. Por que razão havíamos de o fazer agora, que vivemos em liberdade e em democracia! Os socialistas portugueses podem ter muitos defeitos, mas não o defeito de vacilar na defesa dos princípios fundamentais da democracia. Não vacilamos, não abdiquamos, nem renunciamos. Por isso aqui estamos a dizer que, pelo menos com os nossos votos, o Governo Nobre da Costa não passará.

Aplausos do PS.

E não passará com os nossos votos, porque se trata de um Governo constituído à rebela dos partidos e da vontade popular expressa em eleições livres. Esta é a razão fundamental da nossa rejeição.

Trata-se de uma questão de princípio, que não pode ser iludida, sob pena de se subverter a própria ética da democracia. O País foi chamado pela Revolução

de Abril a fazer algumas opções fundamentais. Entre elas, a opção de uma democracia pluralista de base partidária consagrada, como se sabe, no texto constitucional.

Dito isto, impõe-se desfazer um equívoco: é que não respeitam a Constituição, nem a vontade popular, governos constituídos à margem dos partidos políticos ou na base da suspensão das funções que constitucionalmente lhes cabem.

Desvalorizar a política e encarar a filiação partidária como uma espécie de *capitis diminutio* é uma atitude mental que revela certos reflexos condicionados, frutos de um tempo em que a política era considerada um pecado e militar em partidos um crime.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Neste momento, em que de novo se procura denegrir os partidos políticos, nós, socialistas, que com muitos outros democratas fomos perseguidos por reivindicar o direito de ser membro de um partido, não abdicaremos desse direito, que é uma conquista fundamental da Revolução de Abril e que é para nós também um título de honra e um voto de orgulho cívico.

Aplausos do PS.

Muito menos aceitamos que se passe a tratar como português de segunda quem tem filiação partidária e como português de primeira quem a não tem.

Quanto mais não fosse, impunha-se por isso rejeitar um Governo em torno do qual surgiram na cena política fantasmas de um tempo que deveria ter terminado definitivamente a 25 de Abril de 1974.

A revolução de Abril fez-se para instaurar a democracia e não um marcelismo de fachada democrática.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Além do mais, o PS não poderia jamais ser cúmplice da passagem de um Governo que, como Órgão de Soberania e como órgão de condução da política geral do País, é um órgão eminentemente político, que não deve, sob pena de grave subversão dos princípios democráticos, ser constituído por técnicos que publicamente afirmam que não são políticos e que publicamente se declararam estranhos à génesis de sua formação e indiferente em relação ao problema da sua constitucionalidade ou inconstitucionalidade.

Finalmente, o Partido Socialista, como defensor dos princípios republicanos e da democracia parlamentar não poderia deixar passar um Governo que é, no plano institucional, uma primeira tentativa de tomar o pulso aos partidos.

Com efeito, qual a razão de ser de um Governo que se apresenta com um Programa decalcado, no essencial, dos programas dos anteriores governos constitucionais?

Qual a razão de ser de um Governo que não se apresenta com um Programa alternativo? Será a de ser, ele próprio, uma alternativa a governos de base partidária?

Não estão em causa as pessoas. Não está em causa

a pessoa do engenheiro Nobre da Costa. Está em causa, sim, a génesis, a metodologia, a natureza do Governo.

Dir-se-ia que o Governo Nobre da Costa assumiu o não ser como condição para que qualquer coisa possa vir a ser. O quê? Perguntar-se-á subjacente ao debate do Programa do Governo está um debate institucional em que se defronta, fundamentalmente, no plano político, um projecto democrático parlamentar e um projecto de «democracia muscular» e, no plano económico-social, o projecto constitucional e um projecto neocorporativista. É, no fundo, o regime que está em causa. E é numa linha de defesa do regime que nos recusamos a ceder a pressões que sobre nós se pretendem fazer com o objectivo de conseguir a nossa caução para uma solução que, ao fim e ao cabo, é contrária à democracia pluralista, de base partidária, consagrada na Constituição. O Partido Socialista não será cúmplice, por acção ou omisão, de uma tentativa de desgraduar os partidos políticos e de graduar em governo de Portugal um Governo que o povo não votou nem escolheu.

Aplausos do PS.

Não porque tentemos inviabilizar soluções, não porque façamos obstrução, mas porque, como partido responsável que somos, não podemos caucionar soluções que correm o risco de vir a ser, elas próprias, uma obstrução à democracia.

Como afirma Maurice Duverger (um constitucionalista que, segundo parece, é agora muito consultado): «há as lutas no regime e as lutas sobre o regime». A nossa luta é uma luta política no regime e pelo regime. Este Governo é uma solução enxertada no regime, ou seja, é um enxerto sobre o regime dos partidos e talvez contra ele.

A verdade é que este Governo, contrariamente ao que afirmam o Sr. Primeiro-Ministro, não é normal nem conforme à vontade popular. É um Governo extraparlamentar e extrapartidário. É um Governo extraparlamentar e extrapartidário, por muito extraordinário que se pretenda, é sempre um Governo extrademocrático. Ou seja, anormal e não conforme com a vontade popular.

É, pelo menos, um tipo de governo que não existe em nenhum país democrático europeu.

Isso mesmo o compreenderam os partidos políticos, que, unanimemente, puseram em causa a natureza do Governo, tendo três apresentado moções de rejeição enquanto um outro, que se declarou como oposição, se ficou, no entanto, apenas pelos considerandos do que, logicamente deveria ter sido a apresentação de uma quarta moção de rejeição.

Risos.

Seja como for, e seja qual for o resultado da votação, a verdade é que este Governo foi já moralmente derrubado nesta Assembleia. Tal facto constitui uma prova da maturidade política dos partidos políticos portugueses e da consciência que têm do seu papel na defesa e na construção da democracia. Tal facto constitui ainda uma grande vitória moral e política da democracia portuguesa...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nesta hora em que os profetas da desgraça e os nostálgicos do passado, cu simplesmente os ressentidos dos partidos e os ambiciosos do poder, apregoam aos quatro ventos que a democracia parlamentar não é viável em Portugal.

O Sr. Américo Sequeira (PSD): — Olha quem fala!

O Orador: — Durante quarenta e oito anos ouvimos essa argumentação no nosso país. Os Portugueses sabem que tal argumentação é sempre uma tentativa de justificação das soluções ditatoriais. Nesta hora em que está em marcha uma formidável campanha de intoxicação contra os partidos e o Parlamento é preciso dizer que esse tipo de argumentação tem uma raiz claramente fascista e, como tal, deve ser desmascarada e combatida.

Aplausos do PS e do Deputado independente Aires Rodrigues.

Por isso mesmo, assume especial significado a reafirmação, aqui feita por cada grupo parlamentar, de que em democracia não há solução fora dos partidos e muito mesmo contra eles.

Se algum mérito teve a formação deste Governo, foi o de tornar mais evidente do que nunca o papel insubstituível dos partidos políticos. Se algum mérito teve esta crise, foi o de tornar claro que qualquer solução democrática tem necessariamente de ter uma base parlamentar e partidária.

Não temos nenhuma solução na manga. Temos a convicção, isso sim, de que é possível encontrar uma solução através do diálogo entre todos os partidos e através do diálogo dos partidos com o Presidente da República.

Não temos, tão-pouco, qualquer pretensão hegemónica. Temos a convicção, sim, de que nenhuma solução será estável, ou democrática, ou patriótica, sem ou contra o partido mais votado. Temos, em suma, a convicção de que é possível uma alternativa desde que haja a vontade política de a encontrar pelo diálogo, pela concertação e no respeito pelos mecanismos democráticos previstos na Constituição.

Aplausos do PS.

Temos, enfim, a certeza de que todos os partidos, sem excomunhões, são necessários e de que todos têm um insubstituível papel a desempenhar na construção da democracia, de acordo com o peso e a força que a cada um são conferidos pelo voto popular. Na sua diversidade, no antagonismo, até, das suas filosofias, os partidos políticos representados nesta Assembleia são os protagonistas do único projecto verdadeiramente nacional, aquele que, com base na democracia, no confronto de ideias e de projectos que a democracia tem de ser, permite assegurar, na pluralidade, a unidade nacional, a paz e a concórdia entre todos os portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi ontem aqui feita uma citação do general de Gaulle, que me seja permitido terminar com as palavras de François Mitterrand, no momento em que na Assembleia Nacional Francesa, denunciando a legalização de um golpe de força, votada contra a investidura do general de Gaulle: «Quando em 10 de Setembro de 1944, o ge-

neral de Gaulle se apresentou perante a Assembleia Consultiva, nascida dos combates do exterior ou da resistência, tinha junto de si dois companheiros que se chamavam a honra e a pátria. Os seus companheiros de hoje, que, sem dúvida, não escolheu, mas que o seguiram até aqui, chamam-se golpe de força e sedição. Um vez que o general de Gaulle nos convida a calar e a deixá-lo agir, penso que é agora que é preciso proclamar à nação que os homens que se batem pela liberdade, ainda que tenham o coração cheio de inquietações, não se deixarão cair no desespero. Porque há a fé e a vontade, e há, afinal de contas, a liberdade vitoriosa.»

Parafraseando o grande socialismo e homem de Estado, François Mitterrand, também nós dizemos, Sr. Presidente, que essa esperança nos basta, nos encoraja e nos acompanha no momento em que vamos votar contra o Governo Nobre da Costa.

Aplausos do PS e dos Deputados independentes Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos interromper a sessão, recomeçando os nossos trabalhos às 18 horas.

Está suspensa a sessão.

Eram 17 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui de Oliveira.

O Sr. Rui de Oliveira (CDS): — Sr. Presidente, da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Entendeu por bem o meu partido, o Centro Democrático Social, delegar em mim a conclusiva tarefa parlamentar de analisar o Programa do Governo nas áreas da saúde, segurança social e desalojados. Não poderei dar satisfação a tal incumbência sem que previamente dê, também, o meu parecer quanto à idoneidade deste Governo, avaliando a sua personalidade política e a sua composição, tendo em vista a existência ou não de coerência doutrinária entre os seus membros e a capacidade política e técnica que neles se adivinha para o exercício do cargo em que cada um foi empossado.

Sr. Primeiro-Ministro, não duvido que V. Ex.^a esteja à frente de um Governo constituído por portugueses, mas também não hesito em afirmar que o seu Governo não serve os interesses actuais dos restantes e talvez até dos que integram o Executivo a que V. Ex.^a preside. Porquê? porque para se dirigir uma empresa política da dimensão espiritual e material de um Estado, qualquer que ele seja, é muito mais de um que arrosta uma crise grave, como o nosso, não se pode assumir uma atitude fria, matemática, materialista, característica de um certo tipo de gestor de empresa, que não de um empresário, ao qual não interessa o capital e a sua origem, nem tão-pouco os trabalhadores e os seus problemas pessoais, mas só o binómio máquina/trabalhador, qual bloco sem alma ou vontade própria, base de uma produção

que vai servir o grande patrão — o rendimento —, o senhor do pequeno universo do técnico, que no caso de V. Ex.^a, neste momento, é o tecnocrata, já que se apresenta perante nós com esse estigma.

Tal característica fica-se a dever ao modo como V. Ex.^a confeccionou o seu Governo, constituído na base de homens dispostos a servir como meros agentes políticos, sem currículum, sem fé ou projecto próprio, sem garra, a prazo e ainda, porque V. Ex.^a patrocina um Programa governamental desprovido dos componentes que lhe dariam a forma, a dimensão de um testemunho inequívoco de iter a adequada visão e do seu empenhamento político para a ultrapassagem decisiva do momento difícil que o País atravessa. O Programa que se dignou trazer-nos para avaliação da sua capacidade governativa e para através dele obter desta Câmara a aquiescência necessária para o pôr em prática, porque resultou do esvaziamento do que nos foi presente aquando da consagração parlamentar do 2.º Governo Constitucional naquilo que ele tinha de mais significativo — a mensagem de fé e de esperança nos destinos do Governo e a linguagem própria de quem tem vontade firme de servir sem esmorecer, com autoridade política, não passa de uma proposta de um programa de acção de uma empresa de serviços, o qual, sem imaginação, procura exibir um determinado padrão de servidão, inadequado, sem alma, com a intenção de não levar pela sua mão, já, a empresa à falência técnica que a ameaça. Proposta terapêutica, nenhuma. O que afirmo está bem claro na redacção e nas intenções do seu Programa, plagiando uma curta passagem de uma expressão de V. Ex.^a no seu discurso introdutório.

Mas mais razões existem que me levam a pôr em causa a capacidade real do Governo que V. Ex.^a se dignou propor a S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, e que ele, estranhamente, aceitou nomear.

Durante um certo tempo acreditei, e penaliza-me grandemente ter-me visto contraditado, que V. Ex.^a não rejeitasse, por nele nada haver de insultuoso ou menos digno, o estatuto de político e que o exhibisse, demonstrando a apetecida qualidade, embora, mantendo-se necessariamente independente, e, que por consequência, tendo em vista a sua situação especial de apartidário, o que, demonstrando possuir apteza e o à-vontade desejáveis, lhe permitia exercer perante as forças partidárias uma acção arbitral, dinamizadora e aglutinadora de vontades, graças a propostas adultas, adequadas ao circunstancialismo do momento. Ao contrário, aparentando não possuir grande poder de integração, imaginação ou, talvez, vontade de o fazer, eventualmente, por já ter conge-minado e aderido a esta solução simplicista, carecida de maturidade política, V. Ex.^a optou por subalternizar os partidos, disposto a com eles jogar o «gato e rato», situação deveras perigosa que, pelos vistos, a sua sensibilidade política não apreende, mas que poderá a tal ponto aumentar e agravar o número de pressupostos e condicionantes dos principais objectivos da acção governativa do seu Executivo que, caso a eles seja concedida luz verde por esta Câmara, tornará ingovernável a curto prazo o débil Estado Português. Estamos fartos de aventuras, Sr. Primeiro-Ministro. Presto-lhe, no entanto, a minha homenagem, porque intimamente julgo que V. Ex.^a comunga deste meu sentimento. Admito

bem que tenha aceite tão espinhoso encargo com indiscutível e especial espírito de missão, mas perdoe ter de lhe declarar que na prática não conseguiu dar ao seu trabalho até ao momento, esse carisma.

Sendo V. Ex.^a um homem experimentado na vida pública, tendo exercido altos cargos políticos, é inadmissível como também chama Revolução ao produto acabado do Movimento do 25 de Abril e não golpe de Estado ou *Putsch*, como lhe é devido. Mais grave ainda é o facto de condenar tão transcendente acto político a ponto de afirmar que também por ele a sociedade portuguesa mantém ou aumenta as profundas clivagens sociais entre os seus membros. Tal é de lamentar, tanto mais que V. Ex.^a diagnostica mal a situação, o que o impedirá ou lhe limitará as possibilidades de se assumir em pleno nas responsabilidades que lhe foram cometidas pelo Sr. Presidente da República.

Não há acentuação da clivagem social entre os Portugueses. O que existe é um abismo enorme entre todos, em termos de estar em causa a sociedade portuguesa, como um todo, formando uma nação, porquanto entre nós progride uma crise imensa de identidade nacional, existe uma crescente perda de consciência colectiva e um feneçor da estrutura moral do conjunto, resultante da ruína espiritual e material de um grande número dos nossos concidadãos, desafio a que o Estado não tem sabido ou querido responder, e que põe em causa a nossa razão de existir como País responsável, ao lado de tantos outros que não têm as tradições e história que o nosso possui e que devíamos preservar e honrar.

Clivagem entre classes sociais? Essa, ao contrário, tem vindo a diminuir grandemente, porquanto o empobrecimento da maioria dos cidadãos, a sua incapacidade para produzir riqueza, a diminuição do poder de intervenção do Estado e do capital privado têm vindo a transformar Portugal num país de classe social única — os desprotegidos —, produto de uma política de esquerda em que V. Ex.^a parece apostar com convicção, afirmando-se filo-socialista a que, coerentemente, para consolidação de tal opção política, procurou dar expressão prática, convidando para o seu Governo uns tantos esquerdistas de toque especial, garantes de que, com a introdução no Executivo de lídimos representantes do socialismo científico, computorizado o rebanho em que querem transformar Portugal não perderá nenhuma das suas reses, e daí que não faltarão a uns tantos homens da sua pretensa confiança peles suficientes para se cobrirem, dando ao País a temporária ilusão de que não são lobos, mas ovelhas.

Tendo tanto mais para lhe dizer das razões de ordem geral que me levaram a formar de si e do seu Governo a imagem de *Um Ovni* à procura de um encontro de 1.º grau, passemos, embora não com a profundidade tão desejada quanto merecida, à área que me foi reservada. A circunstância de tanto de concreto ter o meu partido para lhe dar público manifesto de uma forma clara e terminante não permitiu que fosse posta à disposição de cada um senão um escasso tempo de intervenção.

Sr. Primeiro-Ministro, também no campo limitado sobre o qual a seguir lhe vou falar encontro da parte de V. Ex.^a tomadas de posição graves e controversas.

Não pode desconhecer o País que a razão publicamente apresentada para a escolha do Sr. Ministro dos Assuntos Sociais foi a de que se tornava necessário prover alguém com capacidade administrativa para gerir 15 000 000 de contos. Raro critério de escolha! Maior número de reticências ponho quanto à personalidade do seleccionado, quando não encontro no *curriculum vitae* de S. Ex.^a qualquer indicador de que possua a mínima prática em relação aos problemas do sector. Onde está a coerência de princípios que presidiu à organização deste Ministério? Será que V. Ex.^a tem como solução última para a nossa situação delicada o congelar-mo-nos todos dentro de arcas frigoríficas, construídas na Fundição de Oeiras, ou antes fazer uma grande pira nacional, utilizando um fogão a lenha ou a gás planeado e executado por técnicos pacificados da mesma fábrica?

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Isso era bom!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dava jeito...

O Orador: — A quem fica reservada a acção política no MAS? Aos distintos Secretários de Estado, a quem competência não falta para tal? Mas não será aberrante tal dispositivo? Não ficarão em causa princípios hierárquicos que até numa equipa ministerial devem existir, bom grado o elevado espírito cívico dos seus membros? Não será que a política se impõe à técnica ou à administração em termos de prioridades e decisões? Não vejo como tal virá a acontecer sem «guerras de gabinetes», no futuro!

Mais preocupante para mim, ainda, é o modo como pode ser rentável uma equipa constituída por homens de inegável valor profissional, mas com concepções doutrinárias absolutamente diferentes. Grande milagre nos espera, assistindo no futuro ao êxito de um Programa que não passa de um enunciado de desejos, com carácter exaustivo, elaborado sem a preocupação prévia de apontar hierarquia de valores ou prioridades de acção governativa, o que o torna decepcionante. O que atrás referi é deveras preocupante, porque vai possibilitar divergências de fundo entre os grandes responsáveis pela consecução da frágil política do MAS. Daí advirá mais um compasso de espera e uma continuação da degradação de toda a máquina de Estado do sector e a consequente deterioração das condições de vida do nosso povo.

Naturalmente que não poderia deixar de falar num dos objectos de tanta especulação política durante a vigência do passado Governo — do Serviço Nacional de Saúde. Desta vez, porém, não me refiro a ele em termos de discussão doutrinária ou quanto à actuação das partes em confronto na defesa da sua causa. Faço-o porque à partida V. Ex.^a e a sua equipa vêm tomando atitudes francamente controversas quanto à vossa disponibilidade relativamente à concretização de tão importante quão prioritário problema.

Servindo-me das vossas declarações relativamente a este, ainda por muito tempo, candente assunto, verifico que o Governo se comporta como um catavento a girar no topo de um eixo cada vez mais robusto, capaz de dar rebentos para outros lados — o pânico de tratar a fundo a matéria em questão.

Pena é, porquanto V. Ex.^a e a sua equipa, ao contrário de temerem as disputas partidárias, por vezes

imobilizantes, poderiam e deveriam dar o pontapé de saída a uma solução arrojada, inédita, perante a existência da qual os partidos accedessem e a Nação a ela aderisse, agradecendo o alto contributo prestado por quem, sem querer dizer-se político, tem vindo a demonstrar possuir uma carga demagógica que só os profissionais da classe, a tempo inteiro, possuem.

Encontra-se essa propensão, sem cuidar de evitar contradições, quando no Programa, por exemplo:

- a) Afirma que haverá limitações de ordem financeira, nele adiantando o conhecimento de dívidas avultadas a fornecedores, referindo, a seguir, que no passado se realizou um apreciável esforço económico ao qual não corresponderam os resultados que lhe eram devidos;
- b) Diagnóstica a situação no campo da saúde em termos próximos da verdade, utilizando um processo «popularuchos», referindo os maus índices sanitários, as queixas unâmines das diferentes classes, incluindo entre estas a insatisfação dos trabalhadores da saúde, sem, no entanto, dar conta, com o cuidado devido, das linhas de acção, que não objectivos, para curar os graves e dolorosos males apontados, a não ser ~~nunca~~ ou duas pequenas áreas e mesmo assim de tal forma que não a considero mais do que uma piedosa declaração de intenções;
- c) Refere a existência de carência de ~~meios~~ ~~mais~~ prios de auto-subsistência na área do MAS, mas nas medidas concretas nem sequer faz referência às indemnizações a que a Previdência tem direito, a partir das dezenas de milhões de contos que têm congelados pelo Estado, graças à milagrosa política das nacionalizações de que V. Ex.^a parece ser fã.

Lastimo que também V. Ex.^a e o seu Governo apostem numa política social anti-família. Ao promover a criação e o apoio a organismos destinados à criança, em todo o seu trajecto formativo pré-escolar, a qual pelo esquema presente fica alienada da influência pedagógica e ~~sem~~mental, da família, nomeadamente da mãe, V. Ex.^a e os seus pares prestam um mau serviço à Nação. Sem minimizar tais suportes sociais, entendo que ao Estado compete criar outras formas de auxílio mais susceptíveis de promover o bem-estar dos jovens, ao mesmo tempo que se consolida a instituição familiar. Por exemplo, porque não conceder à mãe de filhos pequenos um subsídio especial que lhe permita, retida em casa, contribuir para o bolo financeiro do seu agregado?

A que se deve o facto de um Governo constituído na base de homens ligados ao campo produtivo, tendo um gestor empresarial à frente do MAS, dar-se por satisfeita com o ~~entusiasmo~~ de um simples e sintético propósito de reforma social sem nos dar contas desenvolvidas das linhas de acção

política que deseja seguir para a sua consecução?

Por que não faz referência ao problema social dos desempregados e de um modo especial ao daqueles que jamais tiveram acesso a qualquer emprego?

Por que não avança neste Programa com uma proposta de articulação entre as políticas do Ministério dos Assuntos Sociais e do Ministério do Trabalho na zona dos despedimentos, procurando dar a cobertura eficiente, mas humanizada, a uma política realista no mundo árido da produção, indo ao encontro dos compromissos com o Fundo Monetário Internacional, que temos dificuldade em cumprir?

Muito mais havia para lhe dar conta. O futuro próximo nos dirá se terei possibilidade de o fazer noutras situações. Foi-me grato ter a honra de me dirigir a V. Ex.^{as} e de lhes dar notícia, lealmente, dos meus pontos de vista, suspeitas e inquietações.

Permitam só, V. Ex.^{as}, este último apontamento.

Os responsáveis pela apresentação deste Programa nele, aqui e além, dão-nos mostras de uma pressuposta vocação pedagógica, porquanto utilizam conjuntos de palavras que não estamos habituados a ver associadas. Não me sinto apto a julgar tal esforço de enriquecimento da nossa já tão poluída língua pátria.

Cauteloso como sou, receio que conjuntos de palavras, tais como «tempo completo prolongado», que se encontra no capítulo da saúde, não signifique mais do que um alçapão para fazer cair no abismo classes profissionais inteiras, destruindo a nossa sociedade.

Risos do PCP.

Termino convicto de que com integral espírito de servir a minha Pátria e a nossa gente lhes dei algumas achegas que a V. Ex.^{as} e outros lhes permitam reflectir sobre a quem deve competir representar Portugal e governar os Portugueses, com a afirmação de que sem os políticos e as estruturas em que estão organizados — os partidos — e agrupados para decidir do nosso amanhã — a Assembleia da República — a nossa Pátria não terá futuro, porque jamais terá um projecto, jamais encontrará o seu rumo certo.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De maneira cada vez mais forte e generalizada — na administração pública como por toda a parte — vai pesando na sociedade portuguesa a sensação de uma excessiva concentração de Poder.

As decisões crescentemente complexas, crescentemente numerosas, de uma sociedade moderna, obrigam à desmultiplicação dos centros de decisão. Cresce a vontade de participação, enfraquece o respeito pelas hierarquias distantes, reage-se, às vezes com violência, ao «esquecimento» sobranceiro de quem pode agir.

O que se afigura importante assinalar é que, também neste campo, não existirão grandes diferenças

no diagnóstico. É preciso e urgente descentralizar: estaremos de acordo, ao menos na proclamação de intenções. Mas há a sensação de que nunca se vai ao fundo das coisas — sequer na análise — que se não ultrapassa o elenco das medidas pontuais e comezinhas, sem projecto que as ligue nem ideia que as informe.

Os antigos modos de adesão, no que tinham de mítico, de emocional, de não reflectido, vão terminando — e nós diremos que ainda bem.

O desenvolvimento, a elevação do nível de vida, um contexto ideológico mais aberto, a tal obrigam. Como obrigam ao confronto, à discussão, ao diálogo tornados possíveis.

Mas se é verdade que todos os portugueses podem ter hoje a possibilidade de exprimir as suas preferências por esta ou aquela concepção de vida, de militar pela opção feita, de a tornar partilhada por outros para garantir a sua difusão, onde estão as condições objectivas que permitem uma colaboração de cada um na organização do presente e na construção do futuro? Não basta afirmar a possibilidade. Não chega considerá-la legítima.

Porque sentindo-se impotentes para dominar e construir o seu futuro, muitos se vão refugiando no individualismo ou na passividade desinteressada.

Aí estão as abstenções do acto eleitoral de Mirandela de há dois dias a confirmá-lo. E estamos particularmente à vontade para o dizer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nenhuma sociedade pode prescindir dos seus membros. Não há cidade sem cidadãos. Não há Portugal sem portugueses. Nenhum projecto fica mais rico, ou sequer mais puro, à medida que vai perdendo adeptos. Pelo contrário, vai reduzindo a sua hipótese de viabilidade, adiando-se na estagnação.

Democratizar a vida quotidiana, facilitar o empenhamento em todas as instituições, promover um novo quadro de vida, tem a ver com uma autêntica descentralização. Não com o repisar do seu desejo ou da sua intenção.

O Programa deste Governo não difere substancialmente do dos Governos anteriores em matéria de administração regional e local. Mais que programas de Governo vamos tendo programas que elencam as medidas em estudo ou execução pelos Serviços.

A continuidade é assim quase fatal.

Mas a situação da administração local precisa — e com urgência — de ser mudada.

É preciso e é urgente que a lei da iniciativa substitua a das ordens recebidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A verdade, por dolorosa que seja para alguns, é que a competência e a responsabilidade dos cidadãos não podem enquadrar-se em programas para súbditos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não é possível continuar por mais tempo a iludir a esperança das populações ou a deixar desesperar os gestores locais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O respeito pelas pessoas obriga a não as frustrar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A questão regional e local é uma só: pretende-se, ou não, conservar a rede, esterilizadora e humilhante, de relações estritamente hierarquizadas em que todas as energias dos municípios e das suas administrações estão destinadas a continuar a «esgotar-se» em peregrinações ao Terreiro do Paço?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Democracia e descentralização andam a par. Baseiam-se na distribuição de tarefas que dá a cada um a oportunidade de demonstrar a sua competência, assumir as suas responsabilidades próprias e realizar-se.

Deixar às autarquias uma parte dos poderes centrais, aí está um desafio. De organização a uma sociedade portuguesa em que um sistema hierárquico corresponde a uma desconfiança em degraus sucessivos, ao paternalismo e à tutela, quando democracia é confiança nos homens, participação e cooperação dos grupos e dos indivíduos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Desafio de transformação radical em que o Plano seja primeiro proposta de opções, em que a arbitragem assume papel essencial, em que o Estado deixa de ser fornecedor de serviços colectivos, e aí deixa papel crescente às autarquias, em que os Ministérios deixam de crescer indefinidamente (e é problema do Programa de Governo o das suas instalações).

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: De autarquias se fala no Programa do Governo e não só a propósito da política de administração interna. No ponto 5.2 é-nos assegurado que no orçamento para 1979 serão acolhidas as implicações de natureza orçamental da reforma das finanças locais e adianta-se que a lei de bases se encontra em fase de ultimização. Mas nada se diz do indispensável reforço financeiro do poder local, nem sequer da reorganização das autarquias e da disciplina jurídica em que se enquadraram e, sem tudo isso, o centralismo continuará. A propósito de despesas públicas ao esboçar-se a ideia de órgãos de gestão de algumas rubricas de despesas significativas, entre elas a de instalações, debalde se procurará, por exemplo, a ideia simples — que é a da Holanda, da Inglaterra, da própria França — de não instalar na capital novos serviços. E isto apesar de se assinalar faltar definir «uma política de instalação de serviços públicos». A cor-

recção dos desequilíbrios regionais, a orientação da localização dos investimentos por forma a atenuar desigualdades são referidas a propósito da política de investimento.

Volta a Lei das Finanças Locais a ser referida a propósito da política regional. Aí se refere, nomeadamente, a hipótese de incentivo a esquemas creditícios complementares para lançamento de infra-estruturas de expressão local com impacte na fixação das populações a regulamentação de sociedades de desenvolvimento regional, o apoio do processo de implantação de parques industriais e a revisão do esquema de incentivos financeiros ao desenvolvimento das regiões menos industrializadas.

Melhorar o nível de vida das populações rurais pelo aumento do seu rendimento e garnecimento dos meios rurais em infra-estruturas e equipamentos socio-económicos é também objectivo da política agrária, que anuncia também a rigorosa protecção dos solos de maior capacidade de uso, contra a expansão urbana e contra as obras e construções.

As assimetrias regionais são, aliás, reconhecidas condicionantes a considerar na definição de uma política industrial cuja correcção se impõe.

Também os programas de comércio e turismo e de transportes não esquecem «actuações conjuntas» com as autarquias.

Os exemplos colhidos, sem preocupação de ser exaustivo, são reveladores de que tudo ou quase tudo não deixou de ser enumerado, mas que em tudo ou quase tudo falta o propósito firme de descentralizar.

É, aliás, particularmente difícil para quem acuse o Programa de falta de originalidade, criticar agora o que antes com entusiasmo, talvez excessivo, se saudou.

E se esse não é o caso da bancada social-democrata, fácil é verificar, ao comentador desapaixonado, que ao fim e ao cabo não é a bondade do projecto que um Programa de Governo sempre representa, que parece ser o essencial deste debate.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Díria eu, mandatado que fui pelo meu Grupo Parlamentar, que esse é, porém, o cerne mesmo do problema.

Porquanto de projectos estamos cheios, como de palavras fartas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Será, aliás, ou deveria ser, motivo de reflexão que para muitos — e não podemos, nem devemos, ignorá-lo ou calá-lo — seja motivo de esperança um Governo de que se arredaram critérios partidários e precisamente por isso.

Espera-se contra a racionalidade da esperança (passe o paradoxo) esquecendo que o III Governo tem limites temporais precisos, não tem apoio político real, não tem projecto político claro, não tem, nem revela, condições de fundo para vencer a crise.

Aquilo que de projecto não passa, permanece no domínio do querer e não se faz.

Os projectos tornam-se realidade por uma política. E, em política, o normativo deve sempre inscrever-se no possível.

Será o Programa deste Governo possível?

Esta, e só esta, a resposta que a Assembleia da República terá de dar.

A democracia é a vontade real de um povo. Não consiste no progressivo afastamento entre eleitos e eleitores. Não consiste em aparências, em fórmulas cada vez mais esvaziadas de conteúdo e de sentido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É demasiado fácil criticar aquilo a que se tem chamado «classe política», como é fácil criticar os partidos políticos.

Não custara reconhecer as discussões bizantinas, os aparelhos esclerosados e manipuladores, a incapacidade de aceitar o diálogo e o confronto de ideias, a demagogia usada ou consentida a reboque das paixões de momento e, por isso mesmo, incapaz de construir a longo prazo, o avolumar desmedido das questões pessoais e temperamentais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nem todos terão, porventura, de queixar-se os que de si próprios deram a triste imagem de um «reino» de mediocridade e de capricho, de clientelismo, da acrobacia, em que o carreirismo dos novos cortesãos não recua perante nenhuma indignidade para atingir os próximos, quanto mais os adversários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em que a fraseologia substitui a competência. «Uma literatura lavrada, que dá farça com uma nuvem de retórica os espectros de ambições que não puderam realizar-se», para citar uma definição adequada.

Penso que esta é a ocasião propícia para uma reflexão profunda: a de que, em política, um grupo exclusivamente preocupado com a sua ortodoxia se isola, se radicaliza, se diminui. Do mesmo modo que, quando o essencial é conquistar o Poder e conservá-lo à custa de todos os compromissos, quando a única finalidade é o exercício do poder, também se não sobrevive.

Não se constrói uma sociedade a não ser construindo em conjunto projectos sobre o seu futuro.

Se a discussão deste Programa e o aparecimento deste Governo levaram os partidos — não no modo de uma solução, não na pressa de qualquer oportunismo, não a trocar uma consulta eleitoral pelo situacionismo fácil de qualquer pasta (e então se revelarão alguns «autênticos» situacionistas) — na seriedade de quem constrói, a esta reflexão, direi que terá valido a pena.

De outro modo, é a própria democracia que poderá estar em causa. Este Governo, aqui o disse ontem o António de Sousa Franco, é apenas um «mal menor».

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica.

O Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica (Lloyd Braga): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Não tendo sido, até ao momento, apresentadas questões de fundo sobre o Programa Sectorial da

Educação e Cultura, procurarei numa curta intervenção explicitar um ou outro aspecto desse Programa, a título de esclarecimento adicional.

Começarei por notar que, na elaboração do Programa, o Governo orientou-se pelo pensamento de que a política educativa, qualquer que seja, interessa sempre, de forma directa ou indirecta, à quase totalidade da população.

E tratando-se de um Governo cujas propostas de ação a curto prazo não dispõem de um enquadramento partidário que as perspective num cenário a médio e longo prazo, procurou-se elaborar um Programa que, não obstante os seus aspectos técnicos, permitisse a compreensão da sua lógica.

E foi esta preocupação que levou a um enunciado, algo extenso, de medidas programáticas que orientariam a natureza das ações a curto prazo.

Essas medidas programáticas realçam a necessidade e a conveniência em prosseguir, ou iniciar, um conjunto de projectos já previstos, de forma a não criar descontinuidades que pudessem romper a coerência e o equilíbrio sequencial que sempre devem informar a ação educativa.

Daí o poder dizer-se que, em síntese, o Programa se orientou por uma intenção de prosseguimento ou promoção de ações a curto prazo e, em simultâneo, de aprofundamento e criação de condições visando a construção de alguns dos pilares essenciais, nos quais assentará a ação educativa do futuro, nos termos em que esta Assembleia vier a estabelecer.

De acordo com o artigo 191.º da Constituição da República, do Programa de Governo devem constar as principais medidas políticas e legislativas a adoptar ou a propor. Porém, tais medidas deverão ter em conta necessariamente os recursos e infra-estruturas de apoio disponíveis e acumuladas.

Entre as infra-estruturas básicas de apoio destacam-se as que respeitam à formação do pessoal docente, à racionalização da rede escolar, ao desenvolvimento da ação social escolar e à garantia de eficiência administrativa do sistema.

Irei referir-me, em especial, ao problema da formação de docentes.

Poderá argumentar-se de que um modelo de formação de professores condiciona a estrutura de um sistema educativo.

Não creio que assim seja, pois entendo que qualquer esquema de formação de professores deve obedecer às seguintes condições: flexibilidade intrínseca e abertura perante as exigências que decorrem da temporalidade dos planos curriculares e respectivos conteúdos programáticos.

Saliente-se, no entanto, que a urgência de implementação de um novo modelo de formação de professores não decorre somente das expectativas da evolução do sistema educativo, mas também de necessidades que são evidentes em alguns níveis de ensino e que têm sido ignoradas.

Para tal basta ter presente que uma das características menos felizes do nosso sistema de ensino será, porventura, a inexistência, em muitos estabelecimentos de ensino, de um corpo docente estável que lhe assegure a autenticidade de instituições educativas, com identidade própria e vocação determinada.

As consequências desta situação são conhecidas, especialmente dos alunos, sujeitos a uma descontinuidade do processo educativo que lhes rouba o equilíbrio

pedagógico, a ligação afectiva, o sentimento do trabalho comum, a solidariedade nas intenções de progresso e do afirmar de uma personalidade.

Muitos dos professores que, em cada ano, aparecem nas nossas escolas, afiguram-se «estranhos de alguns meses», sem tempo para assumir a identidade do corpo colectivo e a vivência das suas preocupações e dos seus anseios.

Por outro lado, esses mesmos professores vivem na angústia permanente de ignorarem o que pode acontecer-lhes no Outubro seguinte.

O Governo tem plena consciência de que esta situação não pode manter-se, pois que os seus custos sociais são enormes.

Coloca-se, assim, como problema prioritário, o lançamento de um conjunto de acções que representem os primeiros passos de um sistema de formação de professores, coerente, exigente e em correcta correspondência às necessidades reais do sistema de ensino.

O II Governo Constitucional tinha já preparado um projecto de decreto-lei sobre esta matéria.

É intenção deste Governo, caso mereça a aprovação desta Assembleia, retomar o projecto, no todo ou em parte, já que reconhece ser ele orientado pelas ideias básicas que hoje são perfilhadas por muitos pedagogos e políticos da educação.

Reconhece-se que a implantação desse projecto terá de ser coordenada com um conjunto de medidas de transição. Entre elas destaca-se a da procura de processos expeditos de profissionalização que, sem sacrifício da dignidade científica e pedagógica, possam contribuir para a desejada estabilidade de todo o sistema de ensino.

Irá este Governo debruçar-se sobre esta questão, que pode dizer-se candente e que, de algum modo, nunca terá sido avaliada na sua verdadeira dimensão.

Nela radica, aliás, a exigência dos numerosos concursos de professores provisórios, com todo o cortejo de dramas sociais que envolvem.

Referida a preocupação essencial com o problema da formação de professores duas outras ideias-base importa aqui assinalar, já que representam tomada de posição sobre questões que têm constituído motivo de interrogações diversas.

São conhecidas as condições de implementação do ano propedêutico, necessariamente com algum improviso, não obstante o generoso esforço de quantos nele estiveram empenhados.

Procurará o Governo introduzir-lhe melhorias qualitativas de funcionamento e organização, numa perspectiva da sua transformação no 12.º ano de escolaridade.

Aspecto importante a assinalar será o de que as intra-estruturas do Ano Propedêutico, nos aspectos técnico e organizacional, não irão morrer com a sua extinção! Pelo contrário, pela sua natureza e experiência adquirida, elas poderão constituir-se em embrião de uma Universidade aberta, retomando-se, assim, um antigo projecto que pode representar um contributo assinalável para a elevação e preservação do nível cultural da população portuguesa.

Problema premente também e de solução difícil é, como se sabe, o do ensino do português no estrangeiro, já pela dimensão do problema, já pela dispersão geográfica das próprias comunidades portuguesas. Assim, e para além do que no Programa ficou expresso, é conveniente mencionar a intenção do Ministério da

Educação e Cultura de, em conjugação de esforços com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, promover acordos bilaterais no sentido de se introduzir o português nos planos curriculares das escolas de países de forte emigração, de forma a permitir o eventual prosseguimento de estudos em Portugal para os jovens portugueses que assim o desejarem.

Finalmente, gostaria de referir a receptividade do Ministério da Educação e Cultura à colaboração e à crítica construtiva por parte de todas as organizações e sectores interessados, como nós, na educação e cultura.

Aliás, pensa o Governo que só em ambiente de solidariedade actuante de todos esses interessados se pode levar a bom termo o desejado desenvolvimento da educação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sottomayor Cardia.

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Srs. Deputados: Queria fazer algumas perguntas e algumas breves observações relativamente à matéria que foi aqui apresentada em síntese pelo Sr. Ministro da Educação e da Cultura, que me apraz saudar.

No que tem de concreto e realizável a curto prazo e se não encontra já realizado pelos dois Governos anteriores, o capítulo do Programa sobre educação constitui — se bem entendi — uma listagem da matéria de cerca de trinta projectos de diploma que o Ministério anterior tinha elaborado e proposto para aprovação. Uma primeira leitura confirmou no meu espírito, e de certo modo as palavras do Sr. Ministro o confirmaram também, a ideia de que muito do que estava preparado seria aproveitado por este Governo, como foi dito publicamente pelo Sr. Primeiro-Ministro antes mesmo da tomada de posse.

Estudo mais atento do que consta do Programa levou-me, contudo, a formular ao Sr. Ministro da Educação e Cultura algumas perguntas que lamento possam parecer um pouco técnicas mas que echo convenientes para se precisar exactamente aquilo que há intenção de fazer.

Em primeiro lugar, o Governo anterior tinha há várias semanas agendado para discussão um projecto de proposta de lei de bases do sistema educativo. É um documento em que se contém princípios gerais de filosofia da educação, que considero matéria de interesse menor, mas é sobretudo um documento em que se formulam soluções institucionais que permitirão um funcionamento inteiramente articulado do sistema a partir de 1985. O texto foi publicado após a exoneração do Governo como documento de trabalho que considero útil dar a conhecer, mesmo não aprovado, aos interessados. Aliás, ele era já conhecido anteriormente através de uma publicação que tinha sido precedida por um semanário e não tinha dado ensejo a qualquer interesse ou debate por parte das pessoas que se têm manifestado aparentemente empenhadas em debater as questões do ensino. Em todo o caso, o texto é já conhecido de facto pelos interessados há bastante tempo.

É conhecida a minha preferência por uma via experimental de reformas parcelares norteadas, embora, por um modelo globalmente articulado, que

uma lei consagrará depois de verificada na prática a vantagem das soluções adoptadas. O racionalismo legislativo sobre estrutura institucional do sistema educativo seria particularmente arriscado. Em qualquer caso, o modelo global está formulado e é acessível a todos os interessados. Doravante, para o corrigir, para o modificar, para o abandonar ou para o adoptar, o esquema de reforma institucional deve expressamente, até porque se bem entendo é o único formulado, ser considerado nos futuros Programas de Governo. É uma herança, explosiva quando confrontada com os interesses dos particularismos corporativos, que o II Governo transmite aos futuros Governos e aos sectores políticos que neste particular se comportam como representantes deste ou daquele interesse particular. Pareceu-me que o Programa do Governo adopta o modelo institucional previsto. É exacto, Sr. Ministro?

As restantes perguntas serão muito mais breves, pode a Câmara estar tranquila!

Será desenvolvido o plano de criação da classe de educação pré-escolar, mediante protocolos com as autoridades, e classes do ano preliminar?

Concretizou-se o plano de início de reconversão das seis escolas do magistério primário em escolas normais de educadores de infância?

O modelo de formação de professores a que o Sr. Ministro acaba de se referir, a consagrar em diploma legal, pressupõe que nas escolas superiores de educação, do ensino superior de curta duração, se formem professores indiferenciadamente destinados ao ensino primário e ao ensino preparatório actuais?

Qual a posição do Governo sobre os projectos de diploma existentes no MEC que visam assegurar a colocação, nos serviços de acção social escolar e em centros de tempos livres, de milhares de professores primários actualmente excedentários?

É intenção do Governo aprovar o projecto de diploma que cria cursos especiais para regentes escolares, professores eventuais do ensino primário e professores de posto das ex-colónias portuguesas? Da leitura que fiz pareceu-me que sim, mas não está explícito. Gostava de ser esclarecido.

Afinal a rede de postos do ciclo preparatório TV vai ser alargada, como se diz no Programa, ou pelo contrário substituída, como também aí se promete? Ou a substituição, como o anterior Governo pensava, processar-se-á a longo prazo, que será necessariamente de nunca menos de 5 ou 6 anos?

Que medidas novas vão ser tomadas para pressionar o cumprimento da escolaridade obrigatória, que é referida no Programa do Governo?

Relativamente à política de rede escolar estabelecida pelo I Governo, que modificações serão introduzidas?

Nas disposições curriculares previstas para o ciclo unificado do ensino secundário vai o Governo manter a obrigatoriedade estabelecida pelo I Governo de aprendizagem de duas línguas estrangeiras?

Os novos programas do ensino primário, preparatório do 10.º e 11.º anos de escolaridade: são os aprovados pelo II Governo ou outros? A publicação dos aprovados pelo II Governo estava prevista para dia 15 de Setembro, se os serviços do Ministério funcionassem em tempo adequado.

Que posição vai assumir o Governo relativamente ao projecto de diploma que prevê a contratação plurianual de professores não efectivos do ensino primário e de professores provisórios do ensino preparatório e secundário? Pareceu-me da intervenção do Sr. Ministro que uma medida destas se poderia inscrever nas suas preocupações de fixação de pessoal docente. Pergunto se esta medida concreta que se encontra estudada e concretizada sob a forma de diploma e que circulava no anterior Governo vai ser adoptada.

Propõe-se o Governo cumprir o projecto do II Governo de criar a Direcção-Geral de Educação Especial?

Tenciona o Governo manter a política de apoio à Universidade Católica Portuguesa?

Projecta o Governo modificar as leis de gestão das escolas, conforme recomendação do Sr. Presidente da República?

Exige o Governo que os reitores das Universidades devem passar a ser eleitos?

Vai o Governo aconselhar o Presidente da República a promulgar os decretos-leis sobre a Direcção-Geral de equipamento Escolar, a Escola Nacional de Administração e a lei relativa aos graus académicos (licenciatura, mestrados, doutoramento e agregação nas Universidades e diplomas de estudos superiores do Ensino Superior de Curta Duração, com abolição do bacharelato a partir de 1980-1981)?

Que modificações substanciais serão introduzidas, se forem, no projecto de decreto-lei sobre carreira docente do ensino superior universitário?

Vai o Governo criar, como planeava o anterior, escolas superiores de ciências básicas nos Institutos Politécnicos em articulação com Universidades?

Aceitará o Governo «negociar» com os Sindicatos dos Professores?

Risos do PCP.

Tenciona o Sr. Ministro assumir posição pessoal sobre as reivindicações que formulem esses sindicatos antes de o Conselho de Ministros ter aprovado os diplomas legais correspondentes?

Porque razão omite o Governo a referência às conversações com o Governo da Região Autónoma dos Açores para transferência de competências?

Vai ou não ser retomado o projecto de Legislação elaborado e ultimado no anterior Governo?

Relativamente a outros pontos, de grande importância, fiquei totalmente esclarecido e quero felicitar o Sr. Ministro da Educação e Cultura por ter claramente inscrito no programa, designadamente, a integração de componentes de formação vocacional nos cursos complementares do ensino secundário (Despacho Normativo n.º 140-A/78); a aplicação do regime de *numerus clausus* no ensino superior; o prosseguimento da política relativa ao lançamento do ensino superior de curta duração; a recusa de criação de novas Universidades ou Institutos Universitários; a integração de Institutos Politécnicos, Institutos Superiores de Engenharia, Institutos Superiores de Contabilidade e Administração e escolas de regentes agrícolas na rede de estabelecimentos do ensino superior de curta duração.

Finalmente, dada a eventualidade de este Governo

poder não passar nesta Assembleia e dado que os prazos no Ministério da Educação têm uma particular sensibilidade, gostaria de saber qual é o programa de acção do Sr. Ministro para as semanas ou os escassos meses em que terá que assumir a responsabilidade de governar este sector. Ocorre-me referir, por exemplo, que a publicação de uma simples portaria, fixando o contingente de estudantes a admitir em cada escola superior, terá de sair até princípios de Outubro e poderá não haver este ano, contrariamente ao previsto no Programa do Governo, a aplicação de *numerus clausus*. Suponho que ninguém retirará ao Sr. Ministro da Educação a competência para publicar uma tal portaria. Aliás, esta é uma questão que deve ser considerada naturalmente em relação a todos os Ministérios. Há actividades que não podem parar e temos que admitir que o Governo se mantenha, no caso de não passar, algumas semanas em exercício. E para o Ministério da Educação esta é uma questão particularmente grave, o que é geralmente conhecido, sobretudo neste momento em que estamos a poucos dias da abertura do novo ano escolar.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito V. Ex.^a deixou de fazer!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro da Educação e Cultura, V. Ex.^a deseja responder já ou depois de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Ministro da Educação e Cultura: — Desejo responder no final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então assim se fará, Sr. Ministro.

Tem, então, a palavra a Sr.^a Deputada Zita Seabra para pedidos de esclarecimento.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Ministro da Educação e Cultura: Gostaria de lhe fazer algumas perguntas muito concretas para permitir qualificar melhor aquilo que no Programa do Governo é muito vago e com muito poucos prazos concretos.

A primeira relaciona-se exactamente com a questão do *numerus clausus* em que no Programa do Governo, e em nosso entender com razão, se diz que estão a adaptar às necessidades do País os diplomados. Confirmo-lhe isso, Sr. Ministro, vem no artigo 76.^º da Constituição da República. Mas esse mesmo artigo 76.^º tem uma segunda parte que diz respeito ao mesmo assunto e que é, nomeadamente, favorecer a entrada dos trabalhadores e dos filhos das classes trabalhadoras na Universidade. Esse artigo 74.^º tem uma alínea em que se equaciona exactamente o problema do acesso dos trabalhadores e dos seus filhos a todos os graus de ensino. Como este problema está omisso no Programa do Governo, perguntava-lhe se é uma omissão ou então que medidas pensa tomar em relação ao cumprimento destes dois artigos da Constituição.

A segunda questão muito concreta é esta, Sr. Ministro: qual o motivo por que em nenhuma alínea do Programa do Governo no que respeita à educação se refere o problema da gestão democrática? Considerando nós essa uma das grandes conquistas no

campo do ensino e considerando que foi um dos factores que favoreceu muito positivamente as poucas evoluções que houve no nosso sistema de ensino, perguntava-lhe se para respeitar a gestão democrática pensa fomentá-la ou demorá-la?

Fala o Sr. Ministro na constituição de um conselho nacional do ensino superior. Não é também a primeira vez que ouvimos falar em algo semelhante e perguntava-lhe com que critérios vai ser constituído no seu entender, este conselho, e nomeadamente se pensa que terá representação estudantil através dos seus órgãos representativos, as associações de estudantes, ou se seguirá o critério da nomeação pura e simples por parte do Ministério de alguns catedráticos da nossa Universidade, sabendo que estes, quatro anos depois do 25 de Abril, como se não houvesse 50 anos antes, já demonstraram que têm uma real incapacidade para remodelar uma Universidade que urge efectivamente remodelar e democratizar?

Outra questão concreta, Sr. Ministro, era em relação ao ano propedéutico. O Sr. Ministro fala no programa e referiu na sua intervenção a necessidade de acabar com esse absurdo de ensino pela televisão. Estamos de acordo consigo, mas perguntava-lhe quando, uma vez que nos parece que, nesta matéria, o tempo conta muito, uma vez que cada ano que passar são dezenas de milhares de jovens que são atingidos por uma medida para a qual não contribuíram e de que não têm culpa nenhuma.

Outra pergunta concreta, Sr. Ministro — e só lhe colocarei mais duas — tem a ver com o problema do insucesso escolar. Nós, Deputados comunistas, pensamos que é um dos graves problemas que afecta o nosso ensino, particularmente o primário e o secundário. E perguntava-lhe qual a razão de não haver nenhuma alínea no programa sobre o assunto, se bem me pareceu? Será que o Sr. Ministro optou também, como já outros fizeram, pela substituição da medicina pedagógica por aquilo a que poderemos chamar uma medicina para medir a altura e o tamanho dos meninos?

Uma outra pergunta era sobre a lei de bases do sistema de ensino. Creio que referiu na sua intervenção que iria retomar algo do que já estava previsto e que iria alterar alguns desses pontos. No entanto, tanto no programa como na sua intervenção, não foi claro ao especificar qual a filosofia e quais os objectivos que se procura alcançar com a lei de bases do sistema de ensino. Gostaria, assim, de lhe perguntar se pensa submetê-la a debate público, uma vez que, em nosso entender, se trata de uma lei fundamental em matéria de educação. Parece-nos que devia ser uma lei cuidadosamente preparada mas, sobretudo, com muita gente a pronunciar-se sobre ela e particularmente os interessados: os sindicatos dos professores, as associações de estudantes e, no fundo, todo o povo português, que vai ser também atingido, afectado ou beneficiado com a aprovação desta lei.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Vital Moreira (POP): — Sr. Ministro, quanto ao Sr. Deputado Sottomayor Cardia não tenho heran-

cas a transmitir nem recados ou recomendações a fazer.

As minhas perguntas vão relacionar-se com o Programa do Governo uma vez que, como já vem sendo hábito, o Governo nada adianta em relação àquilo que vem escrito no programa.

Começaria pela seguinte questão, Sr. Ministro: não posso deixar de achar curiosa e, para dizer o menos, bizarra a afirmaçãoposta no pórtico do capítulo sobre ensino e investigação, que diz assim: «Convém deixar claramente expresso que a exequibilidade de muitas das medidas programáticas que a seguir se enunciam vai depender, em vasta medida, das cotações orçamentais que em cada ano venham a ser concedidas ao sector da educação e cultura.» Sr. Ministro, das duas uma: ou aqui há um equívoco sobre o que deve ser um programa de governo ou então importa esclarecer definitivamente a questão, isto é, o Programa do Governo de que o Sr. Ministro é apenas um Ministro é uma proposta do Ministro da Educação ao Primeiro-Ministro e ao Ministério das Finanças. Se é a primeira coisa interessa saber que medidas é que o Governo, como tal, se propõe fazer; se é a segunda coisa então cabe-nos dizer que não estamos interessados nas propostas que o Ministro vai fazer ao Primeiro-Ministro e ao Ministério das Finanças. Estamos interessados em saber que medidas globais é que da decisão do plenário do Conselho de Ministros, com o acordo do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças nos virão efectivamente a ser propostas. O que não nos pode ser vendido é gato por lebre, não nos venham a dizer depois que «propomos fazer isto mas tenho o meu colega das Finanças, o Primeiro-Ministro e os restantes Ministros que me podem cortar uma parte do programa» ...

Sr. Ministro, passemos a algumas outras questões concretas. Uma já foi referida e é a questão do *numerus clausus*. E aqui há uma contradição flagrante no Programa do Governo porque diz-se duas coisas que, em si mesmas, são incompatíveis: por um lado, diz-se que não se vai abolir o regime do *numerus clausus* e pressupõe-se, porque nada é dito em contrário, que se vai manter o regime instituído pelos anteriores governos. Mas depois, logo à frente, diz-se que vão fazer-se estudos de modo a estabelecer um regime de *numerus clausus*. E isto tem razão de ser porque o actual *numerus clausus* é inconstitucional nos termos em que foi estabelecido; porque é discriminatório; porque não tem em conta a necessidade de apoios em quadros qualificados mas apenas o número de cadeiras e de professores que há em cada universidade; finalmente, porque é discriminatório em relação às escolas públicas, porque não atinge também as escolas privadas e por isso mesmo se entende que tenha de haver estudos sobre as necessidades do País de diplomados para ser instituído o *numerus clausus* nos termos constitucionais, o que quer dizer que o actual regime do *numerus clausus* é inaceitável pela simples razão, desde logo, porque é inconstitucional.

Mas isto leva a esta pergunta: o Governo vai ou não manter o *numerus clausus* tal como foi estabelecido o ano passado? Se isso é assim, como compatibiliza essa afirmação do programa com a outra afirmação segundo a qual é necessário, para instituir

os *numerus clausus*, iniciar os estudos sobre as necessidades do País em quadros qualificados?

Sr. Ministro, gostaria de lhe colocar uma outra questão: afirma V. Ex.^a que importa dar às Universidades uma efectiva autonomia, que resultará — cito, por incrível que pareça — da delegação nas reitorias de competências até há pouco concentradas nos serviços centrais. Sr. Ministro, se isto não estivesse escrito seria inacreditável. Pois não é verdade que a autonomia universitária ou qualquer outra autonomia não tem absolutamente nada a ver com descentralização hierárquica de serviços; que não pode ter-se por autonomia a delegação de um Ministro da Educação num reitor que é nomeado por ele mesmo, que a todo o momento pode ser demitido e cuja delegação pode ser, a todo o momento, revogada? Pode considerar-se isto como autonomia? É evidente que não, Sr. Ministro. E então como se atreve a vir propor-nos que isto se trata de efectiva autonomia?

Pois não é verdade que efectiva autonomia da Universidade implica mexer no actual regime dos órgãos de gestão da Universidade? Pois não é verdade que isso tem a ver com a atribuição de competência originária e não de competência delegada aos órgãos de gestão universitária? Pois não é verdade que a Universidade não deve ser apenas gerida por um reitor, mesmo que ele deixe de ser nomeado e demitido, como até agora, discricionariamente pelo Ministro mas também por outros órgãos colegiais, em que estejam representados os vários sectores da Universidade? Não é verdade que isto é que é autonomia e que aquilo que o Sr. Ministro aqui nos apresenta como autonomia não tem nada a ver com autonomia e passa apenas por uma simples, pode ser grande ou pequena, desconcentração administrativa de competência?

Sr. Ministro, um dos pontos, a meu ver, mais preocupantes é o ponto 2.6.2.1.1.5 do Programa do Governo. Refere-se laconicamente a duas coisas que vêm metidas no mesmo saco e que são o ensino particular e o respeito pela liberdade de ensinar e de aprender. Sr. Ministro, importa que fique claro uma coisa: no pensamento do Governo e particularmente no do Ministério da Educação, o que se entende por liberdade de aprender e de ensinar? Será que para o Governo, para o Ministro da Educação, tal como para o CDS e para o PSD, a liberdade de ensinar e de aprender é, consiste, limita-se, reduz-se ou, pelo menos, consiste essencialmente na liberdade de formação de escolas privadas? Ou será que a liberdade de aprender e de ensinar é um complexo bastante mais vasto de liberdades, entre as quais a liberdade pedagógica de ensinantes e de ensinados e que essa liberdade se impõe quer às escolas públicas quer às privadas? E isto leva-me a uma pergunta: está ou não está o Governo disposto a garantir a liberdade de aprender e de ensinar nas escolas privadas onde ela foi e continua a ser postergada, limitada e restringida através de discriminações políticas e ideológicas contra docentes e contra estudantes? Isto é uma pergunta essencial, Sr. Ministro. Trata-se da garantia de um dos direitos fundamentais da Constituição da República e trata-se de saber se as liberdades fundamentais e também a liberdade de aprender e de ensinar vão ou não para todas as escolas e designa-

damente para as escolas privadas. E que não se venha confundir, sob o manto diáfano da confusão, a identificação entre liberdade de ensino e liberdade de criação de escolas privadas.

Sr. Ministro, restam-me ainda duas perguntas: O Programa reconhece três ou quatro coisas essenciais: primeiro, que o ensino pré-escolar não existe e que o pouco que existe é fundamentalmente para filhos de classes privilegiadas; segundo, que o ensino básico obrigatório não é cumprido e que precisamente quem o não cumpre, por não ter condições para cumprir, são os filhos das classes não privilegiadas; terceiro, que o ensino secundário continua a ser socialmente discriminatório; quarto, que a Universidade continua a ser discriminatória socialmente contra os filhos das classes trabalhadoras e ainda por cima o Governo propõe-se manter o *numerus clausus*. Pergunta-se: vai o Governo manter esta situação? Ou vai tomar alguma medida concreta de discriminação positiva, tal como afirma a Constituição da República, no sentido de contravir, de inverter esta situação e iniciar uma segura, se não célebre, tendência no sentido de equivalência de igualdade de oportunidades de formação escolar?

Uma última pergunta, Sr. Ministro: vai iniciar-se muito em breve o ano escolar. Este Governo, quer pague ou não, provavelmente vai ter o encargo de se responsabilizar pelo início do ano escolar. O que eu pergunto é o seguinte: que medidas é que o Ministério da Educação tomou ou pensa vir a tomar para que o início do ano escolar em Portugal não continue a ser, como foi nos últimos anos, o desastre que tem sido?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, se me dá licença e inesporadadamente eu começaria por formular um protesto em relação a expressões que ouvi da boca do Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Na verdade, Sr. Deputado Vital Moreira, estranho profundamente que, sabendo V. Ex.^a que estão aprovados na generalidade por esta Assembleia um projecto que diz respeito à liberdade de ensino e outro que diz respeito às bases do ensino particular e cooperativo, V. Ex.^a pretenda agora transferir para o Governo cujo Programa está em apreço aquilo que está em vias de ser votado na especialidade por esta mesma Assembleia.

Posto isso e também contrastando...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Deputado, se me permite e para não perdemos tempo e ficarem as coisas ligadas eu faria já um contraprotesto.

Evidentemente que nada disso está em causa. O que acontece é que existem duas concepções, como eu disse, e essas duas concepções foram aqui defendidas na Assembleia da República sendo, uma delas a que identifica tendencialmente liberdade de ensino com direito de formação de escolas privadas e que foi defendida pelo CDS e pelo PSD.

Devo agora acrescentar que, concretamente, e devo

reconhecer isso, o Sr. Deputado que está no uso da palavra na bancada do CDS não deixou de reconhecer — e isso é justiça que lhe tenho de fazer aqui — que a liberdade de ensino deve também ser reconhecida nas escolas privadas. Fica registado porque é justo, porque é verdade, mas é igualmente verdade que essa posição não foi acompanhada pela bancada do CDS.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — E também é verdade que esse projecto está em trânsito nesta Assembleia e não está entregue ao Governo.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que Governo?

O Orador: — Queria fazer duas ou três perguntas muito simples ao Sr. Ministro da Educação e que, ao contrário dos oradores que me precederam, efectivamente, não se referem ao Programa do Governo mas provém tão-somente de alguns passos da intervenção que já há alguns minutos o Sr. Ministro acabou de proferir.

E as minhas dúvidas eram as seguintes: embora o Sr. Deputado Sotomayor Cardia já tenha focado esse ponto não me dispensaria de, acerca do sistema de formação de docentes, perguntar ao Sr. Ministro qual é o lugar que prevê nesse sistema para a formação de educadores de infância. E a propósito perguntaria também, e peço desculpa ao Sr. Deputado Sotomayor Cardia, de certo modo refiro pontos que já focou, qual é a sua intenção ou a intenção do Governo quanto às qualificações exigíveis para o processo educativo no previsto ano vestibular do ensino primário.

Em terceiro lugar, e ainda acerca do sistema de formação de docentes, gostaria de perguntar ao Sr. Ministro qual é o lugar em que situam nesse sistema os actuais professores profissionais do ensino básico secundário. Queria perguntar-lhe se estão previstas acções de reciclagem ou quaisquer outras que sejam ordenadas no sentido de suprir as insuficiências da sua preparação, que V. Ex.^a, por contraste, manifestamente apontou.

E, finalmente, focaria, rapidamente também o problema do ensino da língua portuguesa no estrangeiro. O Sr. Ministro abordou-o, falou da intenção que o Governo terá de promover acordos bilaterais tendentes a esse objectivo mas, sendo certo que esta Assembleia publicou já um decreto proveniente de um projecto de lei do PCP e de um do CDS sobre o ensino da língua portuguesa no estrangeiro — e o nosso projecto referia-se também à difusão da cultura portuguesa no Mundo —, queria perguntar ao Sr. Ministro como encara o Governo as tarefas que o decreto desta Assembleia confiou ao Governo da Nação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Matos Gago.

O Sr. Matos Gago (PCP): — Sr. Ministro, fazia-lhe uma pergunta respeitante à política desportiva.

Parece-nos que o traço principal desta parte do programa é a continuidade de uma política desportiva clamorosamente direitista, vinda da anterior equipa ministerial, contrária à Constituição e aos interesses nacionais. Mas, Sr. Ministro, embora o traço seja esse mesmo, não podemos deixar de ficar surpreen-

didos por se incluir no Programa do Governo uma referência expressa a uma portaria, a Portaria n.º 434/78, que visa repor a orgânica e a estrutura político-administrativa do tempo do fascismo na educação física e no desporto escolar. Por isso perguntamos: pretende o Sr. Ministro, de forma enviesada, dar o aval a uma portaria, repito, portaria, que levanta legítima indignação já expressa, de resto, pelos mais variados sectores, inclusivamente por partidos representados nesta Assembleia?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Rodrigues.

O Sr. Adriano Rodrigues (CDS): — Sr. Presidente. Sr. Ministro: Até ao período do pós-guerra (1945) a política era um aspecto da cultura

Com o triunfo das democracias ocidentais, depois da 2.ª Guerra Mundial, e a afirmação dos direitos do homem no Plenário da Assembleia das Nações Unidas a cultura passou a ser um ramo da política.

Num Governo que se diz apolítico, apartidário e de independentes, que posição toma o Ministério da Educação e Cultura perante os valores culturais que comporta o conceito de democracia?

Outra pergunta que gostaria de fazer a V. Ex.^a era a seguinte: as reformas pedagógicas têm-se feito ultimamente em regime experimental, a nível nacional, com todos os inconvenientes de uma generalização não controlada. Desconhecem-se alguns resultados e outros são objecto de acerba crítica. Que medidas prevê V. Ex.^a para remediar esses inconvenientes e injustiças que têm levado ao insucesso escolar especialmente no caso do 9.º ano?

E ainda uma outra pergunta: os professores terão audição nas reformas que o vosso Programa prevê? E como será feita essa participação?

Finalmente, formulo a última pergunta: sendo evidente e confessada a carência de pessoal docente preparado, como V. Ex.^a referiu na sua intervenção, especialmente a nível do secundário, como se justifica a mobilização para campanhas de alfabetização, como pretende o Programa do Governo, de professores do ensino secundário?

O Sr. Presidente: — Antes de, propriamente, dar a palavra ao Sr. Ministro tenho de pedir ao Sr. Vice-Presidente o favor de assumir a Presidência porque já terminou o meu «período crematório...». Efectivamente, com o calor das luzes dos projectores da Radiotelevisão é-me completamente impossível continuar na presidência.

Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Ministro.

Neste momento assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Ministro da Educação e Cultura (Lloyd Braga): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O número de papéis que tenho com perguntas é realmente tremendo e sei que o tempo que hoje está destinado ao Governo é relativamente curto. Já resta muito pouco tempo, mesmo. Portanto, vou certamente responder a um número bastante restrito de perguntas, algumas das quais em colaboração com os Secretários de Estado da Educação e Cultura e aquelas que pela sua pertinência devam ser mesmo respondidas e a que se não

deva faltar com a resposta, oportunamente, o Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção final poderá responder em nome do Ministério.

Como questão de princípio penso que alterações profundas no sistema educativo só podem ser feitas com uma certa lentidão à custa de, primeiro, experimentar, fazer experiências-piloto e dever sempre manter-se uma certa continuidade, uma certa coerência no sistema sob pena de os principais sacrificados serem os alunos. Resulta daqui que o Ministério da Educação e Cultura irá analisar cuidadosamente todo o trabalho que foi feito pelos governos anteriores e particularmente o trabalho legislativo que estava em vias de promulgação no sentido de verificar-se, efectivamente, no seu articulado ele satisfaz ou não todos os pontos de vista deste actual Governo. A ser assim, certamente que tais diplomas prosseguirão o seu caminho normal e portanto, eventualmente, virão a ser promulgados. E mesmo que haja alterações pontuais, se alterações até mesmo de fundo porventura vierem a verificar-se — e neste momento, como é evidente, não é possível ao Ministro da Educação e Cultura estar suficientemente familiarizado com todos os problemas para poder, nesta altura, anunciar qual é a sua posição perante todos os assuntos que correm pelo Ministério —, essa é uma questão de princípio que será adoptada em relação a todos os problemas da Educação e Cultura.

No que se refere à lei de bases do sistema educativo que foi várias vezes referida por vários Srs. Deputados, a natureza deste Governo penso que não lhe permite, a curto prazo remeter à Assembleia um projecto de lei de bases do sistema educativo.

No que este Governo está, certamente, interessado é em não parar com o estudo desse problema e será um dos objectivos prioritários deste Governo criar um grupo de trabalho que entenda adequado para continuar esses estudos que penso que não estariam ainda convenientemente terminados. Nalguns aspectos parece-me que não há ainda uma clarificação, daí que conheço do documento, suficiente para que ele esteja em condições de ser presente à Assembleia da República.

Sobre a questão que me foi posta do ensino do ciclo preparatório através da TV acontece que, efectivamente, é política deste Governo — será uma política sempre a longo prazo e, portanto, poderá ser de outro governo — a diminuição progressiva de tudo o que seja ensino pela TV. Mas também é uma realidade que as infra-estruturas existentes não vão permitir, durante algum tempo, substitui-lo pelo ensino directo e que até se prevê mesmo que, a curto prazo, haja necessidade em aumentar o ensino pela TV. Seja como for, tanto no que se refere à telescola, ao problema do ciclo preparatório, quer no que se refere ao Ano Propedéutico, a ideia, em nosso entender, deverá ser o ensino directo.

Acontece, como é evidente, que este é um problema complicado porque requer instalações, requer pessoal docente devidamente treinado e não é problema que se possa resolver a curto prazo. Está bastante dependente de factores orçamentais que, tal como foi dito no Programa do Governo e aqui foi criticado por se falar em problemas orçamentais, são importantes porque, de qualquer maneira, o orçamento é sempre aprovado pela Assembleia da Repú-

blica, não é um acto discricionário do Governo e nessas condições não sabemos ainda qual será o Orçamento aprovado para o ano que vem, muito menos para os outros anos e, portanto, será difícil, com as restrições e com a austerdade actualmente existentes, fazer programas muito ambiciosos no sentido de determinar o número de anos em que se vai funcionar ainda que com a telescola quer com o Ano Propedêutico através da TV. O que nós vamos é procurar tirar o máximo partido dessa situação, particularmente do Ano Propedêutico. Procurar melhorar o que nos foi possível nos métodos de ensino e aí criar um embrião para uma Universidade aberta. E se isso for conseguido, mesmo que demore alguns anos, penso que será bastante positivo para o panorama da educação.

Foi posto também aqui o problema, não me recordo neste momento por quem, do funcionamento do ano escolar e da aprovação do 11.º ano de escolaridade ligado ao problema do funcionamento escolar já a curto prazo, e o que é que este Governo e em particular o Ministro da Educação e Cultura iriam fazer entretanto se o Governo não passasse. Ora, é evidente que nós estamos realmente em cima das metas, e o Sr. Deputado Sottomayor Cardia até disse que estava previsto que no dia 15 de Setembro houvesse os programas do 10.º e do 11.º e Deus queira que assim seja, pois ainda faltam três dias...

Quanto ao problema da colocação dos professores, pelas informações que consegui obter neste momento, é provável que esteja resolvido para meados de Outubro.

Quanto a um conjunto de decisões que é necessário tomar para que o ensino possa funcionar normalmente nas escolas sob todos os níveis, se o Governo não passar e estiver ainda no exercício das funções de gestão tomará as medidas que entender convenientes desde que o seu estatuto de Governo de gestão as permita tomar. Se não lhe permitir tomá-las haverá as consequências inerentes, mas não será, certamente, por nossa culpa.

Só disponho para intervir de mais cinco minutos e como gostaria que os Srs. Secretários de Estado também falassem sobre vários assuntos passava agora a palavra ao Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura e as restantes respostas ficam para serem apresentadas pelo Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção final.

O Sr. Secretário do Ensino Superior e Investigação Científica (Arantes e Oliveira): — Eu iria procurar responder a mais algumas questões apresentadas pelo Sr. Deputado Sottomayor Cardia. Uma das que formulou foi se será desenvolvido o plano de educação pré-escolar, e direi que é intenção do Governo prosseguir, de facto, o desenvolvimento desse plano com a consciência bem segura de que se trata de um assunto prioritário, mas que tem de ser, em termos de realização, confrontado com outras exigências do próprio Ministério.

Surge o problema do ano preliminar, que está, como se sabe, em regime experimental, e o Governo toma perante essa experiência uma atitude crítica até porque na sua fase inicial é discutível e, sendo discutível, é evidente que só após o processo experimental se

pode formular um juízo inteiramente correcto sobre ele.

No que respeita à reconversão das escolas do magistério primário em escolas de educadores de infância, isso não vem expressamente referido no Programa do Governo porquanto vem integrado num plano mais amplo que nele é referido de criação de novas instituições de formação de professores e entende-se que, de facto, este processo de reconversão pode ser uma primeira fase desse plano que irá converter as escolas do magistério primário ou substituí-las por escolas superiores de educação onde, de facto, também será realizada a formação dos educadores de infância.

Saltando, é certo, sobre algumas das questões postas, irei referir-me, com a concordância do Sr. Ministro, mais especificamente ao problema do início do próximo ano lectivo. Como se sabe, estava prevista a publicação dos programas do 10.º ano de escolaridade para o dia 15 de Setembro e, de facto, assim vai acontecer.

No que respeita às colocações do pessoal docente seria bom que tomássemos consciência de que o problema das colocações não pode ser resolvido em três dias, já que se trata de um programa que se desenvolve ao longo de doze meses. Não é possível a qualquer governo em alguns dias apressar um processo e neste momento as indicações que existem é que, de facto, o ano lectivo poderá começar entre o dia 9 e 16 de Outubro.

No que respeita a uma preocupação generalizada de acções de reciclagem, na tentativa de melhorar o aperfeiçoamento dos professores do ensino básico e secundário, o Governo considera que são acções correntes das próprias direcções-gerais de ensino e, como tal, poderá fazer um esforço de incremento dessas acções sem que se lhes afaste exactamente este carácter de acções correntes das próprias direcções-gerais de ensino.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário (Almeida Costa): — Respondendo ao Sr. Deputado Sottomayor Cardia, começarei por dizer que este Programa do Governo contém novidades em relação ao Programa do II Governo, embora tivesse a preocupação de manter uma continuidade.

Referirei, numa previsão bastante aberta, a insuficiência do equipamento técnico que neste momento dá o apoio ao Ano Propedêutico, que, mais tarde, se transformará em ensino directo.

Por outro lado, citarei ainda a articulação das estruturas de ensino e de investigação dentro das escolas que vai ser permitida pelo facto de existir uma Secretaria de Estado única quando antigamente havia duas — a do Ensino Superior e a de Investigação Científica —, e a estruturação das Universidades que está relacionada com a articulação das estruturas de ensino e de investigação. É importante fazer notar isto porque a resposta a certas perguntas, tanto do Dr. Sottomayor Cardia como de outros Deputados, está relacionada com estas acções.

O Dr. Sottomayor Cardia referiu-se às leis de ges-

tão das escolas. Eu direi que temos, neste momento, uma experiência que não tínhamos há dois anos. Sabemos portanto quais são as deficiências que existem no actual sistema e quais são as suas vantagens. Notamos uma falha que se relaciona com a organização administrativa das Universidades e das escolas e o actual sistema acaba por deixar aos eleitos um grande trabalho administrativo que faz com que seja difícil, neste momento, encontrar pessoas que queiram ser candidatos e, por outro lado, aumenta o ano em que eles estão em funções, ano esse que, muitas vezes, se nota ser muito curto. Nessas condições, a esta organização administrativa da Universidade começada pelo II Governo Constitucional não encionamos dar o maior impulso para que rapidamente se consiga uma melhoria das leis de gestão da Universidade.

Por outro lado, também a estrutura científico-pedagógica que se quer melhorar através desta estruturação das Universidades e da articulação das estruturas de investigação vai certamente introduzir novidades na gestão.

No que se refere à abolição dos bacharelados, à inserção de estudos politécnicos, de ISEs, de ISPAs — peço desculpa de mencionar siglas mas os nomes são muitos longos e não tenho muito tempo —, direi que está expresso no Programa do Governo que é sua intenção inseri-los no ensino superior curto. Este é um ponto muito importante e nós pusemo-lo no Programa do Governo para que não haja dúvidas sobre as nossas intenções.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas para uma intervenção.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Programa do Governo no que se refere à política económica e financeira, para além das generalidades, imprecisões e contradições expressas em vários sectores, não rectifica no essencial a política dos anteriores Governos.

Pelo contrário, teima em insistir nos mesmos erros, teima em insistir numa política que a vida tem demonstrado à evidência estar errada.

De facto, os sucessivos programas de governo têm apresentado como um dos objectivos centrais a atingir a redução do *deficit* da balança de transacções correntes. No entanto, o que é que a experiência tem demonstrado?

Que os *deficits* da balança de transacções correntes se têm agravado vertiginosamente todos os anos (neste 1.º trimestre o agravamento foi de + 52% em escudos e de + 30% em dólares) e que os preços continuam a subir. No 1.º semestre deste ano o índice de preços no consumidor aumentou, em relação a igual período do ano passado, + 21,1% nos produtos alimentares e bebidas e + 25,5% nas despesas da habitação.

Por outro lado, o desemprego não abrange, os salários reais vão diminuindo, e os pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores vão sendo condenados à ruína. Em relação aos pequenos e médios comerciantes, o Programa, ao longo das quatrocentas páginas, não lhes dedica sequer uma palavra. E em

relação às pequenas e médias empresas industriais, a única medida explícita do Programa é a que se refere à necessidade de estudos e eventuais concessões de crédito áquelas empresas.

Em vez de uma inflexão na política económica e financeira continua a defender-se a política dos pacotes, efusivamente saudada e preconizada pelo CDS, a política de restrição do crédito, com as taxas de juro incomportáveis para o m. hares de pequena e média empresas, política bloqueadora do aumento do investimento e da produção.

O Programa do Governo concorda com as vexatórias imposições do FMI e, se refere a intenção positiva de renegociar o acordo, não dá um passo na clarificação do sentido de tais negociações.

O combate à inflação, que devia merecer um especial cuidado, apresenta-se como uma repetição da política do Governo anterior, cujos resultados negativos são conhecidos (o controlo de preços *a posteriori* — o recurso à política monetária de crédito e orçamental e à contenção de salários — não havendo aliás uma só referência ao tão propagandeado Código de Preços).

Quer dizer: há continuidade no ataque ao poder de compra dos trabalhadores que, aliás, não se esconde na fórmula vaga da página 48 do Programa, onde o Governo anuncia a intenção de «proseguir uma orientação semelhante à anterior — embora procurando que não haja reduções ao nível médio dos rendimentos reais auferidos pelos trabalhadores».

E é de assinalar que quanto a custos, as únicas regras precisas que se definem são para os salários.

Em relação aos circuitos de comercialização manifesta-se a intenção de «desenvolver desde o início os maiores esforços para eliminar ou atenuar as deficiências mais importantes nesse domínio» (página 55). Mas quando se confronta tal intenção com outros pontos do Programa verifica-se que pouco ou nada é concretizado em relação aos problemas de comercialização quer dos produtos agrícolas, peixe ou do aparelho comercial existente.

De facto, no caso do peixe, por exemplo, o Programa limita-se a evocar a necessidade do estudo de medidas relativas ao funcionamento das lotas, sem se comprometer sequer a combater e limitar a ação especulativa dos grandes intermediários.

Esta é, aliás, uma constante do Programa neste capítulo, pois também no caso dos organismos de coordenação económica se limita a preconizar a sua reestruturação, sem definir qualquer linha de actuação para esses organismos em relação ao aumento da produção agrícola, da garantia de preços aos agricultores, da regularização do abastecimento, permitindo a fixação de preços máximos no consumidor para os bens agro-pecuários de maior consumo.

Uma outra nota grave que se colhe ao longo do Programa: é que tudo se passa como se já estivéssemos no Mercado Comum. E a lástima é que algumas das formulações são uma verdadeira afirmação à independência nacional. Na verdade, como compreender as afirmações que anunciam a efectiva liquidação do Plano Siderúrgico Nacional ou a rejeição que se faz da substituição de importações. Em relação a estas chega-se a dizer textualmente na página 36 que «seria insuficiente e contrário aos objectivos da integração

da economia portuguesa na CEE procurar a substituição de importações à custa de protecções excessivas contra a concorrência externa»?!

E, no entanto, das quatrocentas páginas do Programa, o capítulo da «adesão às Comunidades Europeias» ocupa somente as três últimas, sem que se revele qualquer conhecimento ou estudo das consequências no plano do emprego, da agricultura, da indústria, das pescas, que tal adesão acarreta.

Será que é com a criação do pomposo «Colégio de Estudos Europeus» que se pensa formar os especialistas que estudarão as consequências da adesão de Portugal ao Mercado Comum nas calendadas gregas do ano 2002? E não é verdade que — como consequência da pretendida adesão à CEE e do estudo sobre a introdução do imposto sobre o valor acrescentado — este Governo preconiza o aumento do imposto de transacções, que mais iria agravar o nível de vida dos Portugueses? E não é verdade também que o PPD, ao condenar aqui piedosamente tal aumento de imposto calou hipocritamente que tal se deverá à adesão à CEE que tanto preconiza? E não é verdade que este partido nunca disse quais as consequências de tal integração para as pequenas e médias empresas, que são as dominantes em Portugal?

Ora, é bom que se saiba que a submissão à CEE, a concretizar-se, implicaria (desde a fase de negociações — a que o Governo chama concertação de políticas sectoriais com vista à adesão) implicaria, repito, a redução voluntária das nossas exportações para a CEE (o caso dos têxteis é já revelador). Tal submissão implicaria também a paralisação de investimentos para aumento da capacidade produtiva que a CEE tem excedentária (casos da siderurgia, construção naval, etc.) e criaria condições para o encerramento de unidades menos viáveis com o consequente desemprego. Mas a tão propagandeada adesão à CEE conduziria ainda à eliminação de formas legalmente estabelecidas quer para o Estado quer para a banca ocorrerem às dificuldades das empresas portuguesas (é o caso das subvenções em capital e juros, dos empréstimos com taxas inferiores às do mercado, desgravamentos fiscais, entre outros).

Quanto à política industrial há afirmações positivas no Programa, quer na introdução quer em relação ao capítulo sobre a indústria. O Governo refere, por exemplo, a necessidade de tirar partido da existência de um sector empresarial do Estado implantado em sectores fundamentais da economia. Mas tais formulações são depois contraditas nas políticas sectoriais.

E aqui convém referir que o CDS não se deve encrespar tanto com aquelas formulações, pois quem quer que analise a estrutura produtiva portuguesa, mesmo que não seja especialista, facilmente chega à conclusão de que o sector nacionalizado não só está implantado nos sectores-chave da economia, como é o sector de maior acumulação e, portanto, o motor da economia, arrastando com o seu desenvolvimento as rectantes formações económicas.

No entanto, o CDS teima em dizer que o branco é preto e que o preto é branco, procurando apresentar-se aqui como o arauto da iniciativa privada contrapondo esta ao sector nacionalizado.

Mas em nome de que iniciativa privada fala o

CDS? Com certeza que não é em nome dos pequenos e médios empresários, que só têm a beneficiar com a dinamização e desenvolvimento do sector nacionalizado!

O CDS quando fala na iniciativa privada está a falar na iniciativa privada dos Mellos, dos Champalimauds e dos latifundiários para quem o sector nacionalizado representou o fim do seu domínio e exploração.

Protestos do CDS.

O Orador: — Por isso, o CDS e outras forças reacionárias constantemente reivindicam as «indemnizações», a entrega da banca, dos sectores nacionalizados e dos latifundiários. Essa é que é a iniciativa privada do CDS e do PPD e não a dos pequenos e médios empresários que foram arruinados no passado por esses senhores e que o continuam sendo por uma política de submissão ao imperialismo, seu aliado.

Protestos do PSD.

O Orador: — Não gostam de ouvir mas é a verdade.

É aliás sintomática a concordância dada pelo CDS à forma detalhada com que o Programa se refere à regulamentação das leis da contra-revolução legislativa, entre elas as das indemnizações dos expropriadores do povo português — quando na grande maioria dos pontos o Programa é tão vago. Como é sintomático ainda o seu aplauso à ideia peregrina, que nem ao diabo lembraria, de colocar as empresas a pagar o montante de juros aos detentores de títulos das chamadas indemnizações, isto é, criar novos e pesados custos artificiais às empresas nacionalizadas para que estas tenham resultados negativos ou se quiserem manter os resultados terem de aumentar os preços sucessivamente...

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Vir aqui criticar-se o deficit da balança comercial, a descida do nível de vida, o aumento dos impostos, do desemprego, como o tem feito o PPD/PSD, em relação aos dois anteriores Governos constitucionais e em relação a este Governo, sem apresentar uma alternativa concreta, nós consideramos tal atitude como pura demagogia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A actual situação económica e financeira de Portugal exige uma alternativa democrática, exige uma política económica ao serviço do povo e do País baseada fundamentalmente nos recursos e energias internas e num grande esforço nacional e patriótico.

Exige que se aumente a produção nacional em particular nos sectores cujo processo produtivo depende menos das importações. Exige a intensificação rápida da produção nacional de produtos importados, mesmo que eventualmente a superior preço de custo. Exige a limitação de importações de produtos supérfluos ou mais facilmente dispensáveis. Exige uma nova política de comércio externo e de cooperação internacional, diversificando-se mercados — e não o reforço do

enfeudamento e dependência de Portugal à Europa dos monopólios.

A Sr.ª Ercilia Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Exige acordos e sistemas de compensação e novas linhas de crédito. Exige finalmente, como condição indispensável, a participação activa e criadora dos trabalhadores portugueses.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O PCP, ao apresentar uma alternativa e um conjunto elaborado de medidas concretas sectoriais constantes dos documentos aprovados nas duas conferências económicas que realizou, deu já o seu contributo responsável para a elaboração de uma plataforma de recuperação económica e está pronto a examinar, em conjunto com todas as forças democráticas, nomeadamente com o PS, a possibilidade de uma plataforma que assegure a recuperação económica e a consolidação das liberdades e da independência nacional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas uma alternativa democrática só é possível com democratas, e não com reaccionários. Só é possível com os trabalhadores e com as massas populares e não com os capitalistas, agrários e imperialistas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As atenções do povo e do País estão voltadas para o debate parlamentar que ontem iniciámos. A expectativa popular nas decisões desta Assembleia traduz a profunda preocupação pelo rumo que o País vai seguir. Manter-se-á ou cairá o Governo Nobre da Costa? Que alterações vai sofrer a política nacional? Com que incidentes sobre os trabalhadores?

Mas, e é preciso também dizer, se há expectativa há igualmente uma desconfiança justificada sobre a possibilidade de as decisões desta Câmara irem melhorar a aflitiva situação dos trabalhadores.

Que solução será encontrada? Continuarão os preços a subir? Manter-se-á a miséria dos camponeses? Agravar-se-á o desemprego? O flagelo do bombismo e do fascismo continuará a ensombrar as liberdades?

Ou, pelo contrário, serão tomadas medidas para promover o bem-estar dos que trabalham e far-se-á face aos inimigos da democracia? Por detrás dos debates parlamentares e das subsequentes decisões de momento são estas as profundas preocupações que afligem os Portugueses. Mais do que a passagem ou queda imediata do III Governo, é a estes problemas que é preciso responder.

Que incidência teria na vida nacional a subsistência do Governo de Nobre da Costa? Que alternativas apontam?

Sr. Presidente, Sns. Deputados: A UDP rejeita firmemente o Governo Nobre da Costa, porque este iria

prosseguir e agravar o rumo antipopular da vida nacional, isto é, a política dos anteriores Governos.

A desilusão do povo neste Parlamento e nos partidos que até hoje asseguraram os destinos do País é manifesta e justificada.

Mas qual a origem dessa desconfiança?

Em eleições sucessivas — para a Constituinte, para esta Assembleia, para as autarquias locais — o voto popular derrotou largamente a direita reaccionária.

O PPD e o CDS ficaram claramente minoritários. Os seus programas foram rejeitados pela maioria do povo. Singularmente, porém, são os seus programas que têm vindo a ser progressivamente aplicados pelos sucessivos Governos, foi com o PPD e com o CDS que se aprovaram as leis mais reaccionárias, e são os seus programas que o Governo de Nobre da Costa retoma ainda com maior e mais descarada fidelidade.

O Sr. Fernando Costa (PSD): — Antes fosse!

O Orador: — O povo português votou maioritariamente no PS, PCP e UDP — partidos que se apresentaram identificados no 25 de Abril, com a Constituição e o seu projecto Socialista.

O Sr. Fernando Costa (PSD): — Onde é que estava a UDP?

O Orador: — Mas a política dos Governos foi indo para a direita.

O PCP foi-se progressivamente adaptando a esse caminhar para a direita. O Partido Socialista, por seu turno, tem as maiores responsabilidades na política governamental e, inclusivamente, trouxe para o Governo um partido estranho ao 25 de Abril e à Constituição da República, o CDS.

Os resultados fizeram-se sentir amargamente, agravando cada vez mais as condições de vida de quem trabalha. Em boa verdade, pode-se dizer que nenhum trabalhador preocupado com o futuro do seu País e do seu povo tem apoiado a política dos sucessivos Governos.

Que pretende agora fazer Nobre da Costa?

Mudar a política anterior? Pelo contrário.

Da análise política, da natureza e composição do Governo, da leitura do seu programa, a conclusão, inelutável, é que o Governo de Nobre da Costa foi constituído precisamente para prosseguir e agravar a política anterior e nela introduzir exactamente as alterações necessárias a uma plena aplicação de política de direita reaccionária que foi derrotada nas eleições.

No campo de política económica procura prosseguir o endividamento ao estrangeiro, gastar verbas na pagamento das indemnizações aos grandes capitalistas, restringir o crédito. Quer dizer, os problemas de fundo vão manter-se, a miséria vai aumentar, os preços dos bens essenciais vão continuar a subir.

No que se refere à Reforma Agrária, e como já dissemos, intenta prosseguir os ataques às cooperativas e UCPs. Em dois sentidos se orienta, pois, o Governo: fazer desocupações pela força e inviabilizar as explorações colectivas. Quer dizer: a produção agrícola vai baixar, o desemprego vai aumentar no Alentejo, com os consequentes aumentos dos preços dos bens essenciais e o aprovar da nossa dependência face ao estrangeiro.

No que se refere à política social, o Governo limita-

-se a repetir promessas gerais e a única coisa de concreto que se propõe fazer é liquidar o Serviço Nacional de Saúde. O curioso é que o Governo diz que não aborda a questão do Serviço Nacional de Saúde por ser um Governo de horizontes limitados. Mas já não tem esses horizontes limitados quando se trata de, no seu longo Programa, negociar a entrada na CEE e fazer acordos com o Fundo Monetário Internacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já várias vezes expressámos a opinião de que o Governo sobre cujo Programa nos estamos a debruçar é um Governo de direita resultante de um ampla manobra com objectivos que nada têm a ver com a Constituição da República. Manobra planeada e executada pela direita e pelos seus partidos. Esta posição, que sempre temos mantido, continua a ser a nossa.

Aparentemente, a nossa opinião está em contradição com o facto de terem sido apresentadas nesta Assembleia três moções de rejeição ao programa governamental. Mas, no nosso entender, a contradição é apenas aparente. Vejamos o que está por detrás do aparecimento destas moções.

Quando o CDS desencadeou a crise governamental, que veio a dar lugar ao Governo Nobre da Costa, tinha em vista objectivos claros. Conseguir obter maiores influências no Governo a formar, reduzir o papel preponderante do Partido Socialista, obter a nível programático maiores concessões, enfim, alcançar um Governo mais à direita, com maior influência do CDS.

A forma como veio a desenvolver-se a crise, e particularmente a reacção do Partido Socialista à chantagem do CDS, veio dificultar seriamente o alcance dos objectivos em vista e veio dar origem a um Governo imposto pelo Presidente da República, segundo a velha fórmula de Sá Carneiro, um Governo sem PS e mesmo contra o PS.

Assim, os objectivos do CDS não foram completamente atingidos,

Em parte, e só em parte, o tiro saiu-lhes pela culatra.

Por este motivo, e não por causas doutrinárias, de princípio, ou de carácter jurídico-constitucional, o CDS está contra o Governo.

Rejeita-o porque verificou que neste momento ainda não tem força para impor a solução autoritária que ambicionava... e porque pensa que possivelmente neste momento poderá vergar o PS às suas exigências, o que não conseguiu em Julho.

Quanto ao PCP, é claro que a sua moção é meramente simbólica, até porque ao dizerem que só votam a sua própria moção e não votam nenhuma contra estão a convidar os outros partidos, e nomeadamente o PS, a fazerem o mesmo. Isto é, que cada um vote a sua moção e não vote nenhuma outra, e o Governo passe ileso, no meio desta chuva de moções. Voltamos a perguntar: será que o PCP quer que o Governo caia ou não?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Mas que pergunta, Sr. Deputado!...

O Orador: — É que o Sr. Deputado Carlos Brito preocupou-se muito no seu discurso de ontem em definir a posição do seu partido caso o Governo passe. E, pelos vistos, não acha este poder tão antipopular que defina uma política de oposição frontal. Pelo contrário, disse o Sr. Deputado Carlos Brito que se o

Governo passar «o PCP não adoptará nenhuma posição negativista contestatária e procurará, tal como tem feito com os anteriores Governos, dialogar e intervir em geral, junto de cada departamento, para que se encontrem soluções ainda que parciais para os graves problemas nacionais».

As intenções são transparentes: enquanto procuram orientar as votações desta Assembleia no sentido de passagem do Governo, anunciam, desde logo, que estão dispostos a colaborar com ele.

Em relação à moção do Partido Socialista, consideramos que a sua apresentação é positiva, mas importa esclarecer quais os objectivos dessa moção.

Pretende o PS ser coerente com a denúncia do golpe antidemocrático em marcha e com a sua não aceitação das intenções arbitrárias de Ramalho Eanes? Pretende corresponder aos sinceros sentimentos antifascistas de milhares dos militantes e eleitores do PS para uma política de esquerda, para este governo de esquerda? Se é isto que o PS pretende, saudemos a sua atitude.

Mas se com esta moção se preparam novos acordos com a direita reaccionária, repetindo os erros anteriores, que conduziram o País à situação extremamente grave em que vivemos, então o PS pode contar com a parte da UDP com a mesma posição que mantivemos enquanto governou aliado à direita.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A nossa votação será pela rejeição do Governo.

Não podemos apoiar esta fórmula governativa, opomo-nos à equipa constituída e rejeitamos firmemente esta política porque ela é lesiva dos mais sentidos interesses nacionais e por constituir um efectivo perigo ao próprio regime democrático.

E se ao rejeitarmos este Governo tornamos também desde já claro que nos opomos a qualquer outro em que a direita participe, isso não altera o sentido do nosso voto. O problema que aqui hoje se coloca é um: o de derrubar o Governo de Eanes e Nobre da Costa. Votamos para o conseguir, isto é, votamos a favor das moções apresentadas.

Ao votarmos a rejeição do Governo Nobre da Costa, votamos a rejeição de uma política antipopular. Votamos por uma alteração na política nacional.

Dissemos no início que o que hoje verdadeiramente preocupa o povo português é encontrar uma saída para a actual situação, e impedir o curso da formação de Governos sempre mais à direita, pôr termo a esta política.

Ao rejeitar o Governo Nobre da Costa, a UDP salienta a alternativa que hoje é capaz de derrotar a direita, apoiando-se na iniciativa popular. Essa alternativa é a realização de eleições gerais antecipadas.

Entreguemos nas mãos do povo a solução da grave crise que atravessamos, na certeza de que nas mãos do povo reside a força da democracia e da liberdade, a força capaz de levar por diante outra política a favor de quem trabalha.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria fazer um breve protesto no

siguinte sentido: O Sr. Deputado Acácio Barreiros permitiu-se, como está no seu direito, citar parte da intervenção do meu camarada Carlos Brito e de fazer interpretações muito suas sobre a posição do PCP em relação ao Governo. Em relação a este ponto, a nossa actuação tem sido suficientemente clara para poder dizer ao Sr. Deputado Acácio Barreiros que, mesmo que lhe tivéssemos que lhe dar contas, a resposta era só uma: não temos.

O protesto era dirigido apenas ao seguinte: o Sr. Deputado Acácio Barreiros permitiu-se citar parcialmente, e interpretar tendenciosamente uma passagem do discurso do meu camarada e, designadamente, afirmar — e que é falso — que o meu camarada tinha referido apenas a hipótese de o Governo passar, quando a verdade é diversa. Na intervenção existem várias perguntas e vários pedidos de esclarecimento relativos à hipótese de o Governo não passar e existe um desenvolvimento bastante acentuado para as alternativas democráticas se o Governo não passar.

Jogando com o facto de estar a falar para a Televisão, o Sr. Deputado Acácio Barreiros permitiu-se certamente, e permitir-se-á depois, cortar uma parte daquilo que disse aqui.

Temos de considerar esta acusação do Sr. Deputado Acácio Barreiros pelo menos como desleal.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Era para fazer um contraprotesto, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, para dizer que a UDP tem muito menos tempo de televisão do que o PCP, e, portanto, o PCP tem bastante tempo na televisão para esclarecer as suas posições e não é de forma nenhuma desleal que a UDP utilize o seu pouco tempo para divulgar as suas posições.

Em segundo lugar, em relação à citação que fiz do discurso que foi aqui proferido pelo Sr. Deputado Carlos Brito, na verdade a parte que li refere-se à política que o PCP seguirá em relação ao Governo na hipótese de ele passar.

Portanto, o que pretendi demonstrar é que, na verdade, o PCP não está numa posição de oposição frontal a este Governo, na medida em que, adiantando a hipótese de o Governo passar, vai seguir uma política que não é de oposição frontal ao Governo. E não só por isso, mas também porque, conforme ficou claro na minha intervenção, quando o PCP propõe uma moção de rejeição deste Governo e ao mesmo tempo diz que só votará a sua própria moção e mais nenhuma outra, está, na verdade, a fazer um convite aos outros partidos a fazerem a mesma coisa: que cada um vote a sua própria moção e que nenhum vote a moção do PCP.

Vozes de protesto do PCP.

O Orador: — E como o PCP sabe, tão bem como nós, que são precisos 132 votos para que uma moção

passe, isso fará com que a moção do PS, a do PCP e a do CDS não sejam aprovadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, o que fiz no meu discurso foi mostrar que isso decorre do facto de o PCP não ter uma posição frontal contra este Governo, porque se preocupou em definir uma posição de colaboração na hipótese de o Governo passar — hipótese bem viável —, se os partidos desta Assembleia cairão no logro, ou melhor, na proposta que lhes está a ser feita indirectamente pelo PCP, de cada um votar a sua moção e nenhum votar a moção dos outros partidos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, é para dar uma pequena indicação ao Sr. Deputado Acácio Barreiros, porque, aparentemente, ele esqueceu-se disso.

Uma coisa é certa: apresentámos a nossa moção e, obviamente, vamos votá-la. O Sr. Deputado Acácio Barreiros teme muito que o PS e o CDS não queram votar a nossa moção de rejeição. Mas então atire-se ao PS e ao CDS se eles não votarem a nossa moção de rejeição. Porque é que nos há-de criticar se o PS e o CDS não votarem a nossa moção?!

Aplausos do PCP.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Temos de admitir que desta vez o Comité Central do PCP não foi muito pouco habilidoso.

Risos.

Porque, na verdade, e já o dissemos na nossa intervenção de ontem, a moção do PCP e a moção do PS deviam ser aprovadas, e dissemos, inclusivamente, que entendíamos que o PCP devia votar a moção do PS e este votar a do PCP.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Enfim, isso é a sua opinião....

O Orador: — Mas a posição que o PCP pretende e o que está por detrás da sua proposta é que se um partido chega aqui e apresenta a sua moção e vota a favor dela mas em nenhuma outra, está a dizer aos outros partidos que façam o mesmo: que votem na moção deles e não na dos outros.

Risos do PCP.

É isto que o PCP aqui pretende: o fogo cruzado de moções para que o Governo passe, ao mesmo tempo que os jornais trazem em grandes títulos que o PCP apresentou uma moção de rejeição para tentarem que os militantes do PCP se convençam de que, na verdade, a apresentou, mas apenas como manobra demagógica e tentando fazer um jogo cruzado de moções por forma que o Governo passe ileso.

Aplausos do PS e dos Deputados independentes Carmelinda Pereira e Aries Rodrigues.

Risos do PCP.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Vital Moreira pede de novo a palavra e vou dar-lha, mas peço-lhes que não se repita este sistema.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, de vez em quando as experiências anteriores podem servir de lição à hipocrisia e ao oportunismo de certos Srs. Deputados.

Quando foi da votação das moções de rejeição ao II Governo Constitucional apresentámos uma e o PSD apresentou outra. Por causas que nessa altura ninguém achou estranhas, porque eram naturais e razoáveis, não votámos a moção do PSD e este não votou a nossa.

Vozes do PS: — Era inútil!

O Orador: — Ai era inútil!... Agora dizem que era inútil!

O Sr. Deputado Acácio Barreiros o que é que fez nessa altura? É capaz de dizer que nessa altura achou mal que o PSD não tivesse votado a moção de rejeição ou vice-versa. Ou será que as razões para votar a rejeição de um Governo quando apresentadas por um partido têm de ser as mesmas de outro partido? Se o Sr. Deputado Acácio Barreiros se sente bem a votar a moção de rejeição do CDS, é lá consigo... Mas não pretenda é impor ao PCP as suas opiniões ou as suas posições. Ninguém lhe reconhece o direito de as não ter, mas o que ninguém certamente lhe reconhece é o direito de pretender ver incoerências onde as não há, especialmente quando em situações idênticas e em posições absolutamente idênticas o Sr. Deputado Acácio Barreiros as achou perfeitamente naturais!

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, pedia novamente a palavra...

Risos.

O Sr. Presidente: — Bom, terei de dar de novo a palavra ao Sr. Deputado Acácio Barreiros, mas vamos ver se ficamos por aqui, Srs. Deputados...

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, para esclarecer o Sr. Deputado Vital Moreira vou lembrar o que a UDP fez na altura: votámos a moção do PCP e votámos a moção do PSD. Mas, como o Sr. Deputado Vital Moreira sabe, vota-se o texto e não os considerandos. Vota-se o efeito da moção, isto é, a queda do Governo.

É claro que, na altura, o PCP não votou a moção do PSD, nem o PSD a do PCP, e isso pouco importou porque mesmo que um votasse a do outro não adiantava nada porque o Governo tinha um apoio maioritário.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas então porque é que eu votei a moção do PSD? É que tínhamos um Governo diante de nós — e o PCP era da mesma opinião — com uma política de direita.

Ora, se um partido de direita — por razões e contradições entre eles — se prepara para atirar esse Governo abaixo e apresenta uma moção de rejeição, é do nosso interesse, pois não queremos um Governo de direita — bem, não sei se o PCP queria —....

Risos.

...e qual é o problema de votar — se o efeito prático é a queda do Governo, que é o que se pretende — as moções, mesmo quando vêm de partidos da direita?

E o PCP que não venha dar lições de princípios...

Risos.

O Sr. Lino Lima (PCP): — É exactamente o que damos!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados; a Sr.ª Secretária vai informar sobre os tempos gastos na sessão de hoje, até agora, pelos partidos e pelo Governo.

A Sr.ª Secretária (Maria José Sampaio): — Dos tempos programados para hoje, o Governo tem ainda dois minutos e trinta segundos; o Partido Socialista, seis minutos e trinta segundos; o Partido Social-Democrata, três minutos; o Centro Democrático Social gastou mais oito minutos; o Partido Comunista gastou mais dez minutos e trinta segundos, e a UDP dispõe ainda de oito minutos e trinta segundos.

O Sr. Presidente: — O Governo ou os partidos que ainda têm tempo disponível desejam intervir até ao limite de tempo?

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes Fernandes para uma intervenção.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Srs. Ministros, Srs. Deputados: Eu começava por fazer uma referência prévia à ausência na bancada do Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas mas, de qualquer modo, está presente o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, o que é praticamente o mesmo.

O Programa do Governo do Sr. Engenheiro Nobre da Costa, no que respeita aos capítulos da «Política de habitação, obras públicas e ambiente», demonstra a falta de uma filosofia claramente inovadora no sector, o que é profundamente lamentável para um Governo que se arroga, à partida, de mais competente que os anteriores, ou pelo menos procurou dar ao povo português essa imagem ao entrar as portas desta Assembleia da República.

Se a nós isso não nos surpreende e só vem demonstrar que não está na mão destes ou de outros homens fazer milagres ou simplesmente resolver problemas difíceis de um momento para o outro, é bom que fique aqui bem claro para que o País saiba que esta equipa não é tecnicamente melhor que as anteriores, nem politicamente apresenta o mínimo de estrutura ideológica que garanta prosseguir os objectivos mais adequados às necessidades actuais e futuras do País e dos seus diferentes escalões de poder político-administrativo. E não é tecnicamente melhor porque no que respeita às acções a desenvolver, salvo poucas exceções, propõe a continuidade das anteriores, sem lhes fazer um mínimo de análise crítica e sem sequer verificar ao menos se algumas delas variaram de importância ou seriam hoje diferentemente propostas pelos seus autores; nas que demonstra originalidade infelizmente não a acompanha com a marca de inteligência, que os espíritos independentes e nada viciados partidariamente deveriam de notar.

Não é também, como a prática já o demonstrou politicamente, mais indicada, pois que os seus elementos não têm o mínimo de capacidade para aprenderem e levarem à prática objectivos inovadores no sector e até já motivaram algumas controvérsias em anteriores passagens pela máquina governamental, pelo seu pendor centralizante, burocrático e desmobilizador dos louváveis esforços que as autarquias vinham fazendo no sentido de irem assumindo progressivamente a gestão urbanística dos seus territórios.

Bem, mas como estamos a falar para um Governo de «técnicos», vamos lá a alinhar as questões com o rigor frio dos exemplos, para que não se diga que os políticos não sabem quantificar os problemas e para que fique também desfeita a imagem de que só há bons técnicos fora da militância partidária e que os que se batem nesta são de inferior qualidade ou duvidosa idoneidade.

Assim vejamos: no subsector do ordenamento do território, ambiente e recursos hídricos: é patente aqui uma particular confusão, característica de quem não domina politicamente as duas primeiras áreas — do ordenamento do território e ambiente — e sobrealvara a terceira — dos recursos hídricos —, mas fá-lo infelizmente numa óptica da gestão tradicional, que não temos dúvidas em afirmar não ser a mais adequada ao lançamento de uma política integrada dos nossos recursos hídricos, visando a sua rápida inventariação, melhor aproveitamento e mais conveniente gestão.

As acções previstas neste subsector são igualmente em grande parte e no que respeita ao ordenamento e ambiente, as do Programa do II Governo Constitucional, com a pequena deslegância, uma vez mais, de não assinalar as que já estão em curso e ignorar mesmo algumas já ultimadas (caso da Lei dos Loteamentos) e, sobretudo, sem analisar os efeitos de uma nova dinâmica entretanto adquirida pelo sector, dinâmica em que as acções práticas se anteciparam à procura do normativo jurídico, procurando recuperar atrasos que a situação das realidades locais não podia fazer esperar mais.

De igual modo não se gasta no Programa uma palavra em relação à Lei no Quadro do Ambiente, com esta designação ou outra, documento fundamental no estabelecimento de uma política dinâmica e operante

no sector, e que também o II Governo já tinha ultimado. E faz-se esta crítica porque entendemos que o Departamento do Ordenamento e Ambiente é como que um espelho de um Governo e de um País e a pouca importância que neste Programa lhe é dado e a competência técnica e política de quem o vai gerir nos preocupam, sabendo do papel importante que às autarquias deve ser competido nesta acção e constatando os conceitos autárquicos que este Governo tem — ou não tem, o que é o mesmo!

No subsector da habitação aparecem referidos quinze pontos, dos quais onze se referem a acções programadas e em curso no II Governo Constitucional (desde a reestruturação do Fundo de Fomento da Habitação até à elaboração de normas técnicas de projectos — págs. 350 a 353); das quatro restantes, uma diz respeito à promoção de «acções de contenção da alta dos custos de construção», que não passa de uma piedosa intenção e demagógico objectivo se não for aqui explicado como se prevê actuar nos seus componentes principais (terreno urbanizado, custo e produtividade da mão-de-obra, custos de materiais, racionalização de projectos, etc.); as restantes três referem-se a acções já tentadas no sector no I Governo Constitucional e que não foram merecedoras de consenso e provocaram mesmo justa rejeição das autarquias. Refiro-me à Lei Quadro da Política de Saneamento Básico; ao modelo de financiamento assente em esquemas de pura racionalidade económica; e às estruturas gestoras de saneamento básico que procuravam marginalizar o papel das autarquias.

É, então, caso para perguntar: onde é que estão as inovações técnicas? Onde é respeitado o mais elementar senso político na dialética do Poder Central com o poder autárquico? É ou não o saneamento básico um serviço de interesse social? Vai ou não o Governo, nesta matéria, transferir responsabilidades de gestão para as autarquias, embora assumindo a responsabilidade financeira de cobertura de um serviço de interesse social? Reconhece ou não o Governo que esta área é das de maior carência das câmaras municipais e, portanto, não pode enveredar por mecanismos burocratizantes e centralizadores que no I Governo Constitucional deixaram em carteira ao II Governo largas centenas de projectos para aprovar, alguns de dimensão ridícula?

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Que «formas institucionais mais adequadas para as estruturas de saneamento básico» pensa o Governo encontrar: Empresas públicas? Empresas mistas? E que tipo de participação as autarquias vão ter? Irão ver criarem-se poderosas máquinas à sua margem que não terão possibilidades de controlar técnica e politicamente? Ou será dado seguimento à política do II Governo que vinha promovendo acções para que fossem as autarquias a definirem a sua dimensão e modo de gestão?

Ainda no domínio da habitação, quais as etapas de concretização do Programa apresentado? Quais as previstas a curto prazo, uma vez que o texto é omisso? É ou não retomado e dinamizado o esquema de casas de renda limitada? Que pensa o Governo do Fundo de Fomento de Habitação? Prevê a sua evolução para um órgão financiador e de apoio téc-

nico à produção diversificada ou entende-o como uma entidade empreiteira? E que descentralização pensa fazer para as autarquias?

Passemos ao subsector de obras públicas. É igualmente notório aqui o decalque do Programa do II Governo, como notória é também a falta de referências às acções já em curso, que como é óbvio representam dinamismo do Governo anterior.

É por esquecimento, uma vez mais, ou entende a equipa do Ministério que a acção do seu antecessor foi irrelevante?

Só uma questão mais, que embora na aparência sem importância, gostaríamos de ver respondida: Qual a posição do Sr. Ministro e da sua equipa relativamente ao problema da viação rural, ao papel das câmaras no mesmo e ao tipo e modo de apoios a fornecer pelo MHOP?

Quanto ao subsector da indústria da construção.

É reconhecida a importância deste sector no contexto da actividade económica global, pelo que o II Governo Constitucional promoveu o arranque do Instituto da Construção.

Refere o Programa deste Governo que «será regulamentado» o funcionamento deste Instituto.

Pergunto: Em que termos o será e qual o horizonte temporal desta medida?

Há igualmente uma referência à formação profissional no sector.

Pergunto: Como pensa o Governo fazê-la e se pensa impor normas de obrigatoriedade ao sector para a mesma?

Outra questão ainda é a respeitante às empresas intervencionadas em particular e à organização do sector em geral. Como vai actuar com as primeiras e como pensa orientar o segundo?

Ainda outra questão, que diz respeito ao sector empresarial dedicado à prefabricação: O que pensa o Governo relativamente a este sector, à sua reestruturação e à qualidade e competitividade do seu produto? Que pensa relativamente à integração do seu produto, na produção directa ou apoiada?

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Outras questões haveria ainda a colocar e seria mesmo, tão copiado é este Programa do II Governo Constitucional, de perguntar se isso expressa a incapacidade da actual equipa de criar alguma coisa de novo ou muito simplesmente pretende representar o reconhecimento de concordância com o Programa anterior e as acções desenvolvidas pela respectiva equipa?

É que se é isso convinha que ficasse aqui claro, também. Do mesmo modo que ao referir «implementar-seão medidas de descentralização e desconcentração» não se refere que as mesmas já vinham a ser prosseguidas pelo II Governo Constitucional, como o primeiro passo para a regionalização dos serviços.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: São estas, em síntese, as questões que queria aqui deixar ficar, à espera de resposta, para que todos fiquemos mais esclarecidos sobre o que é o Governo do Sr. Engenheiro Nobre da Costa.

Mesmo não tendo ilusões, nem esperanças, o País gosta de saber tudo.

Aplausos do PS.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, desejava interpelar a Mesa:

Queria sugerir que fosse convocada uma conferência dos presidentes dos grupos parlamentares para depois desta sessão da Assembleia, a fim de que pudesse ser ponderada a possibilidade de se abreviar a votação para amanhã em vez de ser na quinta-feira.

Nessa conformidade, sugeria que, se possível, estivesse também presente um membro do Governo.

O Sr. Presidente: — Se os grupos parlamentares nada têm a opor, estou de acordo.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — O Grupo Parlamentar do PSD não tem nada a opor e estará presente nessa reunião. No entanto, tínhamos sugerido que ela pudesse ser realizada amanhã, às 11 horas, e não após esta sessão.

O Grupo Parlamentar do PSD estará presente, se não for muito demorada. De resto, não pode avançar qualquer tipo de posição sobre essa matéria, visto que isso depende do grupo parlamentar e apenas estarei presente com esse objectivo.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Amaro da Costa mantém o pedido para a convocação no final da sessão?

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Mantenho, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Fica então assente que, após o encerramento da sessão, haverá conferência dos grupos parlamentares com a presença do representante do Governo.

Entretanto, tem a palavra a Sr.ª Deputada Carmelinda Pereira para uma intervenção.

A Sr.ª Carmelinda Pereira (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que se discute e o que se decide nesta Assembleia não é o Programa de um Governo.

O que hoje se discute e se decide nesta Assembleia, é se esta Assembleia, na qual deve residir a vontade do povo que em democracia deve ser soberana, caucciona um golpe de Estado, contra a vontade do povo e contra a democracia, se caucciona uma miserável operação de descrédito da democracia ou se ao contrário a sua maioria assume as responsabilidades que lhe advêm do voto daqueles que a elegeram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se se impediu o povo trabalhador português durante quarenta e oito anos de exprimir livremente a sua vontade, só pode ser feito através de um regime de terror, de uma ditadura militar e policial.

Ao contrário do que muitos podem pensar, o povo

português não esqueceu, nem esquecerá, que Salazar e Caetano, a polícia e a hierarquia militar não hesitaram em recorrer aos mais bárbaros processos de terror para impedir que a sua vontade fosse livremente expressa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputados, chamo a atenção da Câmara para a intervenção da Sr.^a Deputada Carmelinda Pereira.

A Oradora: — Desculpe-me, mas quando os Srs. Deputados falam eu ouço-os com atenção.

O povo exprimiu livremente a sua vontade nas eleições, dando em maioria os seus votos para esta Assembleia, como já o tinha feito para a Assembleia Constituinte, ao Partido Socialista, que com o Partido Comunista detém mais de 50% dos lugares desta Assembleia. O povo exprimiu claramente a sua vontade. Para nós, socialistas e democratas, a vontade do povo deve ser sagrada, num país martirizado durante quarenta e oito anos por polícias e militares para que essa vontade não pudesse exprimir-se.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O povo exprimiu claramente que não queria as forças ligadas ao passado no poder, mesmo quando elas hoje procuram ornar-se de roupagens democratas. Foi por isso que o povo rejeitou o PPD e o CDS.

Risos do PSD.

Foi por isso que o povo rejeitou as tentativas dos militares de imporem a sua própria vontade à vontade do povo.

Pessoalmente, com uma parte da direcção do PS, nessa altura, exprimi a minha inquietação e oposição pelo facto de o PS apoiar um candidato militar à Presidência da República.

Mas uma coisa é certa: se o Sr. General Ramalho Eanes foi eleito para Presidente da República isso deve-se unicamente ao facto de ter garantido respeitar a vontade popular nas eleições para a Assembleia da República, de ter garantido apoiar Mário Soares como Primeiro-Ministro.

O Sr. General Ramalho Eanes pode assim contar com o apoio do Partido Socialista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com que legitimidade é que o Sr. General Ramalho Eanes ousa, com um golpe de força, atentar contra as regras mais elementares da democracia?

Com que direito é que o Sr. General Ramalho Eanes, que só foi Presidente da República porque teve o apoio do PS, vem demitir o PS do Governo, vem provocar a vontade do povo expressa nesta Assembleia da República, povo que não esquece a acção que militares e polícias exerceram contra ele durante quarenta e oito anos?

Ac exonerar Mário Soares e o PS do Governo, o general Ramalho Eanes não só atentou contra a democracia expressa no resultado dos votos para a Assembleia da República como pôs em causa aos olhos do povo a legitimidade de que poderia reclamar-se ao ser eleito para a Presidência da República com os votos do Partido Socialista. A iniciativa do Sr. General Ramalho Eanes, constituindo uma declaração de guerra ao Partido Socialista, maior partido do povo português e garante de democracia, é ressentida pelo

povo como um insulto aos seus sentimentos mais profundos, como um acto de hostilidade e desprezo para com as suas decisões tomadas em eleições livres.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O general Ramalho Eanes não só demite o PS do Governo, mas, provocando o PS e os trabalhadores, não hesita em nomear um Primeiro-Ministro e um Governo constituído por personalidades em que o povo não votou, como integrando elementos do antigo partido ANP de Marcelo Caetano. Ousa-se ainda brandir sobre esta Assembleia no caso de a sua maioria não aceitar o golpe anti-democrático em curso, a ameaça e a chantagem da sua dissolução, sob a capa de eleições antecipadas.

O povo trabalhador, os operários, os camponeses, a juventude, os reformados, os democratas deste país dizem: se há eleições antecipadas e fazer neste momento, são eleições para a Presidência da República.

A maioria do povo não quer mais o Sr. General Ramalho Eanes na Presidência da República.

A maioria do povo quer nesse lugar, tão importante para os destinos do País, um socialista e não um homem que não hesita em violar a vontade popular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O País encontra-se numa grave crise económica, social e, antes de tudo, política.

O povo quer resolver definitivamente a crise.

Não há soluções para a crise, senão aquelas que decorrem da vontade livremente expressa pelo povo.

Os trabalhadores fizeram o 25 de Abril contra as forças do passado que mergulharam este país durante quarenta e oito anos na miséria, no obscurantismo e no terror.

É preciso dizer-lo: o PPD, o CDS que a maioria do povo pôs em minoria nesta Assembleia, os militares em quem ninguém votou, estão todos ligados às forças do passado, são responsáveis directos na crise que mergulhou o País durante quarenta e oito anos, são responsáveis directos das sucessivas crises... vividas pelos trabalhadores desde o 25 de Abril de 1974.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Querer resolver a crise do País com os responsáveis dessa crise é prolongar e agravar essa mesma crise.

O povo trabalhador não pode, pois, compreender que os dirigentes do PS e do PCP se entendam com o Sr. General Ramalho Eanes, com o PPD e o CDS e não se entendam entre si para constituir o Governo que decorre da vontade da maioria deste país, maioria que se encontra representada nesta Assembleia da República — o Governo PS-PCP.

Estou certo de que os trabalhadores deste país, a maioria dos militantes do PCP, não podem aceitar que os dirigentes do seu partido recusem votar a moção de rejeição do PS, e não recusem voltar a Belém para proteger o Sr. General Ramalho Eanes, que o povo já rejeitou.

Os dirigentes do PCP recusaram-se propor a constituição de um Governo PS-PCP, mas estou absolutamente certo que a constituição de um Governo socialista, para aplicar uma política socialista, para a qual existe uma maioria nesta Assembleia, não só corresponde à vontade da maioria do povo, como terá o seu apoio entusiasta e invencível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Engenheiro Nobre da Costa vem diante desta Assembleia reclamar-se de sentimentos democráticos. O menos que

se pode dizer é que o Sr. Engenheiro Nobre da Costa tem uma estranha concepção de democracia.

Parece-me muito pouco democrático que venha a esta Assembleia falar-se de democracia para tentar que ela sancione um golpe antidemocrático. Como é que se pode afirmar defender a democracia se se aceita vir substituir, sem que para tal se tenha sido eleito, o PS no Governo, o PS que foi eleito pelo povo para governar? Como é possível reclamar-se da democracia e vir pedir a esta Assembleia uma caução para uma operação de descrédito da democracia?

Mas o Sr. Engenheiro Nobre da Costa está a tempo de poder tentar estabelecer uma fisionomia democrática.

A esmagadora maioria do povo deste país já rejeitou o pseudogoverno de independentes do Sr. Engenheiro Nobre da Costa.

A esmagadora maioria do povo deste país já rejeitou o golpe antidemocrático do Sr. General Ramalho Eanes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O povo trabalhador deste país não poderá compreender que se lhe venha explicar que lá porque o PCP se recusou votar a moção de rejeição do PS, este Governo passaria nesta Assembleia, que ele poderia permanecer tranquilamente gerindo os negócios públicos em S. Bento, enquanto o Sr. General Ramalho Eanes poderia continuar, legitimamente, Presidente da República em Belém.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é claro que bastava que o PS apresentasse uma moção de rejeição a este Governo para que a dignidade democrática exigisse que o Sr. Engenheiro Nobre da Costa e o seu gabinete abandonasse imediatamente a gestão política do País e o Sr. General Ramalho Eanes o seu lugar em Belém?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu pergunto: não tem o povo trabalhador, a partir de agora, o direito de negar toda e qualquer legitimidade aos actos que emanem de S. Bento do Sr. Engenheiro Nobre da Costa e de Belém do Sr. General Ramalho Eanes?

Não tem o povo trabalhador o direito de só considerar legítimos os actos que emanem da maioria socialista desta Assembleia correspondente à vontade do povo?

O Sr. Presidente: — Suponho ter entendido que o PSD prescinde dos três minutos, e o Governo igualmente prescinde dos dois minutos e meio. Visto isso, a sessão de amanhã começa às 10 horas da manhã.

Convido os representantes dos grupos parlamentares e os representantes do Governo a dirigirem-se ao gabinete do Sr. Presidente.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 40 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Marques Antunes.

Alfredo Fernando de Carvalho.

Amadeu da Silva Cruz.

António Carlos Ribeiro Campos.

António Chaves Medeiros.

António Fernando Marques Ribeiro Reis.

António Francisco Barroso Sousa Gomes.

António Jorge Moreira Portugal.

António José Sanches Esteves.

António Manuel Maldonado Gonelha.

António Manuel de Oliveira Guterres.

Armando F. C. Pereira Bacelar.

Armando dos Santos Lopes.

Avelino Ferreira Loureiro Zenha.

Carlos Manuel da Costa Moreira.

Carlos Manuel Natividade da C. Candal.

Etelvina Lopes de Almeida.

Fernando Jaime Pereira de Almeida.

Fernando Tavares Loureiro.

Florêncio Quintas Matias.

Francisco de Almeida Salgado Zenha.

Francisco de Assis de M. Lino Neto.

Gualter Viriato Nunes Basílio.

Joaquim José Catano de Menezes.

Joaquim Manuel Barros de Sousa.

Joaquim Oliveira Rodrigues.

Joaquim Sousa Gomes Carneiro.

Jorge Augusto Barroso Coutinho.

José Cândido Rodrigues Pimenta.

José Manuel Niza Antunes Mendes.

Luís Abílio da Conceição Cacito.

Luís Filipe Nascimento Madeira.

Manuel Alegre de Melo Duarte.

Manuel Alfredo Tito de Moraes.

Manuel Branco Ferreira Lima.

Manuel do Carmo Mendes.

Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.

Maria de Jesus Simões Barroso Soares.

Maria Teresa Vieira Bastos R. Ambrósio.

Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.

Rui Paulo do Vale Valadares.

Sérgio Augusto Nunes Simões.

Partido Social-Democrata (PSD)

Alvaro Barros Marques de Figueiredo.

Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.

Antídio das Neves Costa.

António Augusto Lacerda de Queiroz.

António Coutinho Monteiro de Freitas.

António Joaquim Bastos Marques Mendes.

António Joaquim Veríssimo.

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.

António José dos Santos M. da Silva.

António Júlio Simões de Aguiar.

António Luciano Pacheco de Sousa Franco.

António Manuel Barata Portugal.

Arcanjo Nunes Luís.

Armando António Correia.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Eduardo José Vieira.

Fernando Adriano Pinto.

Fernando José da Costa.

Fernando José Sequeira Roriz.

Francisco M. L. de Sá Carneiro.

Gabriel Ribeiro da Frada.

João Vasco da Luz Botelho Paiva.

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.

Jorge de Figueiredo Dias.

José Adriano Gago Vitorino.

José Ângelo Ferreira Correia.

José Augusto de A. de Oliveira Baptista.

José Bento Gonçalves.

José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Manuel M. Sampaio Pimentel.
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
 José Rui Sousa Fernandes.
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
 Manuel da Costa Andrade.
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Simões da Costa.
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Eugénio Maria N. Anacoreta Correia.
 Francisco Manuel Farromba Villela.
 Henrique José C. M. P. de Moraes.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Luís R. de Albuquerque Christo.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Luís Esteves Ramires.
 Manuel A. de A. de Azevedo Vasconcelos.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Victor António Nunes de Sá Machado.

Partido Comunista Português (PCP)

Cândido de Matos Gago.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Hermenegilda Rosa C. Pacheco Pereira.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Victor Henrique Louro de Sá.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Independentes
 António Jorge de O. Aires Rodrigues.
 António Miguel Morais Barreto.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Galvão de Melo.
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.
 José Manuel Medeiros Ferreira.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

António Fernandes da Fonseca.
 Carlos Alberto Andrade Neves.
 Dieter Dellinger.
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Jaime José Matos da Gama.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
 Telmo Ferreira Neto.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Ferreira Júnior.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Mário Fernando de Campos Pinto.

Centro Democrático Social (CDS)

Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Francisco António Lucas Pires.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 José Cunha Simões.
 José Duarte de A. Ribeiro de Castro.
 Nuno Kruz Abecassis.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Independentes

Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O REDATOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo de Vasconcelos*.